

CADERNO DE RESUMOS

WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE
GRAMATICALIZAÇÃO

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
26 e 27 de agosto de 2010
Belo Horizonte - MG



FALE
FACULDADE DE LETRAS
FALE

 **cenex**
fale
Centro de Extensão da Faculdade de Letras da UFMG

PosLin
Programa de Pós-Graduação
em Estudos Linguísticos
da FALE/UFMG

SUMÁRIO

GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO “PEGAR” EM CONSTRUÇÕES - PERIFRÁSTICAS [PEGAR + (e) + V2] – UMA ABORDAGEM FORMALISTA.....	4
Cognição e gramaticalização: da pressintaxe à gramática	5
"Construções binominais quantitativas: da gramaticalização à gramática de construções"	7
Interface entre gramaticalização e gramática das construções na análise da construção condicional “vai que” na língua portuguesa.....	8
Demonstrativo + indefinido <i>outro</i> na história da língua portuguesa:	9
(des)gramaticalização ou (des)lexicalização?	9
O estatuto conceitual e funcional das proformas. Pronome: o protótipo das proformas.	11
CRIAÇÃO E REPETIÇÃO NO DISCURSO E NA GRAMÁTICA	12
O estatuto gramatical dos verbos relacionais	14
Questões metodológicas e conceituais de um caso clássico de	15
gramaticalização no português	15
O conector “Por Exemplo” e seu Processo de Gramaticalização.....	16
O apagamento do clítico “se” no dialeto de Belo Horizonte: um indício de gramaticalização?.....	18
Percursos do pronome <i>se</i>	20
A GRAMATICALIZAÇÃO DO ONDE NO JUDEU-ESPANHOL	22
Forma, função, frequência de uso e gramaticalização no domínio funcional da expressão do tempo passado na fala e na escrita.....	23
"O FUTURO PERIFRÁSTICO COM IR + ESTAR+ -NDO:	25
Um estudo do gerundismo no português do Brasil "	25
Crêterios de análise envolvidos no estudo da gramaticalização de perfrases verbais.....	27
A rede construcional do advérbio “realmente” na língua portuguesa:	29
um caso de subjetificação e de expansão pragmática	29
A ênclise nas dependentes como evidência da gramaticalização do clítico na história do Português Europeu.	30
As mudanças na especificação dos TRAÇOS intrínsecos NO PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DE ‘A GENTE’ E ‘VOCÊ’:	31
uma proposta de análise formal.	31
Duas questões nos processos de gramaticalização: a hierarquia das classes e a interpolação de elementos.....	34
A gramaticalização do item senhor > sô correlacionada a outras mudanças linguísticas: uma evidência para a mudança de um parâmetro no Português Brasileiro	35
Aspectos da Gramaticalização nas Expressões <i>Mas quando</i> , <i>Mas quando já</i> , <i>Mas olha já</i> e <i>Mas credo</i> no Português Popular Paraense: uma abordagem sociocognitiva e semanticodiscursiva da não-bipolaridade entre léxico e gramática.....	37
Palavras-chave: Gramática Funcional – Gramaticalização – Discursivização – Não – bipolaridade.	38
HAVERÁ GRAMATICALIZAÇÃO DA PALAVRA 'NÃO' NO PORTUGUÊS BRASILEIRO?	38
A expressão conectiva <i>na medida em que</i> e o processo de gramaticalização	41
GRAMATICALIZAÇÃO DE QUEM SABE	43
“Antes de entrar no elevador, verifique se o <i>mesmo</i> encontra-se parado neste andar” – a mudança gramatical do item <i>mesmo</i> no português paulista	44
Gramaticalização de pronomes locativos em construções nominais e verbais do português	47
A TRAJETÓRIA DE GRAMATICALIZAÇÃO DO ONDE: uma abordagem funcionalista	49
GRAMATICALIZAÇÃO DO COTIDIANO: A GRAMÁTICA DA DOR EM PORTUGUÊS E ESPANHOL	50
Construções com <i>ter</i> : gramaticalização e variação	53
UM ESTUDO DO PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO MAS QUANDO	55

As construções causais em língua portuguesa:.....	56
um caso de gramaticalização	56
Gramaticalização das construções (<i>prep</i> ¹) + (<i>det</i>) + <i>N</i> + (<i>prep</i> ²) + <i>que</i>	58
Análise frequencial da construção ‘não é que’: um caso de gramaticalização?.....	59
A gramaticalização da posição de demonstrativos	60
em português e espanhol	60
A gramaticalização das orações causais em gêneros de fala e escrita	62
USO E GRAMATICALIZAÇÃO DO FUTURO DO SUBJUNTIVO EM PORTUGUÊS: UM ESTUDO FUNCIONALISTA PANCRÔNICO.....	63
Estudo do <i>não</i> em formações nominais do português.....	65
Aspectos da gramaticalização do artigo em línguas crioulas.	67
Estendendo a gramaticalização: expressões exploratórias	69
<i>Anyway, Tuttavia, Todavía</i> : o mapeamento de uma mudança semântica	70
Reflexões sobre a emergência de construções: evidências translinguísticas	71
A GRAMATICALIZAÇÃO DO PRETÉRITO PERFEITO COMPOSTO EM PROSAS DOS SÉCULOS XV E XVI: UMA ABORDAGEM SOCIOFUNCIONAL	72
Uso(s) de <i>tipo</i> , <i>igual</i> e <i>feito</i> como conector.....	74
Gramaticalização e lexicalização: faces diferentes de um mesmo processo atuando nas construções com objeto incorporado em português.....	76
A hierarquia semântica apresentada por Heine et alii (1991), na qual se observa um processo de gradual abstratização envolvendo a gramaticalização também fornecerá evidência a favor da hipótese acima mencionada.	76
A construção do tipo <i>foi fez</i> : uma interface entre gramaticalização e gramática.....	78
das construções	78
A metáfora gramatical no desenvolvimento textual: uma abordagem integrada da Lingüística Sistêmico-Funcional e da Teoria das Estruturas Retóricas	79
FORMAS REDUZIDAS DE A GENTE: NOVOS CLÍTICOS NO PB?	80
A Gramaticalização em Cláusulas Relativas.....	81
O percurso do pronome ‘eles’ na hierarquia de indeterminação do sujeito sob o enfoque da gramaticalização	83
A multifuncionalidade de <i>enquanto</i> : reflexões preliminares	84
CONTEXTOS ESPECÍFICOS FAVORECEM A GRAMATICALIZAÇÃO? UMA ANÁLISE ATRAVÉS DAS CONSTRUÇÕES VÁ LÁ e VAMOS LÁ	85
A Hipótese da Convergência Construcional por Via de Generalizações de Superfície – Uma alternativa à Unidirecionalidade e à Linearidade	86
Uma gramaticalização em cadeia para indicação de aspectos?.....	87
A construção <i>ter que</i> + <i>infinitivo</i> : considerações sobre sua possível trajetória de gramaticalização e formas em variação	88
Inovação X Mudança: a interseção Gramaticalização/Teoria da Variação e Mudança.....	89

GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO “PEGAR” EM CONSTRUÇÕES - PERIFRÁSTICAS [PEGAR + (e) + V2] – UMA ABORDAGEM FORMALISTA

Christiane Miranda Butchers de Almeida – UFMG
Maria José de Oliveira – UFMG

A proposta deste trabalho é verificar, sob a luz do quadro teórico formalista, o processo de gramaticalização que envolve o verbo “pegar”, nas construções perifrásticas [PEGAR+(e)+V2]. Neste contexto de análise, o verbo “pegar” não denota mais o sentido prototípico de “segurar”, mas parece denotar características aspectuais. A gramaticalização é o processo pelo qual determinadas construções linguísticas que ocupam categorias lexicais passam a ter um comportamento gramatical, ou, já se apresentam com características gramaticais, mas passam a funcionar de forma ainda mais gramaticalizada. Segundo Hopper e Traugott, “gramaticalização é o estudo de formas gramaticais, contudo definidas, vistas como entidades passando por processos, ao contrário de objetos estáticos” (1993, p.18, tradução nossa). A gramaticalização, entre outras funções, apresenta a transição de um termo de um aspecto mais concreto para um mais abstrato, além de permitir, também, a verificação de como uma expressão livre tende a se tornar amalgamada (cf. MARTELOTTA, VOTRE & CEZARIO, 1996). O quadro teórico norteador do trabalho ancora-se em Hopper e Thompson (1980), Hopper e Traugott (1993) e Heine (1993). Nossa abordagem é formalista, haja vista a intenção que temos de analisar o estatuto sintático do verbo “pegar”. Obviamente, para tanto, uma investigação também diacrônica é indispensável, a fim de investigar propriedades e/ou condicionamentos envolvidos no processo de gramaticalização de “pegar”, nos diferentes usos deste item no português contemporâneo do Brasil. Por isso, verificamos os traços de transitividade presentes no verbo “pegar” em suas diversas acepções e relacionamos tais traços com as alterações no comportamento do verbo quanto a características semânticas e morfossintáticas. Para a análise da transitividade, baseamo-nos em Hopper e Thompson (1980). Segundo estes autores, há dez traços que permitem verificar a transitividade verbal, quais sejam: (i) participantes; (ii) cineses; (iii) aspecto; (iv) pontualidade; (v) volicionalidade; (vi) afirmação; (vii) modalidade; (viii) agentividade; (ix) afetação do objeto; e (x) individualização do objeto. Alguns exemplos de construções do tipo que analisamos são os seguintes: “*Aí ela **pegou** e falou pra ele que não ia mais...*”; “*Ele **pegou** e começou a falar rápido*”; “*Os meninos **pegaram** cantar uma música pra professora*”; “*Aí ele **pega** e escreve o bilhete pra ela...*”, “*Aí eu **peguei** e falei assim...*”; “*Ele **pegou** falou assim...*”; entre outros. Os dados coletados para análise permitem conjecturar que, possivelmente, a figuração do verbo “pegar” em construções do tipo acima relacione-se com valores aspectuais. Deste modo, as várias nuances de apresentação de tal verbo foram analisadas, buscando-se verificar as causas da variação no uso. Na descrição e na análise das ocorrências formadas por [PEGAR+ (e) + V2], mapeamos pistas que nos permitiram analisar as ocorrências do verbo “pegar” comportando-se como verbo auxiliar. Para atestar a hipótese que aqui se levanta, foram escolhidos textos escritos pertencentes ao gênero narrativo, haja vista a proximidade deste com gêneros da oralidade. Os *corpora* analisados são formados de doze textos, sendo três pertencentes ao século XIX, quatro ao século XX e cinco ao século XXI. Além desses dados de língua escrita, foram analisados também dados de língua oral, retirados de um *corpus* formado por dados provenientes da cidade de Matipó (MG).

PALAVRAS-CHAVE: gramaticalização, verbo “pegar”, auxiliaridade, perífrase.

Cognição e gramaticalização: da pressintaxe à gramática

Maria Jussara Abraçado de ALMEIDA - UFF

O fenômeno da dêixis tem merecido pouca atenção dos estudos linguísticos. Não é de se estranhar que assim seja, uma vez que a noção de dêixis está atrelada à própria noção de língua e admitir a existência da dêixis significa romper com as noções de sistema linguístico abstrato ou de universo discursivo, ambos desvinculados do mundo ambiental, conforme se postula. Embora grande parte dos estudos contemporâneos considere importantes o papel do usuário da língua e a influência dos aspectos pragmáticos que envolvem os enunciados linguísticos, observa-se haver ainda uma tendência a se desconsiderar o contexto situacional ou o mundo ambiental, no que concerne ao uso da língua. Ancorados em um constructo teórico, o denominado “universo discursivo”, alguns estudiosos fazem referência a objetos do discurso e a contextos discursivos que se encontrariam no âmbito do universo postulado. E, por considerarem que os atos comunicativos se desenvolvem também no âmbito desse universo, ignoram a possibilidade de referência ao mundo ambiental (ou exterior) e, por conseguinte, ignoram também a dêixis. Sob esse ponto de vista, os atos linguísticos se dariam sempre numa espécie de universo paralelo desvinculado do mundo ambiental. Tal noção de universo discursivo, no que se refere à questão que se pretende tratar, não parece estar tão distante da noção muito difundida de sistema linguístico abstrato e autônomo que pressupõe a subtração, da análise linguística, de todos os fatores ligados à realização da língua. A principal diferença entre as duas noções está no fato de que, na postulação do universo discursivo, são levadas em consideração a realização linguística e a influência do contexto nos atos comunicativos; ficando claro, entretanto, que uma coisa e outra fazem parte do universo discursivo mencionado. Assim sendo, o mundo ambiental fica completamente à parte, sem que seja explicado como é possível vivermos e convivermos em um mundo real e nos comunicarmos exclusivamente no âmbito de um universo discursivo. Com o respaldo de estudos sobre a linguagem humana de base evolucionista e também de estudos de cunho cognitivista (Armstrong, Stokoe & Wilcox 1995; Edelman 1987, 1988, 1989, 1992; Kendon 1991; Goldberg 1995, 2006), entende-se ser a dêixis um elo entre o mundo ambiental e a gramática de uma língua. Assim sendo, tomando como base tais estudos e o pressuposto funcionalista de que a pragmática é o berço da sintaxe (Sankoff & Brown 1976; Givón 1979), tem-se como proposta discutir a demarcação entre o “real” e o “linguístico” ou entre o mundo ambiental e a gramática e apresentar evidências de que a dêixis constitui o elo entre o real, o discursivo e o gramatical. Em outras palavras, considera-se que, sendo a pragmática o berço da sintaxe, conforme demonstram diversos estudos sobre gramaticalização, os recursos formais existentes nas línguas naturais para indicar o marco de referência (quando este não coincide com o EU/TU-AQUI-AGORA da enunciação) seriam resultantes da gramaticalização de recursos pragmático-discursivos, observando-se, então, um contínuo entre dêixis e referenciação e, conjuntamente, entre o real, o discursivo e o gramatical.

Palavras chave: Dêixis; Cognição; Gramaticalização.

Referências

Armstrong, David F., William C. Stokoe & Sherman E. Wilcox. *Gesture and the nature of language*. Cambridge University Press, 1995.

Edelman, Gerald M. 1987. *Neural Darwinism: the theory of neuronal group selection*. New York : Basic Books.

_____. 1988. *Topobiology*. New York : Basic Books.

_____. 1989. *The remembered present : a biological theory of consciousness*. New York : Basic Books.

_____. 1992. *Bright air, brilliant fire : on the matter of mind*. New York : Basic Books.

GIVÓN, T. (1979) From discourse to syntax: Grammar as a processing strategy. In: GIVÓN, T.(ed) *Syntax and Semantics*, V.12: Discourse and syntax.

Goldberg, Adele E. 1995. *Constructions: a Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University Press.

Kendon, Adam. 1991. Some considerations for a theory of language origins. *Man* 26:199-221.

SANKOFF, G.; BROWN, P. (1976) The origins of syntax in discourse. In: *Language*, 52 (3), p. 631-666.

"Construções binominais quantitativas: da gramaticalização à gramática de construções"

Karen Sampaio Braga ALONSO Faculdade – CCAA

Este trabalho descreve as construções binominais quantitativas do tipo um N1 de N2 (ex: um litro de leite, uma cambada de crianças, um pouco de pão, um bocado de gente etc.) em termos de suas propriedades como pareamento de forma e sentido. Após observação de dados, pôde-se chegar a quatro padrões distintos relacionados a um padrão mais amplo de construção binominal quantitativa, a saber: um N1 de N2. A pesquisa se baseia na perspectiva da Linguística Baseada no Uso, em que a gramática é vista como moldada pelo discurso e resultante de padrões cristalizados e advindos do uso da língua, sendo a análise linguística realizada sob um ponto de vista cognitivo-funcional. Sendo assim, a partir da avaliação de exemplos retirados dos corpora do Grupo de estudos Discurso & Gramática (referente aos informantes do Rio de Janeiro) e de seis inquéritos entre dois informantes retirados do site do Projeto NURC, foram encontradas quatro construções relativas a um N1 de N2, a saber: a) uma construção relacionada ao processo de extração de unidade ou porção – Num N1 de Nsing2 –, em que um é numeral, N1 exprime quantidade específica e N2, tomado como incontável ou contínuo, tende a aparecer no singular; b) uma construção relacionada ao processo de multiplexização – Num N1 de Npl2 – em que um é numeral, N1 exprime quantidade específica e N2, tomado como contável ou discreto, tende a aparecer no plural; c) uma construção relacionada ao processo de extração de unidade ou porção associado à avaliação subjetiva do falante a respeito da quantidade referida por N2 – Art Indef N1 de Nsing2 – em que um é artigo indefinido, N1 exprime quantidade indeterminada e N2, tomado como incontável ou contínuo, tende a aparecer no singular; d) uma construção relacionada ao processo de multiplexização associado à avaliação subjetiva do falante a respeito da quantidade referida por N2 – Art Indef N1 de Npl2 – em que um é artigo indefinido (que pode ser substituído por uma), N1 exprime quantidade indeterminada e N2, tomado como contável ou discreto, tende a ser pluralizado. Além de procurar entender as propriedades semânticas e morfossintáticas de cada padrão construcional, a pesquisa mostrou como esses quatro padrões foram se gramaticalizando ao longo do tempo, o que, ao final, permitiu que se chegasse a uma relação de herança de familiaridade entre eles, em que o licenciamento de um se deve à pré-existência de outro, mas em que não é possível se estabelecer uma construção geral, a partir da qual as demais tenham se constituído. Na verdade, o que se observou foi que algumas características eram compartilhadas por determinadas construções e que algumas construções não estabeleciam relações ou compartilhavam propriedades entre si. A relação de herança entre construções teve por base análise histórica realizada por meio de ferramenta de busca do site do corpus do português. O corpus também sustentou os argumentos para que fosse apresentada também uma proposta de descrição da relação entre construções binominais quantitativas e construções de modificação de grau do tipo um N Adj (a exemplo de um pouco cansada, um bocado triste, etc.). Observou-se historicamente que o padrão Art Indef N1 de Nsing2 é capaz de gerar construções desse tipo, em um processo de gramaticalização de construções sustentado pela metáfora conceptual ESTADOS SÃO LOCAIS. Com base nos dados históricos e na literatura da Gramaticalização e da Linguística Histórica (diacrônica), procurou-se basear algumas análises que não puderam ser consistentemente demonstradas por meio de dados, tendo em vista que, em muitos casos, esses eram escassos. Por fim, confirmou-se a tese de que as construções gramaticais vão se cristalizando ao longo dos séculos e que padrões de uso são identificados pelo falante como pareamentos forma e sentido.

Interface entre gramaticalização e gramática das construções na análise da construção condicional “vai que” na língua portuguesa

Krícia Helena BARRETO (UFJF)

Nathália Felix de OLIVEIRA (UFJF)

Este trabalho tem por objetivo fundamental traçar uma interface entre gramaticalização e gramática das construções a fim de analisar a construção “vai que” na língua portuguesa, entendendo esta como uma nova forma de sinalizar a condicionalidade. Podemos observar um aumento na frequência de uso dessa construção em contextos mais subjetivos. Nesse sentido, dentro de um contexto sintático local, o verbo “ir” – inicialmente caracterizado pelo uso objetivo e concreto – tem sido empregado de forma mais abstrata, pragmática, interpessoal, baseando-se no envolvimento dos interlocutores com seus enunciados dentro do contexto discursivo (Finegan, 1995; Traugott, 1995, 2003, 2009). A perspectiva de gramaticalização adotada neste trabalho distancia-se da abordagem formalista, uma vez que se assume o pareamento forma-sentido e se considera que uma construção torna-se gramatical a partir da necessidade que têm os falantes de se posicionar dentro de sua enunciação, revelando suas atitudes e crenças (Lyons, 1977, 1982). Sob esta ótica, buscamos comprovar que a gramaticalização pela qual tem passado o verbo “ir” estaria associada a motivações semântico-pragmáticas e, nesse contexto, é fundamental o fato de o valor lexical inicialmente associado a este verbo estar relacionado à ideia de movimento progressivo, como em “Ela *vai* à escola”. Em construções amplamente conhecidas por falantes nativos do português, como em “*Vai* que é tua, Tafarel!”, tal noção se tornaria mais subjetiva e menos referencial, ainda que mantenha uma sutil ideia de movimento. Porém, na construção condicional gramaticalizada “*Vai que* acontece alguma coisa e eu viro mendigo?”, já teríamos uma conjunção subordinativa condicional, que expressaria mais diretamente o processo de subjetificação pelo qual tem passado o verbo “ir”. Procuramos, desse modo, atestar se a alta frequência de uso que permitiu o estabelecimento da expressão “vai que” como construção condicional seria motivada pelo envolvimento dos falantes com seu discurso, uma vez que fariam uso desse recurso para traçar e/ou projetar mentalmente o movimento de condições futuras, o que reforçaria a noção de que a construção condicional em estudo é mais subjetiva do que as outras acima apresentadas. Para alcançar os objetivos acima traçados, procuramos aferir empiricamente como os falantes expressam seu comprometimento e sua avaliação em relação ao conteúdo proposicional e à própria situação comunicativa ao empregarem a construção condicional “vai que”. Nossa análise de dados baseia-se nos seguintes *corpora*: a) Projeto NURC/RJ (Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro); b) Projeto Mineirês, coordenado pela professora Jânia Martins Ramos, na Universidade Federal de Minas Gerais; c) blogs selecionados aleatoriamente. Os dois primeiros projetos recobrem a modalidade oral, a qual é caracterizada, dentro de conversas espontâneas, por um grau menor de planejamento durante a elocução, revelando, portanto, o vernáculo. Já os blogs, apesar de representarem a modalidade escrita, caracterizam-se, em geral, pelo uso de uma linguagem mais informal. Assim, visando a aproximar-se da espontaneidade da fala, os textos presentes em blogs acabam por apresentar traços também do vernáculo, o que justificaria a escolha deste gênero textual em nossa análise. Logo, nossa intenção foi analisar os contextos nos quais a construção “vai que” – como marcadora de condicionalidade – está inserida, verificando a relevância de fatores semântico-pragmáticos que estariam intimamente relacionados ao seu uso na língua portuguesa de forma cada vez mais frequente.

Palavras-Chave: Subjetificação, gramaticalização, gramática das construções, condicionalidade.

Demonstrativo + indefinido *outro* na história da língua portuguesa: (des)gramaticalização ou (des)lexicalização?

César Nardelli CAMBRAIA (UFMG/CNPq)

Diversos estudos têm defendido a unidirecionalidade de fenômenos de mudança lingüística como a gramaticalização (Hopper & Traugott, 1993), porém a sua reversibilidade tem sido considerada ainda como uma questão em aberto (Brinton & Traugott, 2005). Um caso de especial interesse para a discussão da unidirecionalidade de certos fenômenos de mudança lingüística é o percurso da seqüência demonstrativo + indefinido *outro* na história da língua portuguesa: entre os sécs. XIII e XX, os componentes dessa seqüência passaram a apresentar uma relação cada vez mais forte, a ponto de poderem ser interpretados a partir de certo momento como uma estrutura unitária, mas, em seguida, essa estrutura unitária começou a dissociar-se, voltando a apresentar-se como composta de duas unidades aparentemente autônomas: cf. *este(s) outro(s) > estoutro(s) > este(s) outro(s)*. Para compreender melhor esse caso de mudança, realizou-se um estudo da seqüência demonstrativo + indefinido *outro* na história da língua portuguesa, tomando como base um conjunto de 1356 dados extraídos do *Corpus do Português* (Ferreira & Davies, 2006), composto de 45 milhões de palavras com textos do séc. XIII ao XX (com diferenciação de dados do português brasileiro e do português europeu para os sécs. XIX e XX). Do ponto de vista teórico, os dados foram examinados levando em conta aspectos da lingüística de *corpus* (León, 2001), da teoria de gramaticalização e de lexicalização (Brinton & Traugott, 2005) e da teoria da variação (Labov, 1994, 2001). A primeira questão analisada foi a natureza da fase inicial do fenômeno em questão: a passagem de *este(s) outro(s)* a *estoutro(s)* é um caso de gramaticalização ou lexicalização? Segundo Brinton & Traugott (2005:107-109), a gramaticalização difere da lexicalização por apenas aquela apresentar *descategorização, enfraquecimento, subjetificação, produtividade, frequência e generalidade tipológica*. Aplicando esses critérios ao processo em análise, concluiu-se que se trata de um fenômeno de lexicalização: (a) não houve mudança de uma categoria plena (como nome ou verbo) para uma secundária (como adjetivo ou preposição), pois a seqüência de demonstrativo e indefinido (tradicionalmente classificados como pronomes) resultou em um composto aparentemente de mesma categoria; (b) não houve perda de significado, mas sim um tendência à especialização (tendo como resultado um demonstrativo com valor mais explicitamente contrastivo); (c) não houve uma subjetificação, já que a idéia de alteridade deixa de depender da situação de fala para ser percebida, estando lexicalmente marcada; (d) não é um processo produtivo, pois atingiu basicamente a seqüência demonstrativo + indefinido - embora em um período anterior tivesse começado a atuar na seqüência pronome pessoal de 1ª e 2ª pessoa do plural + indefinido: cf. port. *nós/vós + outros* x esp. *nosotros/vosotros*; (e) houve aumento de frequência, pois a seqüência demonstrativo + indefinido passou a ser mais freqüente nos textos analisados (especialmente no séc. XVI); (f) não parece ter ocorrido em diversas línguas (ocorreu especialmente no contexto românico, atingindo o espanhol - cf. *estotro* - e no romeno - cf. *celălalt*). Vê-se que apenas o critério da frequência aponta para a gramaticalização, indicando os outros seis tratar-se de lexicalização. A segunda questão foi a natureza da fase final do fenômeno em questão: a passagem de *estoutro(s)* a *este(s) outro(s)* é um caso de deslexicalização? Segundo Brinton & Traugott (2005:102-103), a deslexicalização (ou antilexicalização) refere-se a uma mudança que conduz do menos ao mais lexical no *continuum* de lexicalidade (seguindo o trajeto *unidade simples > composto/derivado > sintagma fixo*). No caso da seqüência demonstrativo + indefinido *outro*, percebe-se de fato uma tendência à reversão da unidade simples - cf. *estoutro(s)* - para um *sintagma fixo* - cf. *este(s) outro(s)*. Entretanto, a descrição da história da seqüência demonstrativo + indefinido *outro* simplesmente como lexicalização seguida de deslexicalização seria demasiado simplista. É

necessário deixar claro que a variante lexicalizada nunca chegou a substituir de forma absoluta a variante não-lexicalizada, como mostram as seguintes porcentagens: var. lex. = séc. XIII-XIV, 16,5%; XV, 8,5%; XVI, 72,8%; XVII, 84,5%; XVIII, 91%; XIX, 16,2%; e XX, 11,7% / var. não-lex. = séc. XIII-XIV, 83,5%; XV, 91,5%; XVI, 27,2%; XVII, 15,5%; XVIII, 9%; XIX, 83,8%; e XX, 88,3%. Os dados evidenciam que a interpretação do fenômeno sob a perspectiva da teoria da variação revela que, na verdade, a lexicalização nunca chegou a se completar de forma absoluta (eliminando por completo a ocorrência da variante não-lexicalizada), deixando conviverem duas variantes por mais de sete séculos: sendo assim, pelo menos a alegada deslexicalização seria, no fundo, a reversão de uma competição mais que secular entre duas variantes.

BRINTON, Laurel J. & TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Lexicalization and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Ferreira, M. & Davies, M. *Corpus do português (45 milhões de palavras, sécs. XIV-XX)*. Washington/Provo: Georgetown University/Brigham Young University, 2006. (<http://www.corpusdoportugues.org>).

HOPPER, P. J. & TRAUGOTT, E. C. *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Palavras-chave: Demonstrativos; gramaticalização; lexicalização; variação lingüística.

O estatuto conceitual e funcional das proformas. Pronome: o protótipo das proformas.

Kilpatrick Müller Bernardo CAMPELO – UFPI.

O principal objetivo deste artigo é apresentar, de modo sinótico, uma proposta de configuração das classes de palavras em função da propositura de uma nova categoria, a *proformalidade*, e mostrar que a terminologia da tradição gramatical reconheceu de modo marginal o caráter proformal das classes, subclasses e formativos intralexicais das línguas naturais. Esse reconhecimento limitou-se à classe nominal, na medida em que a tradição gramatical postulou e consolidou o termo *pronome* como correlato proformal dos nomes. As classes proformais não se restringem, contudo, ao âmbito pronominal, vez que a propriedade que os sistemas linguísticos naturais têm de proformalizar, isto é, usar formas específicas cujos significados internos são esvaziados ou alvos de uma gramaticalidade otimizada como representantes de seu paradigma de classe, subclasse ou formativo, não se limita à classe nominal. A tradição gramatical identificou o caráter proformal estritamente na classe nominal em função de a classe nominal ser a protoclassem de palavras. Tem havido alguma tentativa de expandir o entendimento da proformalização para outras classes, de tal sorte que se encontram termos como *pró-verbo*, *pró-sentença*, *pró-frase*. O tratamento sistemático das proformas e sua repercussão para o ordenamento das partes do discurso foi empreendido por Campelo (2007). Propõe prover esse tratamento com a avaliação da repercussão da referida nova categoria, a proformalidade, sobre todas as classes, subclasses e formativos intralexicais. Essa categoria, na tradição, ainda que não de modo explícito, somente foi entrevista no âmbito da classe nominal. Decorre dessa admissão implícita da proformalidade estritamente na esfera da classe nominal a prototipicidade da dita classe pronominal. Em suma, a tradição gramatical somente reconheceu, ainda que de modo assistemático e terminologicamente precário, a proformalidade no âmbito da classe nominal.

Palavras-Chave: gramaticalização; proformas; proformalidade; prototipia.

CRIAÇÃO E REPETIÇÃO NO DISCURSO E NA GRAMÁTICA

Maria Maura CEZARIO (UFRJ)

Este trabalho tem como objetivo apresentar considerações acerca da configuração da gramática e do discurso à luz de importantes conceitos da pesquisa do funcionalismo, tais como gramaticalização, lexicalização e processos cognitivos. Nosso intuito é discutir como a criatividade e a repetição, ambas ligadas a processos cognitivos, estão presentes tanto no discurso quanto na renovação gramatical. Assim nossa comunicação se insere no eixo gramaticalização e funcionalismo e será basicamente teórica.

Na visão funcionalista, a gramática é vista como uma estrutura aparentemente fixa, congelada, mas que está sempre sendo recriada por motivações comunicativas e cognitivas. Assim diferentemente de uma visão formalista, não vemos gramática e discurso como entidades que possam ser estudadas separadamente. Ambas existem em função de algumas características da própria natureza humana: a necessidade de comunicação, a necessidade de ser expressivo e a tendência de repetição de atos (nossos próprios ou de outros humanos).

O funcionalismo, nas últimas décadas, preocupa-se sobretudo com fenômenos relacionados ao processo de gramaticalização para explicar tanto a iconicidade, que atua nos primeiros estágios da gramaticalização, como para explicar a arbitrariedade, que ocorre no fim do processo.

Concebemos que tanto os aspectos gramaticais a partir dos quais o discurso é organizado, como o próprio discurso – enquanto meio para o homem se mostrar como indivíduo e agir sobre outro(s) indivíduo(s) – são regidos por duas noções aparentemente opostas: a criatividade e a repetição.

Tanto a criação lexical (responsável por lexicalizações ou extensão de sentidos) quanto à criação gramatical são em grande parte decorrentes do processo de metaforização e a base da criação através de metáforas é feita em decorrência da criatividade humana e da capacidade cognitiva que nos faz perceber que o outro é capaz de nos compreender, é capaz de perceber que temos sempre uma intenção ao falar ou escrever. E a implementação das inovações gramaticais dá-se através de repetição de termos e estruturas gramaticais. Assim criatividade e repetição estão sempre presentes nas várias manifestações de comunicação humana.

Para Heine et alii (1991), a base da gramaticalização está fora da estrutura linguística, porque os fatores responsáveis por ela são de natureza cognitiva e o princípio que explica o uso de conceitos mais concretos (podemos dizer, referenciais) para expressar conceitos gramaticais é: “Princípio da exploração de meios antigos para lidar com novas funções”. Dessa forma, a mudança semântica pode ser interpretada como a resolução de um problema imediato de comunicação. O mecanismo é ativado quando se quer chegar a um determinado objetivo e a codificação não está disponível. Essa concepção de Heine et alii é contrária a uma visão que concebe a língua como autônoma. A criação gramatical, para os autores, é um reflexo de um mecanismo ativado no dia-a-dia toda vez que temos que resolver problemas: aproveitamos nossas experiências anteriores e as usamos, adaptando-as ao contexto novo. Esse mecanismo cognitivo não é específico da comunicação humana, pois existe nas atividades humanas em geral.

Assim todos esses fenômenos que atuam no processo de gramaticalização nos fazem pensar que a criatividade humana é capaz de fazer transferências entre domínios, de apagar e ressaltar traços semânticos, de resolver problemas de comunicação, de fazer cada discurso um produto único. Por outro lado, o tempo todo vemos a repetição, pois sem ela não há reanálise e entrada de um item ou construção na gramática da língua. Por isso, Bybee (1984 e 1999) chamou a atenção da necessidade de se observar a frequência de uso de uma dada construção, pois são os itens ou construções mais frequentes que normalmente se gramaticalizam. Assim não basta a metaforização ou qualquer outro mecanismo criativo, pois também existe a questão da repetição de uso.

A frequência de uso leva a uma automatização das formas, que podem reduzir-se foneticamente e também costumam emancipar-se no sentido de preencher novas funções em novos contextos. O aumento na frequência de uso de um item lexical também costuma levar a uma generalização ou

opacidade de seu conteúdo semântico. Isso ocorre porque o estímulo perde seu impacto se ele ocorre muito frequentemente.

Também a noção de construção, que vem sendo estudada pela linguística funcionalista a partir de contribuições da linha linguística cognitiva, tem como base as duas capacidades humanas, uma ligada à criatividade e outra à repetição. Um dado verbo, por exemplo, pode ter seu sentido expandido metaforicamente ao ser usado numa construção já existente na língua. A construção tem um sentido próprio e fornece ao dado verbo esse sentido. No entanto, o ato de usar um verbo numa dada construção é um ato bastante criativo. A repetição futura daquele verbo naquela estrutura pode vir a consagrar uma nova predicação para o verbo, por exemplo.

Assim nossa comunicação será basicamente teórica e se dará através de uma análise crítica de diferentes conceitos da corrente funcionalista e particularmente do modelo da gramaticalização.

Palavras-chave: gramaticalização, discurso, frequência de uso, metáfora.

O estatuto gramatical dos verbos relacionais

Sueli Maria COELHO- UFMG

Lorenzo Teixeira VITRAL -UFMG

Este trabalho se propõe a demonstrar, a partir de generalizações alcançadas com um estudo diacrônico sobre o processo de gramaticalização do auxiliar SER, que os verbos relacionais da Língua Portuguesa não são – como os demais verbos – formas categorizadas de acordo com a categoria lexical *verbo*, mas, antes, constituem itens já pertencentes a uma categoria gramatical específica, qual seja, a expressão da identidade por meio da função copulativa. Os dados analisados revelaram que o verbo SER, assim como os demais verbos relacionais da Língua Portuguesa, são categorias gramaticais intermediárias entre os verbos nocionais e os verbos auxiliares. Tal categoria se caracteriza pela manutenção de alguns traços de referenciação oriundos de seu estágio como forma plena aliada à capacidade de marcação aspectual adquirida com a tramitação da categoria lexical à já categoria gramatical de marcação da identidade por meio da função copulativa. A pesquisa empreendida mostrou haver interesse em considerar que, como no caso de SER, antes de se tornarem auxiliares, itens verbais podem passar por um estágio intermediário no qual funcionam como um verbo relacional. Tal resultado permite a afirmação de que os verbos relacionais são mais gramaticais que os verbos nocionais e menos gramaticais que os verbos auxiliares. O alcance dessas generalizações resultou na proposição de uma tipologia de classificação dos verbos, que tem somente um valor instrumental, isto é, permite-nos, por meio dos traços [α verbo] e [α auxiliar], descrever propriedades dos itens verbais e das relações entre eles.

Questões metodológicas e conceituais de um caso clássico de gramaticalização no português

Maria Antonieta Amarante de Mendonça COHEN - UFMG / CNPq

Nesta comunicação comentaremos o artigo intitulado Reexame de um caso clássico à luz de novos dados : a gramaticalização de *mente* em português, discutindo questões metodológicas e conceituais do processo diacrônico denominado gramaticalização. A gramaticalização em seu sentido estrito é aqui entendida como o resultado do processo histórico que envolve várias etapas e se entrelaça a outros que não são a rigor gramaticalização. Tem como ponto de partida o conceito de Meillet (1912) que considerou a gramaticalização como a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente independente. Assim sendo, metodologicamente é necessário que mais de um estado de língua seja investigado, para que essa anterioridade cronológica seja estabelecida. Apresentaremos um estágio da gramaticalização do sufixo formador de advérbios em *-mente* na língua portuguesa, utilizando como corpus documento inédito do século XVIII e contrapondo-o a dados do português contemporâneo. Desta forma pretende-se contribuir para as discussões sobre gramaticalização que têm tido lugar no Brasil nos últimos anos, ao se analisarem dados reais de língua escrita, que fornecerão um perfil do estágio da gramaticalização de *-mente* nesse estado da língua. O conceito de coesão tal como proposto por Harris & Campbell (1995) é fundamental para o fenômeno em questão. É esta definida como o status de uma sequência lingüística ou como uma palavra totalmente independente, ou um clítico, ou um afixo ou uma parte não analisável de uma unidade maior. Nesta vertente dos estudos de mudança sintática, a gramaticalização toca o processo de reanálise em vários pontos. A presente proposta discute essa vinculação tendo como parâmetro os dados do século XVIII acima referidos e análises propostas para outras línguas que não o português. Considera-se que a verificação do processo em outras línguas é de fundamental importância para sua validação. Uma detalhada análise dos dados do século XVIII é apresentada. Esta inclui uma questão metodológica de suma importância: a da presença de abreviaturas e de como desenvolvê-las ou não nas transcrições de documentos antigos, e em que isso pode auxiliar nos estudos de gramaticalização. No caso do sufixo *-mente*, apresentado no referido artigo, é indispensável o estabelecimento de sua origem latina, e de notícias desse desenvolvimento ao longo da história do português, associadas à busca de pistas gráficas em documentos inéditos, como se fez. Discutir-se-á brevemente se a metodologia laboviana que parte da alternância contemporânea, para detectar mudanças em andamento, teria como ser aplicada no presente caso, uma vez que não há na língua contemporânea uma alternância que permita a adoção desse tipo de metodologia. Câmara Jr. (1976) atesta a independência fônica do sufixo

-mente em relação ao adjetivo em expressões como “firme, serena e corajosamente”, e chega mesmo a afirmar ser mera convenção da língua escrita fazer um só vocábulo do adjetivo e *-mente*. A língua continua a criar advérbios terminados em *-mente* a partir de novas bases adjetivais. O enquadramento desses processos devem ser investigados em relação à gramaticalização ocorrida. No nosso entender, é esta uma mudança que aparentemente já se completou, mas mesmo que não o tenha ou que nunca atinja todos os adjetivos da língua portuguesa. A criação de novos advérbios, com novas bases adjetivais seriam, então, entendidas como uma extensão da mudança, um outro estágio, portanto.

O conector “Por Exemplo” e seu Processo de Gramaticalização

Rafaela Domingues COSTA- UFMG

Os estudos em torno de *por exemplo*, inicialmente, revelaram que esse objeto caracterizava-se pela função de conector apositivo, interligando unidade base e unidade apositiva. A partir de novas investigações no campo sincrônico, encontramos diversas funções de *por exemplo* apositivo e, também, não-apositivo. Dessa forma, motivados pela multifuncionalidade desse fenômeno, buscamos examinar, em âmbito diacrônico, sua origem e trajetória, a fim de legitimar tal diversidade funcional sincrônica e hierarquização de usos. Para alcançar tal objetivo de pesquisa, baseamo-nos, principalmente, nos postulados de Hopper (1991) e Heine (1991).

Hopper (1991) considera a gramaticalização como um processo histórico que pode ser estruturado a partir de alguns parâmetros. Os parâmetros de Hopper (1991:22) podem ser aplicados, efetivamente, ao item lingüístico em análise, permitindo avaliar seu grau de gramaticalização em estágio inicial. Assim, é possível notarmos a estratificação, pois, a forma original (substantivo *exemplo*, encontrado em dados diacrônicos) coexiste com outras formas, sendo essas apositivas e não-apositivas. No parâmetro da divergência, encontramos a forma diacrônica *híbrida* (combinação de traços do substantivo *exemplo* e *por exemplo* não-apositivo focalizador) que, suscetível a mudanças, gera uma nova forma não-apositiva, denominada *por exemplo* focalizador. Logo, *por exemplo* não-apositivo *focalizador*, dotado de matriz semântica mais abstrata, tem a função de representar a especialização. Já a persistência consiste na manifestação de traços do significado original na forma gramaticalizada. No item lingüístico analisado, observamos a perda do traço semântico [+virtude], (que ocorre a partir da forma híbrida e se concretiza na forma não-apositiva focalizadora) e a presença do traço [+exemplificação], que não se perdeu. Por isso, dizemos que esse é o traço que caracteriza a persistência do item original na forma gramaticalizada. E, por último, a decategorização, extremamente notável na gramaticalização de nosso fenômeno, pois de categoria plena de substantivo, *por exemplo* passa a marcador e a conector.

Sob outra perspectiva, Heine (1991:48), acredita que a principal motivação da gramaticalização é a atividade cognitiva, que apresenta uma relação dêitica de caráter egocêntrico, partindo de experiências humanas e estendendo-se a domínios mais distantes: PESSOA> OBJETO> ATIVIDADE> ESPAÇO> TEMPO> QUALIDADE.

De acordo com essa abordagem, a gramaticalização é interpretada como o resultado de um processo denominado “*problem-solving*” (característica principal da metáfora), na qual um termo é expresso em termos de outro. Assim, na passagem de domínios (fonte para abstrato), as expressões que caracterizam o domínio básico servem para expressar estruturas pertencentes ao domínio abstrato, através do processo *metafórico*. Nessa transição, conduzida pelo processo da *unidirecionalidade*, ocorre geralmente um processo denominado “bleaching”, isto é, *uma perda do conteúdo semântico original*.

A partir dos conceitos estipulados, Heine (1993:54) propõe alguns estágios para sua teoria que podem ser aplicadas parcialmente aos dados de *por exemplo*. Assim, encontramos traços de *dessemantização*, quando o *por exemplo* perde o traço [+virtude], que lhe é peculiar em estágios iniciais de gramaticalização, restando somente o traço de exemplificação; na *decategorização*, percebemos que de uma categoria plena de sintagma nominal (*exemplo*) e sintagma preposicionado (*por exemplo*), *por exemplo* atinge a categoria de conector/marcador discursivo. No *continuum* de Heine (1993), por tratar-se de verbos, a *cliticização* é um estágio recorrente. No entanto, não a encontramos nos estudos sobre *por exemplo*, já que esse classifica-se como um sintagma preposicionado e não como um verbo. E, para finalizar, o último estágio indicado, a *erosão*, que representa a perda fonológica, não ocorre na investigação de *por exemplo*. Temos, de fato, um acréscimo fonológico, ou seja, um sintagma nominal “*exemplo*” que passa a sintagma preposicionado “*por exemplo*”.

Os resultados de *por exemplo* encontrados foram sistematizados da seguinte forma:

EXEMPLO = substantivo = *modelo de virtude*

(*PER*) *EXEMPLO* (XV) = preposição (*per*) + substantivo exemplo = *exemplo de virtude*

POR EXEMPLO HÍBRIDO (XV) = preposição (*por*) + substantivo (exemplo) = *modelo de virtude + função pragmática de focalização*

POR EXEMPLO MARCADOR (XVI) = *por exemplo* (não-apositivo em fronteira de constituinte).

POR EXEMPLO CONECTOR (XVII) = conector = construções apositivas.

Para a realização de tal investigação, utilizaram-se corpora sincrônicos relacionados à língua falada dos projetos: “Fala Mineira”, “*Corpus* de Conceição de Ibitipoca” e dados do “Projeto PROCON”. Como amostras de língua escrita, selecionamos seções de entrevista da Revista Cláudia, as páginas amarelas da Revista Veja/ Roberto Pompeu e artigos da Revista Veredas. Quanto aos *corpora* diacrônicos, contamos com o *Corpus* Diacrônico do Português, no entanto, tivemos acesso a apenas os séculos XIII, XIV, XV, XVII E XX. Examinamos, também, o *Corpus* Informatizado do Português Medieval, séculos XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XX; e, ainda, elegemos alguns textos avulsos dos séculos XVI, XVIII E XIX. Tais dados foram submetidos ao programa estatístico GOLDVARB (2001), cujos resultados foram extremamente significantes para comprovar as diversas funções atribuídas ao *por exemplo*.

Palavras-chave: Por exemplo, Sincronia, Diacronia, Gramaticalização

O apagamento do clítico “se” no dialeto de Belo Horizonte: um indício de gramaticalização?

Carolina Dias CUNHA - UFMG

Evelyne DOGLIANI- UFMG

Os princípios da teoria sociolinguística laboviana postulam que as mudanças linguísticas ocorrem lenta e gradualmente, sendo necessária a observação de dois ou mais estágios de uma língua. O processo de gramaticalização, igualmente, é um fenômeno contínuo. Os casos de gramaticalização já estudados revelam o gradualismo inerente ao processo. O presente estudo sincrônico tem como objetivo descrever um estágio do processo de mudança do uso do pronome “se” no dialeto de Belo Horizonte, a partir da observação do comportamento de duas grandes classes verbais, a saber: a classe dos predicadores experienciais e a dos predicadores beneficiários. Partiu-se do estudo do comportamento desses predicadores perante a propriedade da ergativização e, conseqüentemente, observou-se a frequência do preenchimento do pronome nos casos de construções ergativas pronominais. A alternância causativo-ergativa consiste, sintaticamente, na mudança de transitividade, em que o complemento é alçado para a posição de sujeito sintático da frase, e o sujeito pode ser apagado. Diversos estudos identificaram com certa regularidade a atuação de traços semânticos que licenciam em maior ou menor grau essa alternância (cf. Ciríaco, 2007; Ciríaco & Cançado 2006, 2007). Numerosos verbos desenvolvem a ergativização através da forma pronominal, que, por vezes, sofre apagamento, como o reconhecem os trabalhos na área da teoria da variação. Outros a realizam de forma categórica sem o pronome. Ao analisar os dados, distinguiram-se os predicadores que exibem variação em suas ergativas pronominais daqueles que exibem ergativa não-pronominais categóricas. Acredita-se que as construções ergativas sem o pronome constituem um processo sintático em expansão no português brasileiro, em particular na modalidade coloquial. Diversos trabalhos variacionistas nos chamam a atenção para o fato de que os clíticos vêm passando por um significativo processo de mudança, a saber: Veado (1980) que pesquisou o emprego do *se* no dialeto de Januária; D’Albuquerque (1984) e sua pesquisa sobre a perda do clítico *se* no dialeto de Manhuaçu (MG); Rocha (1999) sobre o clítico reflexivo na cidade de Ouro Preto; Madureira (2000, 2002) e Dogliani (2007) sobre o comportamento do clítico *se* e a emergência das construções causativo-ergativas na classe dos verbos psicológicos; Melo (2005), que estudou o *se* com valor reflexivo e recíproco na comunidade de Uberlândia e, por fim, Carvalho (2008) e seu estudo no dialeto de Santa Luzia. Para a presente pesquisa, optou-se por analisar o grupo dos predicadores experienciais, que abrange predicadores psicológicos, epistêmicos, físicos e de percepção. Foram consideradas, também, ocorrências de predicadores beneficiários. O acréscimo desses tipos verbais nos permitiu observar se a variação no preenchimento do pronome *se* exhibe o mesmo perfil em outras classes semânticas. Da mesma forma, ao observar que o apagamento estende-se aos pronomes reflexivos, optou-se por aceitá-los como parte da análise. A hipótese desta pesquisa sustenta que o uso do pronome *se* com valor de reflexivo e ergativo esteja caindo em desuso no dialeto de Belo Horizonte. Além do mais, supõe-se que as construções analíticas reduzem o contexto de uso do pronome. A hipótese sustenta igualmente que os fatores extralinguísticos idade, gênero e escolaridade influenciem na escolha do uso ou do apagamento do pronome. Observou-se um índice de 69% de apagamento, sendo que os pronomes pseudo-reflexivos foram mais apagados que os reflexivos. As subclasses dos predicadores epistêmicos, físicos e “outros” foram as que registraram índices mais altos de apagamento. A análise dos itens lexicais mostrou que há itens que favorecem o apagamento do pronome; da mesma maneira, observou-se que há itens que favorecem a manutenção do pronome. Esta análise sugere que há uma bifurcação no comportamento dos verbos no que diz respeito ao uso do pronome, pois há itens que favorecem o apagamento e outros que favorecem a manutenção. A análise dos itens lexicais mais frequentes do *corpus* também indicou que o apagamento do pronome encontra-se equilibrado entre homens e mulheres, mesmo sendo as últimas apontadas como favorecedoras do processo. No que diz respeito

aos fatores extralinguísticos, observou-se que os jovens realizaram menos apagamentos que os adultos. O fator escolaridade revelou-se bastante significativo, visto que informantes que cursaram apenas o ensino médio realizaram menos preenchimento do pronome que informantes com nível superior. O apagamento dos pronomes sugere que pode estar havendo um processo de gramaticalização. Porém, a análise do comportamento do pronome proposta neste trabalho não pode ser conclusiva à respeito da gramaticalização, uma vez que esta é uma análise sincrônica e que os comentários aqui expostos têm a função de resgatar os indícios fornecidos pelo comportamento dos predicadores.

PALAVRAS-CHAVE: Mudança linguística, gramaticalização, pronomes ergativo e reflexivo, classes verbais

Percursos do pronome *se*

Evelyne DOGLIANI - UFMG

A comunicação tem por objetivo apresentar indícios de que o pronome *se* ilustra a alternância de períodos em que se gramaticaliza/desgramaticaliza. Esse processo parece relacionar-se à mudança de diátese dos verbos (Madureira (2003)). O apagamento do pronome tende a ser apontado como estágio posterior ao de gramaticalização. Essa análise deixa pressupor uma perspectiva exclusivamente diacrônica, em que os diferentes estágios do processo são bem destacados. Quando se trata de análise sincrônica, distintos processos se mesclam. E, nesse passo, emergem divergências na classificação de construções, o que determina distintas classificações para o pronome. Um exemplo: quando se analisa um enunciado como *Maria vestiu-se* como voz reflexiva, é também como tal que o pronome será classificado – reflexivo. – e terá atribuída uma função sintática. Se, por outro lado, se considera, como Camacho (2003), que esse enunciado ilustra a voz média, o pronome passa a ser classificado como marcador medial, e, nesse caso, ao contrário do primeiro, não exerce função sintática. Um verbo como *vestir* desencadeia distintas classificações por força dos traços que carrega na perspectiva de uma semântica lexical. Tendo-se em conta o plano do evento, trata-se de um verbo que se inclui no campo dos cuidados corporais. Mas não é por seus traços semânticos que se desencadeia a controvérsia de classificação, e sim por analogia com outras classes de verbos com os quais o verbo *vestir* compartilha construções. Observe-se que, apesar de ser possível dizer que *Maria vestiu a filha*, não é possível estabelecer correspondência desse enunciado com outro, como *A filha vestiu-se*. Nesse último, não é possível atribuir ao sujeito *a filha* o papel afetado, exclusivamente. Conforme se vê em Perini (2008), o sujeito *a filha* congrega os papéis de afetado e de agente.. Esse comportamento do verbo *vestir* distingue-o de verbos como *assustar* ou *engordar*, que exibem construções alternantes (*João assustou Maria/ Maria (se) assustou* e *Os doces engordaram Maria/ Maria engordou*), em que o papel afetado se ilustra ora no sujeito, ora no objeto. Tratados como exemplos legítimos de alternância ergativo-causativa, nesta comunicação, esses enunciados permitem discutir o *status* do pronome *se* e sua possível evolução no que diz respeito a gramaticalização. Alguns verbos, como *assustar*, revelam preenchimento variável do pronome, enquanto outros não o aceitam como *engordar*. Nesse caso, há que se distinguiem os diferentes usos do pronome, considerando-se que a ausência resulte, ou não, de um processo de evolução.. Pode-se pensar que a ausência categórica em verbos como *engordar* representa um passo além da gramaticalização (cf. Vitral e Ramos (2006), que a variação ilustrada por *assustar* representa um dos estágios da evolução do verbo no mesmo processo. Vários verbos exibem esse comportamento: exigem ou rejeitam o pronome. A norma padrão, retratada no dicionário Aurélio, por exemplo, recusa a variante não pronominalizada para *preocupar*, mas aceita-a para *desanimar*, e proíbe-a para *enlouquecer*. Esses padrões variáveis não ilustram diferentes estágios no processo de apagamento do pronome: conforme Madureira (2003), tais padrões refletem diferentes classes de verbos, algumas das quais jamais tiveram a construção pronominal. Uma delas é a dos verbos originalmente intransitivos como *enlouquecer* – *João enlouquece* – cujo processo de causativização - *Maria enlouquece João* não instalou ambigüidade, ao contrário de verbos transitivos como *aborrecer*. Quando esse verbo se causativizou - *João aborrece Maria* - podia-se atribuir o papel afetado tanto a *João* como a *Maria*. O desenvolvimento de uma estrutura como *Maria se aborrece com João* resolveu a ambigüidade. Assim, na perspectiva sincrônica, distintas construções, pronominais e não pronominais, ilustram uma mesma diátese - a alternância ergativo-causativa. A tendência natural é que os falantes igualem essas construções, ora estendendo o uso do pronome a verbos que nunca o requereram (pode- ouvir *ele se enlouqueceu*), ora omitindo o pronome, que era requerido em outra sincronia – *ele se preocupa/ ele preocupa*. Nesse ponto de interseção de dois processos, observa-se a contaminação de um segundo pronome, exatamente, aquele que dá origem ao *se* ergativo: o *se* reflexivo, cujo uso se torna variável e cuja classificação sofre igualmente variação. Como se vê em

Camacho e em Perini (op.cit.) há argumentos para classificá-lo como marcador medial, pronome ergativo e pronome reflexivo, em verbos como *vestir-se*. Pretende-se demonstrar, então, que a gramaticalização se aplica aos pronomes reflexivos, no português brasileiro, por força da atuação de outro processo sintático – o de causativização. No ponto de confluência dos três tipos de construções que se faceiam – ergativas pronominais, ergativas não-pronominais e reflexivas pronominais – esboçam-se novos rumos, tanto de gramaticalização, quando se propõe que em *vestir-se* há um pronome ergativo, quanto de desgramaticalização, quando falantes do PB aceitam o uso pronominal para um verbo como *enlouquecer*, atribuindo-lhe uma ação do sujeito sobre si mesmo, o que deixa pressupor a atribuição de caso a esse pronome, incluindo-o entre os reflexivos.

PALAVRAS-CHAVE: gramaticalização, mudança lingüística, pronome reflexivo, pronome ergativo.

A GRAMATICALIZAÇÃO DO ONDE NO JUDEU-ESPANHOL

Aléxia Teles DUCHOWNY - UFMG

O judeu-espanhol é uma *fusion language* (língua de fusão), resultante da adaptação das línguas dos locais onde viveram os judeus sefarditas às exigências de uso dessa comunidade de falantes, cuja base linguística seria o castelhano arcaico e elementos de outras regiões da Espanha. Tem características fonológicas e gramaticais próprias, tendo surgido com a saída dos judeus espanhóis, no século XV, em direção a regiões onde se falava o turco, o grego, o romeno, o búlgaro, etc. Surge, assim, uma língua românica escrita em caracteres hebraicos. Certas estruturas relativas locativas do judeu-espanhol oriental encabeçadas por ONDE, ADO, AONDE, DONDE, ADONDE, DO, ONDA, O ou ANDE, chamados de LOC, apresentam a ocorrência de um processo de gramaticalização. Foram esquematizadas da seguinte forma: [-ant] s'[[[-prep] LOC [-V] SN [+humano]]. Estas partículas, inicialmente classificadas como advérbio relativo, que encabeçam uma oração relativa com verbo elidido na estrutura superficial, são reanalisadas como uma preposição de valor básico locativo, equivalente ao 'chez' francês. A estrutura encabeçada por LOC deixa de ser entendida como uma oração relativa locativa sem antecedente, tornando-se ou um complemento circunstancial de lugar ou um complemento argumentativo de lugar, ao passo que o sujeito da oração relativa passa a ser um dos constituintes desse complemento locativo. Vários são os fatores lingüísticos e extra-lingüísticos que colaboraram para o desencadeamento deste processo: (a) ausência de antecedente; (b) presença de LOC; (c) verbo copulativo elidido após LOC; (d) presença de um SN [+humano] após LOC; (e) distância mínima entre LOC e o SN; (f) verbo de movimento anterior a LOC. A ausência do verbo copulativo nas orações relativas locativas do judeu-espanhol foi muito importante para o desencadeamento do processo de gramaticalização: como o verbo se encontra ausente na estrutura superficial, acaba sendo apagado também da estrutura subjacente, pois a construção é "confundida" ou com um complemento circunstancial de lugar ou com um complemento argumentativo de lugar. Do ponto-de-vista sócio-histórico, pôde-se aventar a possibilidade de empréstimos sintáticos resultante de duas fontes: (i) as traduções de textos litúrgicos do hebraico para judeu-espanhol calco. Em hebraico, esse tipo de estrutura pode representar tanto um complemento locativo quanto uma oração relativa com verbo copulativo elidido; (ii) a intensa influência do francês sobre os sefarditas do Império Otomano, que nesse caso se configurariam como um calco sintático. No entanto, as estruturas analisadas, tal como aparecem na estrutura superficial, já existiam antes do contato com o francês sob a forma de oração relativa sem antecedente com verbo elidido. A análise foi efetivada com base em um *corpus* constituído de textos em prosa do judeu-espanhol dos séculos XX, XIX e XVI. Seus dados foram descritos sincronicamente e depois analisados diacronicamente, etapa imprescindível para a explicação do processo, tendo-se em mente os pressupostos da Linguística Histórica de base empírica de autores como Bynon (1986) e Harris e Campbell (1995). As estruturas com LOC foram distribuídas em nove tipos sintáticos, os quais levam em consideração características da estrutura superficial das estruturas em questão. A abordagem desta mudança sintática de uma língua em fase de restrição de uso é uma contribuição para a melhor compreensão dos mecanismos da gramaticalização em geral.

Palavras-chave: *gramaticalização; judeu-espanhol; estruturas locativas; língua de fusão*

Forma, função, frequência de uso e gramaticalização no domínio funcional da expressão do tempo passado na fala e na escrita

Raquel Meister Ko. FREITAG - UFSE

Domínio funcional é o escopo de atuação de uma dada função desempenhada por uma (ou mais) dada forma em uma dada língua. O termo ‘domínio funcional’ foi postulado por Givón (1984), e costuma ser evocado frequentemente em estudos funcionalistas da língua. Hopper (1991, p. 22-23), ao tratar de gramaticalização, define o termo como alguma área funcional (tempo, aspecto, modalidade, caso, referência) que frequentemente se torna gramaticalizada (no sentido de entrar na gramática da língua). No português, o “tempo passado”, canonicamente, está dividido em pretérito perfeito, imperfeito; mais-que-perfeito e o futuro do pretérito. Essas relações, entretanto, não são necessariamente temporais: a categoria tempo interage fortemente com a categoria aspecto, embora seja esta última seja preterida nas prescrições normativas, e também com a modalidade. Componentes universais das línguas (BYBEE; PERKINGS; PAGLIUCA, 1994), tempo, aspecto e modalidade são categorias que interagem entre si, formando um domínio funcional complexo (GIVÓN, 1984; 1995), complexidade decorrente do fato de as fronteiras entre cada um dos subcomponentes nem sempre serem claras e precisas, impossibilitando a dissociação, na prática, de um componente do outro. Um dos princípios funcionalistas é que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência, isto é, a estrutura do mundo, incluindo a perspectiva imposta ao mundo pelo falante. Decorre deste pressuposto a relação natural entre forma e função, denominada de iconicidade (BOLINGER, 1977, GIVÓN, 1995). A relação de um-para-um entre forma e função, no entanto, seria aquilo que se denomina versão forte do princípio da iconicidade. Na versão mais branda, admite-se que pode haver opacização entre codificação e função desempenhada, ou seja, perda de transparência, abrindo uma brecha para a variação. No domínio funcional do tempo passado, em português, a relação entre forma e função não é unívoca; vejamos: (1) Ela **SEGUROU** um tranco até eu até me reestruturar... até eu conseguir guardar o meu dinheiro depois que eu **PAGUEI** todo mundo... (MJ04). Em (1), a situação de “pagar” é anterior à situação de “segurar”, configurando um tempo de passado anterior (pretérito mais-que-perfeito). A forma **PAGUEI** pode ser intercambiada com **TINHA PAGO** (forma de pretérito mais-que-perfeito composto), delineando um contexto de variação, como descrito por Coan (1997). Já a situação de “segurar” é anterior ao momento da fala, configurando um tempo de passado simples (pretérito perfeito). Trata-se de um contexto de variação, em que uma função – a expressão de uma situação de passado anterior – pode ser expressa por duas ou mais formas (pretérito mais-que-perfeito composto (forma canônica) ou pretérito perfeito. No domínio funcional do tempo verbal, especificamente nas relações de anterioridade, encontramos diferentes contextos de variação em que uma função pode ser codificada por mais de uma forma, ao passo que uma forma pode codificar mais de uma função. (2) Ela chora muito as mágoas... pra desabafar tudo que ela **ESTAVA SENTIDO** que não **AGUENTAVA** muitas vezes... sentida com as traições... (FA02) Em (2), as situações de **ESTAVA SENTIDO** e de **AGUENTAVA** são anteriores ao momento de fala e simultâneas no passado, configurando um tempo verbal de passado concomitante (pretérito imperfeito). A forma **ESTAVA SENTINDO** pode ser intercambiada por **SENTIA**, e **AGUENTAVA** por **ESTAVA AGUENTANDO**, sem que o valor semântico-discursivo de passado concomitante seja alterado, delineando um contexto de variação, como descrito por Freitag (2007). As formas carregam não só informação temporal, mas também informação aspectual, uma vez que a situação pode ser vista como “em curso”, sem que os pontos final e inicial da situação sejam delimitados (aspecto imperfectivo). A indissociabilidade dos valores temporal e aspectual permite que se rotule o valor de passado imperfectivo (FREITAG, 2007), contexto de variação em que uma função – a expressão de uma situação de passado em curso – pode ser expressa por duas ou mais formas (pretérito imperfeito (forma canônica) ou perífrase. Assim, é objetivo deste trabalho refletir sobre uma proposta de descrição que contemple toda a gama de usos dos tempos verbais do

domínio funcional do passado em função de traços constitutivos mínimos. Os usos dos tempos verbais podem ser descritos em termos da frequência/recorrência de arranjos de traços temporais, aspectuais e de modalidade (a função, assim, seria equivalente à gramaticalização de um conjunto de traços)? Se sim, qual é o conjunto mínimo de traços que permite descrever todas as nuances de tempos verbais do português? Com base em dados de fala e escrita da comunidade de Itabaiana/SE, provenientes dos corpora Entrevistas Sociolinguísticas e Fala & Escrita, do banco de dados do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade (GELINS), busca-se evidenciar estes traços.

Palavras-chave: Categorias verbais. Tempo. Aspecto. Modalidade.

"O FUTURO PERIFRÁSTICO COM IR + ESTAR+ -NDO: Um estudo do gerundismo no português do Brasil "

Alcione GONÇALVES (CEFET-MG)

O presente trabalho propõe o estudo do futuro perifrástico com gerúndio, tendo em vista a grande incidência da forma no português oral e escrito, especialmente o gerúndio associado aos verbos *ir* e *estar* e contesta comentários equivocados de artigos de opinião, publicados na imprensa, sobre o fenômeno linguístico chamado gerundismo. Analisa o perfil do tempo futuro como produto de longo processo de gramaticalização na formação do português brasileiro. O interesse em estudar esse fenômeno, que, por certo aspecto epidêmico, recebeu o nome de gerundismo, surgiu após leitura de um texto amplamente divulgado pela imprensa, em especial pela Internet, intitulado *Manifesto anti-gerundista*, de Ricardo Freire, e de outros textos sobre o mesmo assunto que, concomitantemente, foram produzidos e divulgados. Considerando que as variedades linguísticas devem ser conhecidas e estudadas e que, em todas as línguas, há variações de uso, os textos, apresentados pela mídia, com diferentes análises linguísticas, mesmo que desprovidos de fundamentação teórica e científica, apresentam-se como valioso material a ser pesquisado, porque põem à mão do linguista fenômenos em curso a serem estudados de forma sistemática. Ao analisarmos artigos ou ensaios publicados na imprensa sobre fenômenos linguísticos, percebemos que dois pontos norteiam os discursos formulados pelos autores. O primeiro é o aspecto essencialmente normativista e o segundo é a visão impressionista do que venha a ser certo e errado, ou seja, a visão de língua postulada é a de um sistema pronto, à disposição de todos os falantes. Em artigo intitulado *Uma praga chamada gerundismo*, de Natália Andreotti, publicado no jornal *Folha de Araçatuba*, encontramos os seguintes dizeres: (1) *Do ponto de vista gramatical, construções com excesso de gerúndio não são erradas mas, sob o ângulo da língua culta, são inadequadas.* (2) *Quem se utiliza desse 'falso eruditismo' é um grupo de pessoas mal-informadas. Língua Viva: uma análise simples e bem-humorada da linguagem do brasileiro*, de Sérgio Nogueira Duarte, é outro exemplo do papel normativista a que se presta a mídia. Nesta coletânea de artigos sobre a língua portuguesa, publicada no *Jornal do Brasil*, reeditada em cinco volumes pela Editora Rocco, Duarte analisa o uso de vários fenômenos linguísticos, entre eles o uso do gerundismo. Para o autor, as perífrases verbais formadas por *ir + estar + gerúndio* são "*frases mal construídas*" e que caíram no gosto popular porque muitos consideram "*as frases não só corretas, mas construídas de forma mais culta*". Segundo Duarte, (3) *Há quem diga que o 'gerúndio está na raiz de grande parte dos males do país'. Afinal, ninguém resolve nada, estão sempre 'resolvendo'; ninguém providencia nada, estão sempre 'providenciando'; ninguém conclui nada, estão sempre 'concluindo'*. Ao analisarmos os textos da imprensa que tratam do gerundismo, evidenciamos grande desconhecimento acerca do funcionamento da língua, como se ela não oferecesse um leque de opções que está à disposição dos falantes e como se esses mesmos falantes não atuassem sobre as formas linguísticas. Embora o gerundismo seja considerado pelos articulistas como modismo, ele não se constitui em problema linguístico, parece mais um problema social. Nenhum falante erra, do ponto de vista linguístico, ao usar tal locução. A ordem dos verbos auxiliares é perfeitamente canônica, ou seja, *ir + estar + ndo* é absolutamente gramatical. O uso do futuro com *ir + estar + gerúndio* não é arbitrário nem tampouco irregular, pois encontra motivação em circunstâncias comunicativas determinadas e tem explicação na mudança do latim ao português. A avaliação negativa em relação aos usos do futuro perifrástico com gerúndio respalda-se muito mais em aspectos que dizem respeito a construções gramaticais que não são referendadas por determinados segmentos sociais do que à adequação do discurso a situações interlocutivas.

Assim como o futuro sintético conviveu com as formas perifrásticas de *ir* + gerúndio e *estar* + gerúndio, também marcadoras de futuro, outra perífrase verbal (*ir* + *estar* + gerúndio) vem se firmando na língua e está à disposição do falante no sistema linguístico. A coexistência dessas variantes, mais uma vez, retorna à questão da instabilidade da formação do futuro, confirmando a convicção de que a língua é um mecanismo auto-regulador, constituindo-se em um processo contínuo e ininterrupto. É notório que nenhum fenômeno novo, seja ele fonético, lexical ou gramatical entra no sistema da língua sem ser longamente testado. É procedente concluir que o fenômeno dito gerundismo constitui-se em um caso de variação linguística e que somente o tempo dirá se ele será definitivamente aceito pelos padrões da língua culta.

Palavras-chave: mudança e variação linguística, preconceito linguístico, futuro perifrástico e gerundismo.

Crítérios de análise envolvidos no estudo da gramaticalização de perífrases verbais

Sebastião Carlos Leite GONÇALVES (UNESP)

Ana Maria Hernandez FONSECA (UNESP)

Flávia Orci Fernandes(UNICAMP)

Resumo

No presente trabalho apresentamos, inicialmente, dois tipos de critérios que permitem aferir o grau de gramaticalidade de perífrases verbais: (i) o critério da frequência *token* e *type* da construção, norteado pela tendência em gramaticalização de que formas mais gramaticalizadas se tornem mais frequentes no discurso e apresentem um número maior de funções (BYBEE, 2003); e (ii) os *Crítérios de Auxiliabilidade* (HEINE, 1993; LOBATO, 1975; LONGO, 1990; LONGO & CAMPOS, 2002), os quais permitem estabelecer a conexidade (LEHMANN, 1982) entre os elementos que compõem uma construção verbal perifrástica, considerando que quanto maior o número de critérios de auxiliabilidade atualizado numa construção, mais gramaticalizada ela estará. Em um segundo momento, mostramos, com base em dois estudos de caso – gramaticalização e multifuncionalidade da construção IR+INFINITIVO (FONSECA, 2009) e de construções com os verbos ANDAR, CONTINUAR, FICAR e VIVER seguidos de gerúndio (FERNANDES, 2010) – que tais critérios, por apresentarem resultados divergentes quanto aos graus de gramaticalização, estariam indiciando uma especialização para objetivos diferentes de pesquisa: para um estudo que leve em conta formas diferentes de codificação de uma mesma função, ESTRATIFICAÇÃO, nos termos de Hopper (1991), como é o caso do estudo de Fernandes (2010), a ferramenta mais adequada seria o critério da frequência; já para um estudo que leve em conta uma forma e os diferentes domínios funcionais que ela pode integrar sincronicamente, DIVERGÊNCIA, também nos termos de Hopper (1991), conforme apresenta Fonseca (2010, em elaboração), a ferramenta mais adequada seria a verificação dos critérios de auxiliabilidade. Segundo Fernandes (2010), o critério frequência é o mais adequado para aferir o grau de gramaticalidade das perífrases aspectuais que estuda, porque os critérios de auxiliabilidade por ela aplicados "não são necessários nem suficientes para determinar o grau de gramaticalidade das perífrases, pois um dos critérios (inseparabilidade) pode determinar outros" (p. 62). No que diz respeito ao estudo da multifuncionalidade de *ir+infinitivo*, o procedimento de análise é, exatamente, contrário ao de Fernandes (2010): investiga-se uma única forma em que se atualizam os domínios funcionais de Tempo, Aspecto, Modo/Modalidade (TAM), razão pela qual o grau de gramaticalização da construção é aferido com mais segurança por meio dos critérios de auxiliabilidade do que pelo critério de frequência *token* e *type*. Tal afirmação decorre do fato de que a escala universal de gramaticalização das categorias verbais flexionais ASPECTO > TEMPO > MODO/MODALIDADE, elaborada com base nos estudos de Bybee (1985), não se instancia, pela frequência, como era de se esperar, mas pela atualização dos critérios de auxiliabilidade. Bybee (1985) promove um estudo interlingüístico sobre o comportamento das categorias flexionais *valência, voz, aspecto, tempo, modo e concordância* em relação ao radical. Dentre as categorias abordadas pela autora focamos apenas nas de *aspecto, tempo e modo* (TAM), intrinsecamente relacionados ao nosso objeto de estudo. Embora o universal proposto por Bybee (1985) esteja direcionado a morfemas flexionais, parece-nos viável aplicá-lo à análise de *ir+infinitivo*, uma vez que o auxiliar tem um comportamento funcional muito semelhante ao dos morfemas flexionais; são eles os responsáveis por toda a marcação morfológica do grupo verbal. A aplicação de um mesmo universal a fenômenos de diferentes níveis de análise □ neste caso, níveis morfológico e sintático □ é possível, segundo Hengeveld (2003:97) quando há uma base semântica comum unindo-os, o que de fato verifica-se entre morfemas flexionais e auxiliares. Ao considerarmos, portanto, o universal de Bybee temos que Aspecto seria, dentre as demais categorias verbais, a menos gramatical por ser mais necessária ao sentido lexical do verbo, Tempo seria uma categoria intermediária, e Modo/Modalidade seria a mais gramatical, por ter escopo mais amplo. Contudo, temos claro que, para a afirmação mais segura de que a gramaticalização de *ir+infinitivo* ocorreria de fato em um processo maior de gramaticalização das categorias verbais, teríamos de elaborar um

estudo diacrônico da gramaticalização da construção, objetivo reservado à investigação futura. No momento, é possível concluirmos que não há incoerência entre os dois tipos critérios, na investigação de um mesmo fenômeno gramatical, como o da formação de perífrases; o que defendemos é que o que deve nortear a escolha de um ou outro conjunto de critérios é decisão metodológica anterior do analista, pautada pelos princípios da Estratificação e da Divergência (HOPPER, 1991): se se parte da função para a forma ou se se parte da forma para a função. (Apoios: FAPESP - Processos 2007/57282-7 e 2008/11627-6 e CNPq - Proc. 303012/2008-0)

Palavras-chave: Perífrases verbais, Gramaticalização, Frequência, Critérios de Auxiliaridade.

A rede construcional do advérbio “realmente” na língua portuguesa: um caso de subjetificação e de expansão pragmática

Patrícia Fabiane Amaral da Cunha LACERDA (UFJF)

Este trabalho, que assume a convergência entre a gramaticalização e a gramática das construções, tem como objetivo analisar a distribuição do advérbio “realmente” na língua portuguesa, buscando demonstrar que seus diferentes usos revelam um *cline* de gramaticalização em que se observa uma ampliação de sua frequência de uso em contextos mais subjetivos. Com base no pressuposto de que a gramaticalização consiste na emergência de construções gramaticalmente identificáveis que sinalizam as crenças e as atitudes do falante (Traugott, 1995, 2003, 2009), procuramos comprovar que os diferentes usos do advérbio “realmente” são pragmaticamente estabelecidos a partir da expectativa que têm os falantes de qualificar, sob a perspectiva epistêmica, o conteúdo proposicional com base em seus julgamentos e crenças pessoais. A partir da análise da distribuição do advérbio “realmente” na língua portuguesa, este trabalho tem, portanto, a intenção de ratificar os pontos de convergência entre a gramaticalização e a gramática das construções, buscando determinar em que medida a aproximação destes dois construtos teóricos permite compreender mais detidamente a emergência de novos padrões construcionais na língua. Em um trabalho realizado sobre o advérbio inglês “really”, Paradis (2003) busca comprovar que as diferentes interpretações que pode receber esse advérbio não se restringem a fatores de natureza sintática e distribucional, mas estariam intimamente relacionadas a motivações semântico-pragmáticas. Como destaca a autora, o advérbio “really”, em todos os seus usos na língua inglesa, revela valor epistêmico, uma vez que marca como o falante percebe o grau de verdade da proposição diante das diferentes situações de uso. Nesse sentido, o advérbio “really” poderia ser usado: a) para expressar o julgamento dos falantes a respeito do grau de verdade da proposição com base em seu conhecimento da realidade (“*really*, they are quite strange”); b) para indicar a avaliação subjetiva dos falantes acerca da importância da situação envolvida na proposição (“I *really* appreciate your support”); c) para intensificar as propriedades expressas pelos adjetivos que acompanham a forma adverbial, o que também denotaria avaliação por parte dos falantes (“they are *really* nice”). Seguindo a proposta inicial de Paradis (2003), realizamos, neste trabalho, a análise da distribuição do advérbio “realmente” na língua portuguesa. Além de atestar que o advérbio “realmente” tem sido empregado no português nas mesmas condições assinaladas por Paradis (2003), busca-se comprovar que seus diferentes usos revelam um *cline* de gramaticalização. Desse modo, assume-se, nesta pesquisa, a noção de gramaticalização enquanto processo de subjetificação, considerando que a emergência de novos padrões construcionais na língua está intimamente relacionada à necessidade de formas mais expressivas que visem a expressar o posicionamento dos falantes nas mais diversas situações comunicativas. A fim de comprovar empiricamente as questões levantadas neste trabalho, foi realizado um levantamento de dados no *corpus* do projeto NURC/RJ (Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro). A partir desta análise, que recobre especificamente a modalidade oral, busca-se avaliar, mais detidamente, como os falantes – em contextos que exigem um menor planejamento e nos quais a interlocução se estabelece – expressam seu comprometimento e sua avaliação em relação ao conteúdo proposicional e à própria situação comunicativa de forma geral.

Palavras-chave: gramaticalização; gramática das construções; subjetificação; expansão pragmática.

A ênclise nas dependentes como evidência da gramaticalização do clítico na história do Português Europeu.

Ana Luiza Araújo LOPES -UFMG

Este trabalho investiga a colocação dos pronomes clíticos em orações dependentes na história do Português Europeu - entre os séculos 16 e 19. A colocação pronominal é um dos assuntos mais estudados da língua portuguesa, mas sempre priorizando as orações principais finitas onde há grande variação na colocação dos clíticos, com a mudança gramatical ocorrida no século 18 (Galves, Brito e Paixão de Sousa 2005, Galves, Namiuti e Paixão de Sousa 2005; Paixão de Sousa, 2004). As orações dependentes sempre foram consideradas como contexto de próclise categórica. No entanto, nos dados extraídos do *Corpus* Histórico Tycho Brahe, apesar da predominância proclítica, foram atestados dados de ênclise em dependentes. A ênclise pode ocorrer em orações dependentes nas gramáticas do Português – Clássico e Europeu moderno- quando há pelo menos um constituinte audível entre o complementador e o verbo. A ênclise ocorre em todo o período – Português Clássico ao Português Europeu moderno – em vários tipos de oração: relativas, completivas, dependentes iniciadas em *porque*. Mostro ainda que há uma estabilidade ao longo do tempo na colocação de clíticos em orações dependentes, ao contrário do que acontece nas orações principais. A pergunta a ser respondida foi: como estas duas gramáticas geram a ênclise nas dependentes? Analiso o fenômeno com base no CP expandido de Rizzi (1997), e ainda retomando a proposta de Galves e Sandalo 2009 para a colocação de clíticos no PCI e no PE. Galves e Sandalo mostram que há uma mudança na derivação da ênclise enquanto no período clássico era derivada por inversão prosódica, sempre que o verbo estava no início de um domínio prosódico, no PE moderno deriva de um movimento de lowering quando o verbo é o primeiro elemento da fase CP. Anderson (2005) aponta que a interpretação de Galves e Sandalo (2004) para a mudança em PCI para o PE, pode ser considerada uma pista que houve uma mudança de uma categoria prosódica para uma categoria gramatical. Nesse sentido as autoras argumentam que essa mudança de uma inversão prosódica para lowering é, de fato, uma gramaticalização. Considerando o processo, assim como aponta a MD o padrão gramaticalização ocorreria da seguinte maneira:

Inversão prosódica >> Local Dislocation>> Lowering

Na proposta de Galves e Sandalo (2009) nota-se que o clítico não só muda de posição, mas muda a natureza do clítico, que deixa de ser um elemento sensível a prosódia, e passa a ser mais sensível à estrutura gramatical, à morfologia da língua, sendo um claro processo de gramaticalização. Mostro neste trabalho que a proposta das autoras pode ser corroborada pela derivação da ênclise nas orações dependentes na história do Português Europeu. Ressalto ainda que apesar de todas as mudanças ocorridas na gramática na língua, em certa medida a ênclise está sujeita à mesma restrição: só ocorrer com o verbo em posição V1. Enquanto no PCI a ênclise é derivada quando o verbo está iniciando um novo domínio prosódico, no PE ocorre quando o verbo está iniciando num novo domínio sintático PCI – V1 iniciando nova curva entoacional.

Palavras-chave: Português Clássico, Clíticos, Sintaxe, Mudança Linguística

As mudanças na especificação dos TRAÇOS intrínsecos NO PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DE ‘A GENTE’ E ‘VOCÊ’: uma proposta de análise formal.

Célia Regina dos Santos LOPES - UFRJ

Márcia Cristina de Brito RUMEU - UFMG

A implementação de *a gente* e *você* no sistema pronominal do português brasileiro conduziu uma série de repercussões gramaticais em distintos níveis da língua. Por derivar de uma forma nominal que leva o verbo para a terceira pessoa do singular, o emprego de *você* na interlocução acarretou, por exemplo, um rearranjo no quadro pronominal¹ com a fusão do paradigma de segunda pessoa com o de terceira pessoa do singular e com a eliminação do paradigma de segunda pessoa do plural (*vós*). Novas possibilidades combinatórias tornaram-se usuais: *você* com *te* ~ *lhe*, *teu* ~ *seu/tua* ~ *sua* etc. e *vocês* com *lhes* ~ *vocês*, *seus(s)* ~ *teu (s)*, *de você (s)* etc. As alterações afetaram outras sub-categorias pronominais (*possessivos e pronomes-complemento*), como se observa nos seguintes exemplos a seguir expostos: “*Você_i disse que eu te_i acharia na faculdade e que você_i me emprestaria o teu/seu_i livro. Você_i arranhou aquele que eu te/lhe_i pedi?*” Além das diferenças regionais quanto à variação entre *te* ~ *lhe*, alguns autores discutem como um dos condicionantes para o emprego dessas formas, o caráter mais íntimo do primeiro e não-íntimo ou mais formal do segundo². Os rearranjos não terminam por aí. Com a migração do possessivo de terceira *seu* (e variantes) para o paradigma de segunda pessoa, ocasionada também pela inserção de *você* no sistema, a forma *dele* tem se tornado cada vez mais freqüente como estratégia ‘possessiva’ de terceira pessoa para evitar ambigüidade do possessivo *seu* que atende às duas pessoas (segunda e terceira)³ do discurso. Com relação à substituição de *nós* por *a gente*, permanece a convivência das duas estratégias de referência à primeira pessoa do plural no português falado do Brasil, embora a forma inovadora venha ganhando espaço nas últimas décadas.

Levando-se em consideração os fluxos e contra fluxos da variação *você/tu* alguns estudos demonstraram⁴ que o uso majoritário de *tu* – forma recorrente no século XIX – só será suplantado por *você* por volta dos anos 20-30 do século XX⁵. Essas foram só algumas das interessantes repercussões da inserção de novas formas pronominais (*você* e *a gente*) no quadro pronominal do português brasileiro, funcionando como fatos lingüísticos instigantes para a descoberta dos traços morfo-semânticos que atuaram nesse processo de mudança categorial de nome (ou expressão nominal) para pronome.

O objetivo deste trabalho é explicitar as causas das alterações ocorridas no sistema pronominal do português do Brasil a partir da identificação dos traços formais e semânticos-discursivos resguardados e perdidos nos processos de gramaticalização de *gente* a originar *a gente* e de *Vossa Mercê* a resultar *Você*. Partindo do pressuposto de que a evolução diacrônica das formas *você* e *a gente* não se deu a partir da perda completa e imediata dos traços nominais e também não se implementou a partir da adoção definitiva das propriedades pronominais, busca-se, neste trabalho, sistematizar a distinção entre as duas classes (nome > pronome), tendo em vista os traços primitivos de *gênero*, de *número* e de *pessoa*, e discutir a aparente incompatibilidade entre as propriedades formais e semânticas de tais classes. Com base em Rooryck (1994), apresenta-se um sistema de

¹ Cf. a discussão proposta pelos autores Faraco (1996), Menon (1995).

² Cf. Menon (1995).

³ Cf. Abraçado (2000), Menon (1996), Negrão & Müller (1986) entre outros.

⁴ Cf. Duarte (1996), Lopes e Duarte (2003) em análise feita com base em peças teatrais e Rumeu (2004) em uma análise realizada a partir de cartas setecentistas e oitocentistas.

⁵ Cf. Rumeu (2008:230), em análise feita com cartas produzidas por brasileiros cultos, em fins do século XIX e na primeira metade do século XX, o *Você* se mostrou mais produtivo na produção escrita das *mulheres* e, principalmente, no contexto sócio-histórico do Brasil dos anos 30.

traços para a identificação das propriedades formais (Ø features) e semânticas desprezadas e assumidas pelo substantivo *gente* e pela forma nominal de tratamento *vossa mercê* até originarem, respectivamente, as formas pronominais *a gente* e *você* na língua portuguesa. Assim sendo, acredita-se ser possível, no final da análise, referendar a posição de que houve uma mudança no sistema, à medida que o substantivo *gente* e a expressão nominal *vossa mercê*, ao assumirem, em certos contextos, determinadas propriedades, passaram a fazer parte de outra classe (perderam características lexicais, tornando-se mais gramaticais). Os *corpora* de escrita que embasarão este trabalho são constituídos por textos do século XIII ao XX, incluindo-se as cartas setecentistas e oitocentistas oficiais e não-oficiais editadas por Rumeu (2004). Já os *corpora* de fala utilizados são formados por entrevistas do século XX que compõem parte do Projeto NURC (Norma Urbana Oral Culta).

Palavras-chave:

- 1^a) Processos de gramaticalização de ‘*A gente*’ > ‘*Gente*’ e de ‘*Vossa Mercê*’ > ‘*Você*’;
- 2^a) Sistema morfo-semântico e discursivo de traços de ‘*Vossa Mercê*’, ‘*Você*’, ‘*Gente*’, ‘*A gente*’;
- 3^a) Traços primitivos de *gênero*, *número* e *pessoa*;
- 4^a) Reorganização do sistema de pronomes pessoais do português.

Bibliografia básica:

ABRAÇADO, J. O Possessivo seu: diferentes tipos de ambigüidade e de posse. *Gragoatá*. Volume 9, p. 193 – 204. 2000.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. ROBERTS, I.; KATO, M. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. São Paulo: Campinas, Editora da Unicamp, p. 107 – 128. 1996.

FARACO, C. A. O tratamento *Você* em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*. Curitiba: n^o 13, Editora da UFPR, p. 51-82. 1996.

LOPES, C. R. S.; DUARTE, M. E. L. O Tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX. *Anais do Seminário do PHPB*, 5 [s.l]: UFPO, UFMG, 2003.

MENON, O. P. S. O Sistema Pronominal do Português do Brasil. *Revista Letras*, Curitiba: Editora da UFPR, n^o 44, p. 91-106. 1995.

_____. Variação e mudança: o papel dos condicionamentos lingüísticos. *Fragmenta 13*, Curitiba: Editora da UFPR, p. 89 – 113. 1996.

NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. L. As Mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas ? *DELTA*. São Paulo: EDUC, 12 (01), p. 125 – 152. 1996.

ROORYCK, J. On two types of underspecification: Towards a feature theory shared by syntax and phonology. *Probus 6*, p. 207-233. 1994.

RUMEU, M. C. B. *A implementação do ‘Você’ no Português Brasileiro Oitocentista e Novecentista: Um Estudo de Paineis*. 2008. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa – Curso de

Pós-graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. Volumes I e II. 2008.

_____. *Para uma História do Português no Brasil: Formas Pronominais e Nominais de Tratamento em Cartas Setecentistas e Oitocentistas*. Volumes I e II. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

Duas questões nos processos de gramaticalização: a hierarquia das classes e a interpolação de elementos

Odete MENON (UFPR)

A gramaticalização vem sendo abordada por diferentes correntes teóricas: funcionalismo, gramática gerativa, teoria da variação e mudança ... Como as perspectivas teóricas são diversas, também o é a forma de classificar o que seja um elemento gramaticalizado. Lobato (1975) afirma que só há quatro verbos auxiliares em português: *ter*, *haver*, *ser* e *estar*. Chegar a esse número reduzido de auxiliares foi o resultado da aplicação de uma série de testes: ora, esses testes servem para indicar somente o grau máximo de gramaticalização de um verbo pleno na direção da auxiliariade. Ficaram de fora os outros auxiliares (p. ex., modais e aspectuais) que não responderam afirmativamente a todos os critérios por ela elaborados (Lobato, entretanto, não levou em conta o fato de *poder ser*, exclusivamente, *auxiliar* modal!). Essa visão de gramaticalização não leva em conta o *continuum* possível nos processos de gramaticalização: uma forma lexical não tem que chegar às raias do desaparecimento para se dizer que ela já é uma palavra gramatical. Outro fato a se levar em conta no estudo do processo é o da hierarquia das partes do discurso: línguas diferentes podem divergir no estatuto lexical/gramatical de uma forma lingüística. Assim, as preposições tinham um valor mais elevado em latim do que nas línguas românicas: elas regiam casos. Também em inglês o estatuto da preposição é diferenciado, pois ela pode aparecer isolada, em fim de frase. Quem tem estatuto mais elevado: adjetivo ou advérbio? Os estudos evitam esse tema ... Podemos estabelecer que, na categoria dos verbos, seria o *intransitivo* o verbo verdadeiramente *pleno*, uma vez que todos os outros (excetuado o verbo *existencial*, nas línguas em que ele é expresso) necessitam de um complemento para ter sentido? Haveria, a partir daí, dentro da categoria primária verbo, uma escala de verbos, mais ou menos gramaticalizados? Verbo *transitivo*, verbo *suporte* (o *leve*, da gramática gerativa), verbo de *ligação*, verbo *auxiliar*, *morfema* (cf. o verbo latino *habere* que vai resultar, em algumas línguas românicas, no morfema de futuro) Por outro lado, um dos critérios empregados por alguns analistas para avaliar se uma seqüência de palavras (*perífrases*, *locuções*) já está gramaticalizada ou não é o da possibilidade de se inserir nela outros elementos lingüísticos; assim o pretérito perfeito composto em português (*tenho cozinhado verduras / muito*) seria um bom exemplo de (perfeita) gramaticalização, se comparado à construção congênere em francês que, além disso, ainda admite concordância de gênero e de número! Novamente temos a controvérsia do que seja gramaticalização: *processo* ou *produto*? E o que dizer da perífrase para expressar o momento presente, da enunciação (cf. DIAS, 1954 [1918]: 184): “verbo *estar* com o particípio presente, ou com o infinito presente precedido de *a*.” : pode ou não ter elementos interpolados? Vejamos estes dois exemplos do português europeu, separados por mais de um século: “Mas, desde que os fidalgos e os janotas gostam de ser fadistas, estão os fadistas a querer parecer janotas e fidalgos, e não se pode contar com eles” (MACHADO, 2002 [1874]: 136, *Lisboa na rua*). “... o autor do tratado censurado estava deliberadamente a chamar a atenção para as suas doutrinas.” (CARDOSO, 2006: 209, tradutor de KROSNEY, 2006, *O evangelho perdido*).

A gramaticalização do item senhor > sô correlacionada a outras mudanças linguísticas: uma evidência para a mudança de um parâmetro no Português Brasileiro

Juliana Costa Moreira- UFMG

Palavras - chave: item ‘senhor’, vocativo, gramaticalização, mudança paramétrica

Ramos & Moura (2004) tratam formas variantes do item ‘senhor’, no dialeto mineiro, a saber, “sinhô”, “seu” e “sô”, como um fenômeno de variação linguística e mostram que o percurso dessa forma de tratamento pode ser descrito como gramaticalização – que ocorre quando se têm alterações sintáticas, semânticas e morfo-fonéticas de um determinado item. Discutiram o estatuto gramatical da forma senhor e das formas variantes, concluindo que é provável que o item sô tenha adquirido estatuto de pronome. A partir desta constatação, é sugerido, ainda, que as formas reduzidas sô e só alcançaram um processo de ‘cliticização’. É observado que as formas sô e sá, como pronomes, à medida que podem ocorrer isoladamente (além de outras condições, citadas por Lopes (1999), para um item ser considerado pronome), somente quando exercem função sintática de sujeito, posição essa que antecede o verbo. Entretanto, além dessa posição de anteposição ao verbo, em Alkmim & Moreira (no prelo), encontramos, ainda, uma outra: quando correspondem sintaticamente a vocativos, as formas reduzidas sô e só à direita da oração, com em: ‘O que é isso, sô/ sá?’ Ao identificar uma mudança linguística, torna-se intrigante investigar o porquê de ela ter se efetivado. Para tal, começamos por correlacionar essa mudança a uma outra, a mudança de ordem do vocativo na oração – esta última identificada por Moreira (2005, 2008). Em estudo sobre o vocativo (Moreira, op. cit.) as diferentes posições de colocação do vocativo na oração forma analisadas como variantes sociolingüísticas: [Voc + Or], [Or + Voc + Or] e [Or + Voc]. Para tal, em ambos os estudos, foram constituídos corporas constituídos de diálogos de peças de teatro escritas nos séculos XIX e XX. Em ambos os trabalhos, verifica-se que a posição que o vocativo ocorre com maior frequência é a direita da oração, posição essa que as formas reduzidas sô e sá podem ocorrer isoladas. É identificada uma mudança de posição do vocativo na oração: a variante [Voc + Or], que apresenta-se com maior frequência no início do século XIX, descende gradativamente ao longo do tempo. A variante [Or + Voc], no entanto, apresenta perfil ascendente, ilustrado por uma curva em S, com maior índice de realização na 2ª metade do século XIX. É importante observar que a posição que o vocativo ocorre com maior frequência ao final do século XIX, trata-se do ambiente propício para ocorrência das formas reduzidas sô e sá.

Ao levar em conta essa hipótese, Alkmim & Moreira (op. cit.) postulam que o sintagma que constitui o vocativo (no caso aqui analisado, os itens senhor/ senhora) com a mudança de posição na oração, da esquerda para à direita, torna-se mais gramatical, podendo-se, assim, ocorrer perda de conteúdo semântico e fônico dos itens senhor/ senhora. Desse modo, à direita da oração pode ser considerado um ambiente propício para a ocorrência das formas reduzidas sô e sá. Poderíamos relacionar a gramaticalização do item senhor/ senhora, ainda a outras mudanças que ocorrem praticamente no mesmo período de tempo; poderíamos situá-las dentre as inovações ocorridas no século XIX: Oliveira (1996) registra a perda do traço de formalidade com o interlocutor na 1ª metade do século XIX, Ramos (2000) observa que diferentes formas de tratamento vão atingindo as camadas populares e senhor apresenta um ponto em comum com você também a partir do século XIX. A implementação da mudança de ordem do vocativo na oração (Moreira, op. cit) também ocorre entre a 2ª metade do século XIX e XX. De acordo com Kroch (1989), a ocorrência de várias reanálises diacrônicas simultâneas ou quase simultâneas, como, ao que parece, é o caso das mudanças linguísticas listadas acima, manifestadas com mudanças sintáticas observáveis (não

paramétricas), podem indicar uma mudança paramétrica. A hipótese de uma possível mudança paramétrica no Português Brasileiro é levantada Moreira (2008), ao encontrar uma evidência de que a mudança de posição do vocativo na oração está correlacionada à mudança de um parâmetro. Obtivemos essa evidência aplicando-se um modelo matemático proposto por Kroch (1982, 1989) aos resultados da análise variacionista realizada em estudo diacrônico das diferentes posições do vocativo na oração. A possibilidade de aplicação deste modelo indica que a mudança de ordem do vocativo na oração, identificada na língua em uso, é refletida na gramática internalizada – conhecimento implícito que o falante tem da sua língua – além disso, teria resultado de mudanças gramaticais decorrentes de fatores de ordem lingüística e, portanto, pode estar relacionada à mudança de um parâmetro no Português Brasileiro. Acreditamos, portanto, que a gramaticalização dos itens senhor/ senhora esteja correlacionada à mudança de ordem do vocativo na oração e às outras mudanças, as quais estão também correlacionadas à mudança de um parâmetro no Português Brasileiro.

Aspectos da Gramaticalização nas Expressões *Mas quando*, *Mas quando já*, *Mas olha já* e *Mas credo* no Português Popular Paraense: uma abordagem sociocognitiva e semanticodiscursiva da não-bipolaridade entre léxico e gramática.

Heliud Luis Maia MOURA- UNICAMP

Este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo acerca de processos de gramaticalização nas expressões *Mas quando*, *Mas quando já*, *Mas olha já* e *Mas credo* no Português Popular Paraense, levando em conta fatores sociocognitivos e semanticodiscursivos envolvidos em tais processos. Para efeito de teorização, recorro aos pressupostos da Gramática Funcional e do Sociocognitivismo, os quais servirão de fundamento teórico-epistemológico para as análises aqui implementadas. De acordo com Castilho (1997) a gramaticalização é uma espécie de caminho empreendido por um elemento lexical, no decorrer do qual ele muda de categoria sintática (recategorização), incorpora propriedades funcionais na sentença, sofre transformações nos âmbitos morfológico, formológico e semântico, se desinveste de forma livre, etapa em que pode até mesmo deixar de existir, como resultado de uma cristalização extrema. Logo, segundo o autor in cito, a gramaticalização encampa diferentes processos através dos quais um item lexical passa, chegando a adquirir um outro estatuto semântico-funcional-discursivo quando de seu uso cotidiano pelos usuários da língua. Neves (2002), por sua vez, concebe a gramaticalização como envolvendo relações complexas entre léxico e gramática, com alterações graduais de propriedades, as quais se podem constatar no funcionamento das formas da língua em todos os níveis do enunciado. Ao ampliar o conjunto de subsistemas relativos ao processo de gramaticalização, Castilho (2006) propõe as seguintes etapas: lexicalização, semantização, discursivização e gramaticalização. Tais etapas são, segundo o autor, orientadas pelos princípios de ativação, reativação e desativação, os quais estão fundamentados nas estratégias de gerenciamento dos termos conversacionais, colocando-se a conversação no plano da manifestação discursiva mais importante da língua. No que refere aos estágios de mudança, a maioria dos teóricos propõe o seguinte: do [lexical]>[gramatical] ou de [- gramatical]>[+gramatical]. No entanto tal esquema se rompe quando observamos, no caso das expressões em análise, mudanças que vão do [gramatical]> [discursivional], para não nomear esse último item de discursivo, o que traria confusões quanto ao que se compreende propriamente como discursivo nas gramáticas funcionais. Este esquema, por mim proposto, é o que se realiza em expressões como: *Mas quando* e *Mas quando já* (as quais podem vir expressas compondo unidades inteiras como: *Masquando* e *Masquandojá*), que, de acordo com suas propriedades funcionais, contêm características mais afeitas ao discurso do que propriamente à gramática. Nesse caso, podemos ter um processo de desgramaticalização ou discursivização stricto sensu, já que itens da gramática perdem suas propriedades originais e passam a operar no plano específico do discurso. Nas expressões *Mas olha já* e *Mas credo* temos, ao mesmo tempo, a presença de itens que originariamente pertencem à gramática e ao léxico. Em *Mas olha já* temos primariamente: elemento adversativo conjuncional +verbo+ advérbio, que, num processo de juntura e transsemantização, originam a forma *Masolhajá*, que adquire no discurso um estatuto semântico híbrido mais próprio da interjeição ou de algum tipo de advérbio. É o que acontece mais ou menos em *Mascredo* em que se passa a ter uma terceira forma, cujo funcionamento está mais ligado a certos tipos de interjeição de base nominal, mas que adquire sentidos diferentes quando de seu uso no discurso. Para efeito da presente análise, utilizo um corpus referente a 2 (duas) conversações breves, que foram coletadas por mim em localidades do interior do Pará. Os interactantes são pessoas entre 50 e 65 anos e residem tradicionalmente nas comunidades nas quais a coleta foi realizada, o que ratifica o uso recorrente das expressões em estudo no português popular paraense.

Palavras-chave: Gramática Funcional – Gramaticalização – Discursivização – Não – bipolaridade.
HAVERÁ GRAMATICALIZAÇÃO DA PALAVRA 'NÃO' NO PORTUGUÊS BRASILEIRO?

Cristiane NAMIUTI – UESB

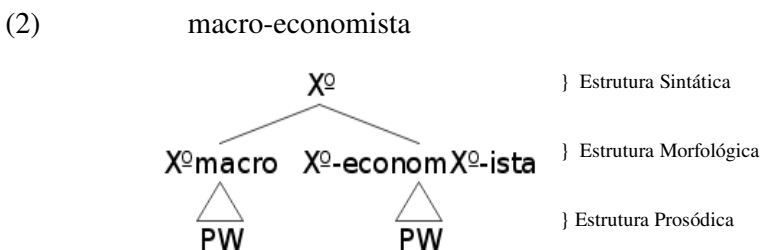
Santos (2005), dentro do quadro teórico funcionalista, defende a idéia da gramaticalização do ‘não’ como prefixo no *português brasileiro* (doravante PB). Seus principais argumentos giram em torno da possibilidade de termos a palavra ‘não’ antecedendo imediatamente e negando um substantivo, ou um adjetivo ou um particípio. Estes não são casos de negação sentencial.

Mioto (1992) defende a necessidade da incorporação do não ao verbo no PB para capturar o fato de nenhum elemento a não ser os pronomes clíticos poderem se colocar entre a negação e o verbo. Porém, no que diz respeito à negação de categorias nominais, Mioto (1992), apesar de não fazer parte de seu objetivo explicar a negação de categorias +N, menciona, em uma nota, que a negação que antecede um elemento [+N] não pode ocupar Neg^o apesar de conservar o seu valor semântico, tão pouco pode ser clítica.

Muitos pesquisadores consideram difícil de sustentar a idéia de prefixo para a negação sentencial pela razão do operador de negação ‘não’ poder aparecer ‘sozinho’, muitas vezes licenciando uma categoria vazia - casos de elipse.

(1) João é fumante, mas Paulo não.

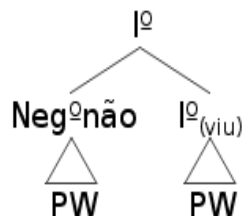
No entanto, Vigário (2003) mostra que prefixos acentuados podem licenciar a elipse do seu NP em estruturas de coordenação, por exemplo: “*sílabas pré-tônicas e pós-tônicas*” vs “*sílabas pré e pós-tônicas*” – a autora argumenta que o apagamento é possível porque prefixos como ‘*pré*’ e ‘*pós*’, ‘*macro*’ e ‘*micro*’, entre outros, têm o contorno entoacional de uma palavra prosódica. De acordo com Vigário (2003) palavras como ‘*macro-economista*’ tem as seguintes representações *sintática*, *morfológica* e *prosódica*:



Vigário (2003) conclui que apenas prosodicamente se pode identificar constituintes independentes, fato que leva a autora a dizer que a explicação para derivar elipses como “*macro e micro-economista*” é de cunho prosódico, uma vez que somente uma análise prosódica nos permitirá manipular essas unidades independentemente.

Proponho transferir esta idéia para a negação. Considerando que a negação sentencial é incorporada à palavra verbal mas tem um acento próprio, ‘*não*’ será prosodicamente independente do núcleo lexical de seu sintagma fonológico. Portanto, o apagamento do núcleo lexical será possível quando recuperável no contexto. Neste ponto podemos fazer a analogia com a proposta de Vigário (2003) para ‘*macro-economista*’:

- (3) O Paulo viu a Maria ontem mas o João não _(viu)
- (4) O João viu a Maria? Não _(viu).



Defenderemos aqui a idéia da negação de categorias [+N] ser paralela ou derivar da negação sentencial, já que ambas possuem certa dependência em relação à uma categoria lexical. No entanto, não apostamos em um processo de gramaticalização da palavra 'não' no PB, pois, entendemos 'gramaticalização' como o processo de transformação de uma *categoria lexical* para uma *categoria gramatical* (funcional, na terminologia gerativista), e há várias evidências para supormos que a palavra 'não' sempre foi um elemento funcional na língua portuguesa, desde sua origem testemunhada no século XIII.

Assim, para esta apresentação, procuraremos revelar o estatuto da negação em português recorrendo à sintaxe diacrônica nos domínios negativos e trazendo as evidências de que a negação se constrói funcionalmente em português desde o século XIII.

Nossa proposta de reflexão se enquadra no quadro teórico da *Morfologia Distribuída* (MARANTZ, 1988; EMBICK e NOYER, 2001, 2006) e se baseia numa intersecção das visões de Miotto (1992) e Martins (1994) e em dados da diacronia e das variantes sincrônicas do português.

PALAVRAS CHAVES

Mudança-Sintática, Gramaticalização, Negação, Morfologia Distribuída.

REFERÊNCIAS

- EMBICK, David, NOYER, Rolf. Movement operations after syntax, *Linguistic Inquiry* 32, 4, 2001, p. 555-596.
- EMBICK, David, NOYER, Rolf. Distributed morphology and the syntax-morphology interface. In: Ramschand, G., Reiss, C. (eds.), *Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford University Press, Oxford, New York, 2006, p. 289-324.
- MARANTZ, Alec, 1988. Clitics, morphological merger, and the mapping to phonological structure. In: Hammond, M. (ed.), *Theoretical Morphology*. Academic Press, New York, 1988 253-270.
- MARTINS, Ana Maria. Clíticos na história do português. Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa. 1994.
- MIOTO, Carlos. Negação Sentencial no Português Brasileiro e Teoria da Gramática. Doutorado em Linguística – UNICAMP. 1992.
- SANTOS, Lucas. “O desempenho do não como prefixo no português brasileiro contemporâneo”. Em: *Do português arcaico ao português Brasileiro*. Sônia Bastos Borba Costa e Américo Venâncio Lopes Machado Filho (orgs.). Edulfa. 2005.

A expressão conectiva *na medida em que* e o processo de gramaticalização

Arlete Ribeiro NEPOMUCENO – Fapemig/Unimontes/UFMG

Maria Ieda Almeida MUNIZ – Fapemig/Unimontes

Neste trabalho, tomando como âncora o aporte teórico da teoria funcionalista (NEVES, 1997, 2007), matizado com os estudos da gramaticalização (HOPPER & TRAUGOTT, 1993), estudamos a locução conjuntiva *à medida que*, procurando evidenciar que há uma relativa instabilidade dessa estrutura linguística, em que passamos a ter, também, *na medida em que*, a qual pode corresponder perfeitamente às conjunções causais, como, por exemplo, *porque*, bem com às conjunções condicionais, como, por exemplo, *se*, ou, até mesmo, outra conjunção de acordo como a relação semântica que codifica. Assim é que esse conjunto de elementos passa a ter uma função global, discursivamente comutável, inclusive, com uma conjunção. Teoricamente, esse critério de comutação justifica a gramaticalização; contudo, ele não pode ser visto como processo de substituição válido em todos os contextos, daí a necessidade de uma descrição dessa expressão entremeada com sua realização funcional. Nesse contexto, diz-se que essa nova estrutura sofreu gramaticalização porque o núcleo lexical (*medida*), perdendo a sua função primitiva e, associando-se aos elementos gramaticais a que se liga, assume a função de instrumento gramatical. Sabendo-se que uma das características da gramaticalização é a perda do significado primitivo do item lexical gramaticalizado, a propósito, vale assinalar que, nas expressões em estudo, metodologicamente, estamos propondo o critério da evolução semântica para a determinação dos graus de gramaticalização das expressões conectivas, o que não nos impede de reconhecer que, por vezes, a relação semântica estabelecida se aproxima daquele valor que é prototípico do item lexical que constitui o núcleo da expressão, aproximando-se do significado de proporcionalidade (*enquanto*) – grau de gramaticalização mais baixo. No nosso exemplário, constatamos que a relação semântica estabelecida difere do significado primitivo do núcleo nominal da expressão, o que conferirá um grau de gramaticalização mais elevado, desmantelando a ligação, sustentada tradicionalmente, entre tipo de oração e tipo de relação semântica, sinalizada, sobremaneira, pelo conectivo – *à medida que* – que encabeça a oração. Nessa veia, não nos preocupa apenas o conectivo em sua constituição morfossintática, mas, sobretudo a sua função, valorizando as relações semânticas que estabelece, visto que a língua não se reduz a sua forma, mas está a serviço de um uso que se faz dela. Com vistas a atingir nosso objetivo, o *corpus* deste estudo foi selecionado de crônicas de Roberto Pompeu de Toledo, colhidas na Veja, na sessão Ensaio. A escolha desse *corpus* se justifica porque, quando da apresentação dos fatos ocorridos no estilo coloquial formal, Roberto Pompeu de Toledo desmistifica a estaticidade e a homogeneidade da língua-padrão, apresentando o processo de mudança, em que se manifesta o caráter não-estático da língua, demonstrando que as línguas estão em constante mudança em consequência da incessante criação de novas expressões e de novos arranjos nas orações. Some-se a isso, ainda, o fato de que trabalhar com a crônica comentário torna-se uma tentativa profícua de compreender a própria efervescência das relações contextuais contemporâneas tecidas e entretecidas no discurso. Permitimo-nos, também, tomar com exemplos excertos retirados de escritores de trabalhos científicos, relacionados aos estudos da linguagem, como forma de abonação de casos que já constata as mudanças da língua no que se concerne ao uso frequente de *na medida em que*. Asseverando a ideia de que a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso, o nosso *corpus* será analisado qualitativamente. Ao final deste estudo, chegamos à conclusão de que as mudanças devem ser vistas como movimentos que se iniciam no instante em que o indivíduo produz seu discurso para um interlocutor específico, numa situação determinada. Com a proposição desse estudo, esperamos poder contribuir para um novo espectro de sintaxe, em que há a necessidade de o conectivo ser

descrito, percebido e explicado numa abordagem funcional-discursiva, a qual revela a validade da inclusão do fenômeno da gramaticalização.

GRAMATICALIZAÇÃO DE QUEM SABE

Márcia Teixeira NOGUEIRA - UFCE

Pretendemos, nesta comunicação, apresentar e discutir resultados de uma análise dos usos da expressão *quem sabe* em textos jornalísticos do português contemporâneo. Ao rastrear os usos de *quem sabe* nesses textos, identificamos um comportamento bastante diversificado com relação aos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos em cada contexto. Observamos, por exemplo, que o verbo *saber* apresenta valores diferenciados no que concerne às noções de habilidade física (*A arma só deve ser usada por quem sabe manuseá-la*); habilidade mental (*Quem sabe ganhar dinheiro, sabe que uma empresa concentra investimentos de capitais*); possibilidade epistêmica (*Quem sabe não seja porque a empatia humana não tem limites?*); volição (*Quem sabe eu seria jornalista para ficar criticando um pouco os outros...*). De acordo com BYBEE; J; PERKINS, R; PAGLIUCA, W. (1994), a distinção entre vários tipos de modalidade permite que sejam feitas certas generalizações diacrônicas, já que os tipos de modalidade correlacionam-se com os tipos de expressão formal. Definem e exemplificam quatro tipos de modalidade: modalidade orientada para o agente (MOA); modalidade orientada para o falante (MOF); modalidade epistêmica (ME) e modalidade subordinada (MS). A MOA anuncia a existência de condições internas e externas sobre o agente com relação ao complemento da ação expressa no predicado principal. Conforme esclarecem, por ser parte do conteúdo proposicional da cláusula, a MOA, em muitas abordagens, não seria considerada um tipo de modalidade; no entanto, é importante descrevê-la para o entendimento de fontes diacrônicas de muitos sentidos que se qualificam como modais. São sentidos da MOA as noções de *obrigação, necessidade, habilidade, desejo*. Os autores chamam a atenção para as relações diacrônicas entre alguns desses sentidos, tais como *desejo* originar-se da expressão de *habilidade*; a possibilidade de raiz originar-se da generalização de *habilidade*. A MOF não anuncia a existência de condições sobre o agente, mas antes permite ao falante impor tais condições sobre o destinatário. Encontra-se nos atos diretivos que incluem comandos, demandas, pedidos, súplica. A ME encontra-se em asserções e indica a extensão com que o falante está comprometido com a verdade da proposição. A modalidade epistêmica expressa *possibilidade* (asserção que indica ser a proposição possivelmente verdadeira); *probabilidade* (asserção que indica uma probabilidade maior de que a proposição seja verdadeira); e *certeza inferida* (asserção que fortemente implica que o falante tem boas razões para supor que a proposição seja verdadeira). As mesmas formas que são usadas para expressar MOF e ME são também usadas com verbos em certos tipos de sentenças subordinadas. Segundo uma orientação funcionalista e com base nos postulados sobre o processo de gramaticalização e de lexicalização (Bybee, 2003, 2006; Brinton e Traugott, 2002; Heine *et al.*, 1991; Hopper, 1991; Lehmann, 1992, 1995, 2002, 2005; Hopper e Traugott, 1993), as ocorrências de *quem sabe* foram descritas quanto à posição da expressão, ao escopo, ao tipo de frase, ao modo e tempo verbais, bem como aos valores modais observados. Esses usos modais foram analisados segundo a proposta de Hengeveld (2004), que distingue dois parâmetros importantes: alvo de avaliação (*modalidade orientada para o participante; modalidade orientada para o evento, modalidade orientada para a proposição*); e domínio de avaliação (*modalidade facultativa, modalidade deôntica, modalidade volitiva, modalidade epistêmica, modalidade evidencial*). Podemos afirmar, como conclusão parcial dessa análise, que os diferentes usos da expressão *quem sabe* parecem configurar o percurso de uma construção ainda composicional em que se anunciam condições internas de habilidade do agente (MOA/habilidade), associadas ao mundo sociofísico; para um uso epistêmico, indicativo de possibilidade no terreno das especulações do discurso. Nesse uso não-referencial, observamos que tal expressão funciona como fórmula encaixadora de conteúdos proposicionais e como satélite atitudinal (valor adverbial), com efeitos de descomprometimento, desejo, volição.

Palavras-chave: Gramaticalização; modalidade, expressão *quem sabe*.

Eixo temático do trabalho: *Gramaticalização e quadro teórico funcionalista*

“Antes de entrar no elevador, verifique se o *mesmo* encontra-se parado neste andar” – a mudança gramatical do item *mesmo* no português paulista

Autora: Anna Karolina Miranda OLIVEIRA

Orientadora: Maria Célia Pereira LIMA-HERNANDES

PALAVRAS-CHAVE: gramaticalização, mesmo, funcionalismo, mudança linguística

O presente trabalho tem como objetivo estudar o processo de mudança do item *mesmo* na língua portuguesa e verificar se esse item sofre um tipo de mudança específico: a gramaticalização. Para este estudo, propusemos a abordagem do processo de mudança sob um ponto de vista diacrônico, e para isso, fizemos o levantamento das ocorrências do item *mesmo* em um *corpus* de língua portuguesa dos séculos XX e XXI, que terão suas amostras analisadas contrastivamente. Estas duas amostras serão analisadas também sincronicamente nas modalidades falada e escrita. Durante a execução da pesquisa, recolhemos, organizamos e estudamos esses dados, agrupando-os em torno de um mesmo bloco funcional. O intuito prioritário era depreender desses conjuntos as características sintáticas, morfológicas e pragmáticas por meio do que se poderia reconhecer a atuação do processo de gramaticalização. Esse método de estudo permitiu identificar os padrões funcionais da palavra *mesmo* e organizá-los em termos de sua linearidade de desenvolvimento histórico, como fruto da atuação de um possível processo de gramaticalização. Para tanto, lançamos mão dos parâmetros básicos de Hopper (1991), que são *estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização*, pois, segundo esse autor, para estar em processo de gramaticalização, é necessário que um item se encaixe em um desses cinco parâmetros. A gramaticalização, cujo princípio fundamental é o da *unidirecionalidade*, é um processo de mudança que ocorre quando uma palavra ou uma construção (rotulamos esses dois elementos de *itens*) passa a se comportar como gramatical, ou quando um item gramatical se torna ainda mais gramatical, unidirecionalmente da função (semântica, sintática, fonológica e pragmática) mais concreta para a mais abstrata. Dado seu caráter de movimentação gramatical, pode ser surpreendido em todas as línguas do mundo (HEINE, CLAUDI & HÜNNEMEYER 1991, *apud* GONÇALVES *et alii*, 2007, p.23). Com a análise dos dados pretendíamos identificar possíveis motivos para que a gramática normativa tenha difundido como inaceitável um dos usos mais frequentes do item *mesmo*, que é o *mesmo* com valor de pronome e função anafórica. Este estudo visa à contribuição sobre a questão do preconceito que ronda esse uso do item *mesmo*, e pretende compreender o motivo pelo qual as pessoas acreditam estar falando corretamente quando dizem ou escrevem coisas do tipo “antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo encontra-se parado neste andar⁶”. Este trabalho foi

⁶ Lei Municipal 12.722 - 04/09/1998. Decreto 37.956 - 10/05/1999

desenvolvido sob um ponto de vista funcionalista, pois, para o funcionalismo, é fundamental que o estudo da língua seja orientado para e pelo uso. Lidar com a mudança em sincronia é a grande novidade dos estudos sobre gramaticalização, inovando as ideias científicas vigentes na área linguística até então. Neste estudo, propomos um método que alia a sincronia (estado corrente da língua) com a diacronia (estado histórico da língua), porém recortando num período de tempo mais restrito, dadas as peculiaridades do *corpus* e das próprias perguntas embutidas no projeto ora desenvolvido. A amostra do século XX reflete um período de ebulição social na cidade de São Paulo e essa movimentação poderia ter se refletido na dinâmica, em face da normatividade. Cotejar esse período com o século XXI é um desafio que deve ser enfrentado em prol da reflexão mais especializada sobre a normatividade.

(Apoio: FAPESP – Processo 2009/07797-6)

Gramaticalização de pronomes locativos em construções nominais e verbais do português

Mariangela Rios de OLIVEIRA

O foco de nossa pesquisa reside no levantamento, na descrição e na análise de construções nominais e verbais integradas pelos pronomes locativos *aí*, *ali*, *aqui*, *cá* e *lá* no português contemporâneo do Brasil. Tais construções, respectivamente estruturadas como *SN + Loc* (*meu amigo aqui*) e *Loc + SV / SV + Loc* (*daqui vem / sei lá*), são investigadas como resultantes de processo de gramaticalização, em que o pronome locativo destitui-se de sua função prototípica de adjunto circunstanciador de lugar, perde autonomia semântico-sintática e passa a compor unidade de nível maior, cumpridora de função mais gramatical ou mesmo pragmática. Nesses arranjos, o locativo despoja-se de suas marcas adverbiais regulares, como papel adjuntivo e circunstanciação espacial, para assumir função mais gramatical, em posição fixa, com alto grau de polissemia e integrado, do ponto de vista semântico-sintático, a uma unidade maior. Com base em suporte teórico funcionalista, na linha de Heine e Kuteva (2007), Brinton e Traugott (2006) e Traugott e Dasher (2005), entre outros, bem como em contribuições cognitivistas (Goldberg, 1995; 2006; Croft 2001), discutimos o *continuum* léxico > gramática em termos do uso dessas construções e destacamos as motivações metonímicas, face às metafóricas, como propulsoras dos padrões construcionais investigados. A pesquisa compatibiliza ainda a perspectiva gramatical com a discursiva, uma vez que controla gênero textual e sequência tipológica como variáveis intervenientes na funcionalidade e na produtividade das construções em análise, levando em conta, assim, as estratégias de subjetificação e de intersubjetificação envolvidas nos rituais da interação. De acordo com essa abordagem mais holística das construções em análise, propomos que, no nível da cláusula, motivações semântico-sintáticas concorrem para a articulação das construções em estudo; assim, as sequências do tipo *SN + Loc* e *Loc + SV / SV + Loc* são mais efetivamente consideradas como construção em cláusulas destituídas de *frame* espacial, em outros termos, em cláusulas cujos verbos

não expressam movimento, deslocamento ou estado físico, e cujos sujeitos não sejam agentivos; deste ponto de vista, em declarações como *Um menino aí deve saber o endereço dela* ou *Daqui vem a verdade* é possível a proposição das construções *um menino aí* e *daqui vem* de modo mais tácito do que nas variantes correspondentes *Um menino aí mora desde o ano passado* ou ainda *Daqui vem o menino correndo*, em que o *frame* espacial concorre para o sentido mais concreto e pleno dos pronomes locativos. Por outro lado, No nível textual, admitimos que as construções *Loc + SV / SV + Loc* tendem a articular sequências tipológicas do tipo expositivo e dissertativo/argumentativo, por conta do sentido mais abstratizado destes fragmentos, em consonância com o processo de metaforização pelo qual passam os constituintes das referidas construções. Segundo a mesma orientação, consideramos que gêneros discursivos em que se destaca o tom opinativo e persuasivo, como os editoriais, os artigos de opinião, os textos epistolares, dramatúrgicos, as conversações, as exposições orais, os blogues pessoais, entre outros, favorecem a seleção e a frequência das construções verbais integradas por pronomes locativos. Em relação a aspectos pragmáticos, consideramos que: a) a modalidade falada e os contextos interacionais marcados por maior informalidade motivam determinadas construções, como *sei lá*, *vamos lá* e *vem cá*; b) o maior nível de habilidade do emissor e os contextos de maior formalidade ensejam a articulação de construções de sentido mais lógico, de operadores discursivos, como *daqui vem* e *aí está*; c) as estratégias de subjetificação e de intersubjetificação, no âmbito das inferências sugeridas (Traugott e Dasher, 2005), concorrem para a articulação das construções *SN + Loc* e *Loc + SV / SV + Loc*.

Palavras-chave: pronomes locativos; construções nominais; construções verbais; metonimização

A TRAJETÓRIA DE GRAMATICALIZAÇÃO DO ONDE: uma abordagem funcionalista

Autora: Leonor de Araujo Bezerra OLIVEIRA

Orientadora: Dra. Maria Angélica Furtado da Cunha

Esse trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos da Linguagem – PPGEL – da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Teve como objetivo verificar a trajetória de gramaticalização do elemento *onde* na perspectiva da Linguística Funcional Contemporânea. Para tanto, analisamos um corpus de língua fala e escrita em diferentes níveis de escolaridade. Embora a sincronia seja o foco principal de nossa análise, buscamos subsídios na diacronia, observando a evolução das funções e dos significados assumidos pelo *onde* desde o latim clássico até nossos dias. Constatamos assim a multicategorização e a multifuncionalidade do *onde* que passa a acumular outros significados diferentes do sentido original de espaço físico como se fossem camadas. Este quadro pode indicar que o elemento *onde* está passando por um processo de regularização de novas funções e significados.

Palavras-chave: funcionalismo – gramaticalização – multicategorização - onde.

GRAMATICALIZAÇÃO DO COTIDIANO: A GRAMÁTICA DA DOR EM PORTUGUÊS E ESPANHOL

Adriana Silvina PAGANO - UFMG
Giacomo Patrocínio FIGUEIREDO – UFMG

)

A “gramaticalização do cotidiano” constitui o conjunto de recursos lingüísticos que empregamos para dar sentido à nossa vida cotidiana, representando tanto o mundo que percebemos fora de nós, quanto o mundo interior ou da nossa consciência. Halliday (1978) afirma que isto é possível porque a linguagem humana evoluiu (tanto como instrumento de organização do mundo à nossa volta, quanto como forma de estabelecimento de relações sociais) primordialmente para produzir significado e transmiti-lo a outros seres humanos. Essa concepção de linguagem leva à conclusão importante de que sua relação com o mundo material não é arbitrária, mas, na realidade, natural. O caráter natural dessa relação obrigou o sistema lingüístico a desenvolver mecanismos de modo a representar dentro da própria gramática a sua relação natural com o mundo. Desta maneira, os recursos gramaticais empregados em qualquer situação cotidiana (assim como em qualquer situação que envolva o uso de linguagem) são a fonte de produção de significado que possibilita aos falantes construir a realidade dessa situação. Por exemplo, a experiência de dor é construída pela gramaticalização do significado de ‘dor’ pelo sistema lingüístico de uma determinada comunidade de falantes. A partir dessa compreensão, quando se fala em ‘gramática da dor’, este conceito implica em compreendê-lo como a parte da representação da experiência humana que foi gramaticalizada para responder pela representação da experiência da dor no sistema lingüístico. Diante disto, a análise da dor como objeto de estudo gramatical, deve contemplar a amplitude dos recursos lingüísticos responsáveis por construí-la funcionalmente, o que implica em entendê-la primeiramente na gramática, mas também na sua relação com os diferentes estratos que a envolvem. Tendo como ponto de partida os estudos de Halliday (1998, 2002, 2005) sobre a gramaticalização da dor, este trabalho tem por objetivo descrever os recursos gramaticais que constroem a experiência de dor em português e espanhol. Buscou-se aqui delinear um percurso teórico e metodológico, baseado no conceito de gramaticalização da experiência, que permitisse descrever como a ‘dor’ é construída em português e espanhol e comparar a mesma nessas duas línguas. Para tanto, foi compilado um corpus contemplando três processos sócio-semióticos e

conseqüentemente três registros diferentes: a entrevista (diálogo oral e diálogo escrito), associada ao processo sócio-semiótico relatar, o texto informativo (escrito), associado ao processo explicar, e o fórum de discussão (diálogo escrito), associado ao processo compartilhar. Utilizando-se a metodologia baseada na lingüística de corpus, uma primeira busca foi feita para a obtenção de linhas de concordância com os lemas ‘dor’ e ‘dolor’. Em seguida, as orações referentes às linhas de concordância encontradas foram analisadas relativamente às funções transitivas que constroem gramaticalmente a experiência de dor e anotadas para a extração de dados quantitativos que permitissem consubstanciar a interpretação dos mesmos. Desta forma foi possível distinguir tipos de funções gramaticais empregadas por cada língua para construir a experiência de dor. Em seguida, foi realizada uma comparação gramatical das funções de cada língua. Foi possível observar que há uma alta freqüência da dor construída pela função gramatical de participante em ambas as línguas, contudo, de regiões distintas da gramática: em português, participantes materiais e em espanhol participantes mentais. Além disto, há uma maior realização da dor como processo em espanhol. Este estudo sugere um potencial para os estudos de gramaticalização abordados pela teoria sistêmico funcional que podem ser utilizados para a descrição e comparação das línguas em outras regiões do estrato gramatical.

Palavras-chave: gramaticalização funcionalista; representação da experiência; gramática da dor; gramática contrastiva.

Bibliografia

ARÚS, J. 2003: *Hacia una Especificación Computacional de la Transitividad en el Español: Estudio Contrastivo con el inglés*. Unpublished Ph.D. dissertation. Universidad Complutense de Madrid.

FIGUEREDO, G. *Descrição sistêmico-funcional do sistema de transitividade do português orientada para a produção multilíngüe de significado* (em prep).

HALLIDAY, M.A.K. *Language as social semiotic*. London: Arnold, 1978.

HALLIDAY, M.A.K. Grammar and daily life: concurrence and complementarity. In: *The collected works of M.A.K. Halliday*. v. 1. On grammar. London; Continuum, 2002.

HALLIDAY, M.A.K. On the grammar of pain. *Functions of Language*, 5, 1, 1998, p. 1-32.

HALLIDAY, M.A.K. On the grammar of pain. In: *The collected works of MAK Halliday*. v. 7. Studies in English Language. London; Continuum, 2005. p. 306-336.

PAGANO, A.; FIGUEREDO, G. *A construção da experiência da dor em Português e Espanhol*. No prelo.

Construções com ter: gramaticalização e variação

Maria da Conceição de PAIVA - UFRJ
Elzimar Castro M. de BARROS - UFRJ

O recrutamento de bases verbais ligadas ao domínio da posse para a expressão de significados no domínio da modalidade é um fenômeno recorrente em diversas línguas como atestam Olbertz 1998, Bybee et al 1994, Krug 2000, Heine 2003, REFERENCIAS...No português, o verbo de posse ter está na origem de duas construções (ter de + infinitivo e ter que + infinitivo), ambas ligadas à modalidade deôntica, como mostram os exemplos a seguir:

(1) [...] *A carga tributária só tem aumentado – lembram-se que o PT tanto reclamava disso e dizia que era a sua bandeira? – e não vemos contrapartida. A classe média tem de pagar plano de saúde, educação e, alguns até pela segurança particular.* (Cartas, O Globo 15-03-04).

(2) *Além de conviver com dificuldades operacionais e em uma situação de trabalho precária, os profissionais do Conselho Tutelar do Centro tiveram que enfrentar, ontem, os estragos da chuva. O espaço situado no setor 4 do Sambódromo do Rio, por onde diariamente passam cerca de 50 crianças, amanhecer alagado.* (Notícias/Reportagens – Chuva alaga conselho tutelar – JB 24-10-02)

Embora essas duas construções possam alternar em muitos contextos, observa-se no português brasileiro, que a construção ter que + infinitivo se implementa como forma predominante, relegando a construção ter de + infinitivo para contextos mais restritos. Nesta comunicação focalizamos essa variação na modalidade escrita do português com o objetivo de mostrar que a redução no uso de ter de + infinitivo, e conseqüentemente da variação, é uma decorrência da ampliação funcional da construção ter que + infinitivo. Há evidências sugestivas de que essa perífrase, inicialmente gramaticalizada como modal deôntico, empreende, no estágio atual do Português brasileiro, uma trajetória de gramaticalização no sentido de modal deôntico > modal epistêmico, como no exemplo (3):

(3) *Se comprovadas as acusações, a classe jornalística inteira terá de admitir que errou gravemente ao recusar-se a incomodar o então candidato Luiz Lula da Silva com perguntas sobre as relações de seu partido com a narcoguerrilha colombiana, privando o eleitorado de informações vitais para uma escolha sensata.* (Opinião – Olavo de Carvalho – O Globo 29-03-03)

Essa crescente abstratização da construção ter que + infinitivo envolve um deslocamento da modalidade orientada para o evento (event-oriented modality) para a modalidade orientada para o agente (agent-oriented modality), podendo ser caracterizada, portanto, como um processo de subjetivização. Em outros termos, constituiria mais uma instanciação do que Traugott (1989) postula como uma tendência mais geral de mudança semântica: os significados tendem a se tornar progressivamente mais subjetivos, baseados numa avaliação ou crenças do falante em relação aos estados de coisas descritos. Através de uma análise empírica de dados coletados em textos representativos de diferentes gêneros da mídia jornalística, depreendemos os parâmetros semânticos e discursivos associados a esse deslocamento, destacando-se entre eles a agentividade do sujeito e a presença de outros elementos sinalizadores de modalidade epistêmica. Uma análise estatística realizada com o auxílio dos programas GoldVarb 2001, permite mostrar que esses parâmetros

exercem um controle relevante sobre a variação entre as duas construções modais com *ter* e explicam a acentuada redução no uso da construção *ter de + infinitivo*.

PALAVRAS CHAVE: gramaticalização, variação, perífrases, modais

UM ESTUDO DO PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO *MAS QUANDO*

Ediene PENA-FERREIRA UFOPA/CNPq

Investigamos, nesta pesquisa, os usos da construção *MAS QUANDO* por falantes paraenses na cidade de Santarém, localizada a oeste do estado do Pará, no baixo Amazonas. A frequência com que a construção é utilizada pelos paraenses, em especial pelos santarenses, instigou nossa curiosidade e motivou-nos a pesquisar qual(is) função(ões) esse item desempenha no discurso. Levantamos a hipótese de que a construção em análise exemplificaria um caso de gramaticalização e estaria desempenhando, entre outras funções, a de marcador de contra-expectativa, ganhando um valor pragmático-discursivo. Por gramaticalização concebemos um processo de mudança linguística pelo qual um item e/ou construção lexical torna-se gramatical ou um item e/ou construção já gramatical torna-se mais gramatical. O primeiro uso do termo *gramaticalização* é atribuído a Meillet (1912), para se referir à passagem de uma palavra autônoma à função de elemento gramatical, vista como uma ferramenta histórica, que buscava dar conta das origens e mudanças típicas envolvendo morfemas gramaticais. Recentemente, os estudos sobre gramaticalização são investigados na interface discurso/gramática, pois se acredita, por exemplo, que categorias gramaticais podem se desenvolver a partir de funções discursivas (Bybee et al., 1994) e que orações se articulam para organizar retoricamente o discurso (Matthiessen; Thompson, 1988). Assim, entendemos que podemos estudar a construção *MAS QUANDO* dentro do paradigma de gramaticalização, pois o item resultante da junção das conjunções adversativa *MAS* e temporal *QUANDO*, itens já gramaticais, passa a ser usado com uma nova função no discurso. Estamos classificando a construção como marcador de contra-expectativa, porque, em nossa análise, o item em causa é empregado, pelo falante B, para negar o estado de coisas apresentado anteriormente, contrariando, portanto, a expectativa do falante A, ou contrariando sua própria expectativa. A conjunção *MAS* marca uma relação de desigualdade entre segmentos e é utilizada para organizar a informação e para estruturar a argumentação, o que implica a manutenção ou a negação de um dos membros coordenados. A conjunção subordinativa temporal *QUANDO* introduz as construções temporais, ou seja, as que denotam o tempo da realização do fato expresso na oração principal. Em uma análise mais acurada, percebemos que a negação enfática expressa pela construção, guarda traços adversativo e temporal presentes nas conjunções *MAS* e *QUANDO* respectivamente. A pertinência de traços é um dos princípios do fenômeno de gramaticalização (Hopper; Traugott, 1992). Nossa análise está dentro do quadro teórico funcionalista que se caracteriza pelo conceito de língua como um instrumento de comunicação e que, por isso, deve ser analisada como uma estrutura maleável, sujeita a pressões de uso em diferentes situações comunicativas. Segundo esse paradigma, são as necessidades comunicativas que determinam a estrutura gramatical. Como nossa pesquisa é de cunho funcionalista, os dados que compõem o *corpus* de ocorrência devem pertencer a dados reais. Por isso, utilizamos, para a análise da construção *MAS QUANDO*, ocorrências extraídas do *Corpus* de Textos Oraís do Português Santareno – CTOPS (Projeto apoiado pela FAPESPA e pelo CNPq e desenvolvido pelo Grupo de Estudos Linguísticos do Oeste do Pará – GELOPA) e ocorrências registradas de forma não sistematizadas, coletadas nas reuniões de família, nas conversas informais e em reportagens de televisão.

Palavras-chave: gramaticalização, funcionalismo, *mas quando*, contra-expectativa.

As construções causais em língua portuguesa: um caso de gramaticalização

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

George Luiz Manes PEREIRA⁷

O trabalho que se segue é um pequeno fragmento de minha dissertação de mestrado “Da Causalidade em Língua Portuguesa: um estudo do conector *porque* nos séculos XVI ao XX”, embasada no arcabouço teórico-metodológico da Variação e Mudança linguística, de Labov (2008) e Weinreich, Labov & Herzog (2007). No entanto, nessa apresentação, analiso casos em que o item *porque* participa de processos de gramaticalização, pois exprimem uma relação causal ou manifestações semânticas de causa com outros tipos de propriedades, ou que, em outras circunstâncias e contextos, apresentam uma semântica causal inovadora. Isso ocorre em momentos diferenciados, nos textos em estudo, como no exemplo 1: “*O efeito de tudo isto foi maravilhoso, porque, no dia seguinte, entregando eu as cartas do marquês de Angeja ao Arcebispo*” (Carta da Marquesa de Alorna, ano de 1750). Este dado seria considerado como participante de um processo de variação linguística, necessariamente, de gramaticalização, porque a relação de *efeito* que deveria aparecer na oração matriz não se encontra em seu lugar específico, sendo codificada ou na oração antecedente ou em todo o contexto do texto. Nesse caso, o que era para ser um simples processo de *Hipotaxe*, nos termos de Hopper & Traugott (1993), se tornou um elemento *Subordinativo*, no qual o elemento designado pelo conector causal *porque* está integrado sintaticamente na dependência dos elementos precedentes da oração, ou seja, contextos discursivos e inferenciais que refletem um arranjo argumentativo anteriormente expresso. Isso contraria toda uma tradição gramatical (BECHARA, 2009; CELSO & CUNHA, 1985; LIMA, 2000; etc.) em descrever uma oração causal como aquela que designa um fenômeno semântico de efeito/causa ou causa/efeito dentro da oração. Também existe uma dificuldade na especificação causal dos elementos sintáticos (conectivos) que têm função de advérbio, exprimindo circunstâncias de causa por meio de conjunção específica, uma vez que nos deparamos com casos como o exemplo 2: “Será bem difícil encontrar no tempo presente, uma rapariga nas circunstâncias da mana, *porque*, ainda que se podem achar muitas damas, nenhuma tão linda”. (idem, idem). Podemos dizer que, neste exemplo, ocorreu uma alternância de causa para concessão, uma vez que a conjunção *porque*, que deveria funcionar apenas para relacionar orações, exprimindo causa, alternou-se, neste contexto, pela *Concessiva embora*, o que não prejudica à compreensão e o sentido do texto. Isso deprenderia uma inovação conceptual de que levou os elementos considerados a mudarem de sentido ao longo do tempo? E no exemplo 3: “mano respondeu que S. Ex.a já sabia que o M. não perdia, *porque*, por fim, tudo se reparava” (idem, idem), a partícula sublinhada pode ser substituída por *enquanto*, conectivo Temporal. Nestes casos, a causalidade prevista ultrapassa os limites tradicionais, pois as relações causais não estão mais atreladas as representações lógicas inter-oracionais do texto, mas as intenções comunicativas do falante/ouvinte ou leitor/escritor. Dessa forma, partindo do princípio de que existem elementos cognitivos relacionados à compreensão e estruturação da articulação de orações, compreendemos esse fenômeno como uma realidade psicossocial da língua, e admitimos, assim como Hopper & Traugott (1993) e Gonçalves *at al* (2007), que todos os elementos constitutivos da língua podem passar por processos de mudança e variação. Dessa forma, como demonstramos nos exemplos acima, os diferentes fenômenos de gramaticalização apresentados, apesar de discorrerem de graus diferentes de gramaticalização, não contrariam a teoria em si. No primeiro caso, no exemplo 1, estamos diante de uma dada categoria gramatical que se tornou mais gramatical ainda devido ao grau de gramaticalidade que o conector

⁷Mestrado PUC/Minas; CNPq processo nº 132615

porque assume dentro e fora da oração, e por causa de sua dependência sintagmática aos elementos externos à sentença, expressando sua falta de autonomia. No segundo caso, exemplos 2 e 3, existe uma alternância semântica da partícula, expressando outras relações lógicas na sentença, com outra função de uso. Nos termos de Hopper (1991), seria um princípio de *Estratificação*, ou seja, novas ‘camadas’ linguísticas surgem de formas existentes, coexistindo com as antigas em um mesmo domínio.

Palavras-chave: *construções causais, conector ‘porque’, variação e mudança linguística, gramaticalização.*

Gramaticalização das construções $(prep^1) + (det) + N + (prep^2) + que$

Marli Hermenegilda PEREIRA (UFCG)

Maria Luiza BRAGA (UFRJ/CNPq)

Maria da Conceição de PAIVA (UFRJ/CNPq)

O objetivo deste trabalho é analisar a gramaticalização da construção $(prep^1) + (det) + N + (prep^2) + que$ em uma locução conjuntiva e os efeitos dessa mudança sobre o processo de vinculação das orações que elas introduzem. Inicialmente, apresentamos a hipótese dos estudos em gramaticalização, segundo a qual os processos de combinação de orações podem ser investigados à luz desse quadro teórico e seu pressuposto de que maior integração sintática se associa a maior grau de gramaticalização. Em seguida, caracterizamos a construção $(prep^1) + (det) + N + (prep^2) + que$, considerando a possível motivação desse processo e as mudanças morfossintáticas associadas a ele. Destacamos que a gramaticalização da construção $(prep^1) + (det) + N + (prep^2) + que$ em uma locução conjuntiva repercute no estatuto gramatical das orações iniciadas por ela, as quais, de subordinadas passam a funcionar como hipotáticas. Posteriormente, examinamos as orações introduzidas por $(prep^1) + (det) + N + (prep^2) + que$ segundo parâmetros tradicionalmente utilizados na análise das orações hipotáticas de tempo introduzidas pela conjunção subordinativa quando e congêneres. Mostramos que as orações encabeçadas por $(prep^1) + (det) + N + (prep^2) + que$ tendem a exibir um comportamento paralelo àquele apresentado pelas hipotáticas prototípicas. Concluímos que, em se tratando da gramaticalização da construção $(prep^1) + (det) + N + (prep^2) + que$, os resultados sugerem que uma oração complexa com segmentos combinados por subordinação passou a uma oração complexa com segmentos vinculados por hipotaxe. Se nossa interpretação é correta, temos nesse fenômeno evidências de que os processos de gramaticalização de novos conectores podem atuar numa direção inversa à prevista, ou seja, passando uma oração de [+ dependente, + encaixada] para [+ dependente, - encaixada].

Palavras-chave: gramaticalização; mudança lingüística; construções de tempo; conectores temporais.

Análise frequencial da construção ‘não é que’: um caso de gramaticalização?

Tatiana Schwochow PIMPÃO (PGLg/UFSC)

A recorrência de uso é um dos fatores responsáveis por tornar estruturas emergentes parte da gramática de uma língua. Claro está que uma nova estrutura não fará parte da língua de imediato, afinal não cabe a um indivíduo instituir seu emprego, mas é no uso que uma forma vai se firmando. Inicialmente, pode parecer meio aleatória, mas, com o tempo, a forma pode se acomodar e, se for o caso, consolida-se, passando a fazer parte da gramática. Antes, porém, novas formas emergem e, antes de se formalizarem na língua, passam por um estágio em que seu uso não é muito bem captado pelo falante, justamente por ser mais aleatório, menos sistemático. Nessa dinamicidade da língua, tem papel fundamental a frequência. A frequente repetição de uma palavra, por exemplo, aciona o desenvolvimento de mudanças fonéticas, podendo ainda revelar esvaziamento semântico, bem como apresentar expansão nos contextos de uso. Segundo Bybee (2001, p. 1), a frequência molda as palavras, a estrutura linguística, podendo desencadear três situações: redução da forma, redução do significado e emancipação da forma para cumprimento de outra função. A gramática, nesse sentido, é vista como dinâmica, emergente, com fins comunicativos, e a repetição caracteriza-se por seu processo criativo. Observa-se, portanto, o papel fundamental da repetição na redução da forma (fazendo emergir novas estruturas) e do significado, e ainda na ampliação de usos. A repetição pode ainda se tornar automatizada como uma unidade de processamento única. É nesse sentido que Bybee (2003, p. 603) mostra a construção como assumindo novas funções e não uma determinada palavra, pois não necessariamente uma palavra passará a desempenhar novas funções, mas sim uma certa construção em um certo contexto. Por isso, segundo a autora, o tratamento da tríade frequência, ocorrência e contexto deve ser considerado em conjunto. No presente estudo acerca da construção ‘não é que’, coletada do *cópus NILC (Núcleo Interinstitucional de Linguística de Corpus)*, observaremos essa situação: o operador de negação, junto a outra expressão – *é que* – passa a constituir uma construção única, desenvolvendo outros significados, podendo, quem sabe, vir a constituir-se em uma conjunção. Assim, os dados indicam que a frequência, no presente estudo, leva à expansão de contextos de uso. Dessa forma, são os seguintes os objetivos da presente pesquisa: i) fazer um levantamento quantitativo das ocorrências com a construção ‘não é que’, e ii) identificar as funções desempenhadas por essa construção. A pesquisa contempla a análise de, aproximadamente, 200 ocorrências da construção ‘não é que’, conforme ilustra um dado a seguir: *O Walter Lima disse até que minhas letras (de Chico Buarque) já são verdadeiros roteiros de clip, com história, sequência. Mas não é fazer uma redundante. Tem que se levar em conta a imagem como elemento estimulante. Não é que eu vá fazer clip, mas já pinta a ideia.* Nesse trecho, Chico Buarque, provavelmente atribuindo ao leitor a inferência de que ele próprio iria fazer um clip, antecipa-se e cancela tal interpretação. Essa ocorrência revela como a perda de transparência semântica pode favorecer uma maior autonomia de uma construção em novos contextos. Assim, a autonomia e a opacidade interna podem desenvolver novas funções pragmáticas, e essas funções se originam em contextos em que as construções são mais frequentemente usadas (BYBEE, 2003). De acordo com Bybee (2003), a frequente repetição de uma sequência de palavras torna-se automatizada, como se essa sequência constituísse uma unidade única. O aumento da frequência favorece uma maior autonomia de uma construção.

Palavras-chave: não é que, negação, construção, gramaticalização

Eixo temático: Gramaticalização e quadro teórico funcionalista

A gramaticalização da posposição de demonstrativos em português e espanhol

Victor Hugo Barbosa RAMALHO- UFMG

Os demonstrativos adquiriram, através dos tempos, especializações de uso em cada uma das línguas românicas, diferenciando-se não só do sistema original latino (composto de *hic*, *iste* e *ille*, tradicionalmente relacionados às pessoas do discurso), mas também entre si, o que resultou em assimetrias nos níveis morfológico, sintático e semântico. A fim de compreender melhor quais são algumas dessas diferentes assimetrias, realizou-se um estudo comparativo dos demonstrativos em português (*este*, *esse*, *aquele* e suas flexões) e em espanhol (*este*, *ese*, *aquel* e suas flexões), quando aparecem em posição posposta ao nome: procurou-se analisar principalmente as diferenças de utilização desse padrão sintático nas duas línguas e entender suas origens. Do ponto de vista teórico, adotou-se a proposta de análise do fenômeno de gramaticalização de Hopper & Traugott (*Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993) e do modelo teórico tipológico-funcional de Givón (*Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001). A hipótese considerada foi a de que a emergência do novo padrão sintático decorreu da necessidade de expressar uma nova função, ou seja, a forma posposta surgiu a partir da necessidade de se expressar uma função que não estaria sendo expressa por outro tipo de estrutura, uma vez que a posposição expressa um conteúdo semântico diferente daquele contido nas estruturas com anteposição. A posposição dos demonstrativos teria surgido a partir da reanálise de orações em que predicativo e sujeito (respectivamente, substantivo e demonstrativo), apareciam em contato, comumente em orações exclamativas, sendo reinterpretados ao passar do tempo como apenas um sintagma nominal. Essa reanálise da seqüência *substantivo + demonstrativo* teria permitido a gramaticalização de uma estrutura cada vez mais rígida através do tempo, assumindo a tarefa de expressar uma função mais específica, distinta da expressa pela ordem canônica *demonstrativo + substantivo*. Através de um estudo comparativo baseado em um corpus lingüístico, pôde-se confirmar que a posposição constitui uma estrutura marcada em ambas as línguas, com uma freqüência muito baixa de ocorrências, sendo mais freqüente no espanhol do que no português. Também se pôde observar que o tipo de posposição comum só começa a ser utilizada, em português, a partir do século XIX, uma vez que as ocorrências anteriores a este período são todas em orações exclamativas (estrutura-fonte). No espanhol, as exclamativas aparecem no corpus apenas a partir do século XVI. Outro aspecto importante é o de que as formas de F1 (*este* e flexões) são as que mais aparecem pospostas em português e as de F3 (*aquela/aquel* e flexões) em espanhol; entretanto, as formas de F2 (*esse/ese* e flexões) também estão se equiparando à freqüência de F1 em português, por causa da transformação do sistema ternário de demonstrativos em binário no português do Brasil.

Sobressaiu-se na análise dos dados o fato de que a posposição de demonstrativo no português bloqueia a presença de artigo definido no sintagma nominal enquanto no espanhol sua presença é obrigatória. Concluiu-se também que o gênero e o número dos demonstrativos não parecem exercer influência na posposição dos demonstrativos.

PALAVRAS-CHAVE: demonstrativos, posposição, gramaticalização, orações exclamativas.

A gramaticalização das orações causais em gêneros de fala e escrita

Jacqueline Varela Brasil RAMOS- UERJ

Palavras-chave: gramaticalização; clausulas causais, gêneros textuais

Até que ponto os gêneros discursivos podem estar influenciando no menor ou maior uso de determinadas estruturas na fala e escrita? Segundo Koch (1998), no interior de cada uma modalidade de língua há múltipla variação, causada por fatores diversos. Essas variações internas, por sua vez, são “determinadas principalmente pelo *gênero, ou objetivo retórico*”. Neste sentido, podemos pensar que as diversas formas que expressam a relação semântica de causa se distribuem de acordo com o objetivo retórico. Neste trabalho buscamos identificar em que medida as especificidades de cada gênero se refletem nas escolhas estruturais para expressar da relação semântica de causa. Para tanto, em nossa análise constitui de amostras de fala e escrita em que se considerem gêneros textuais que conjugam diferentes formas de organização discursiva e cumprem diferentes objetivos sócio-comunicativos, com graus variados de formalidade discursiva. Focalizamos essa questão à luz de pressupostos funcionalistas, em especial, os da Teoria da Gramaticalização. Assumimos nesta pesquisa o pressuposto de que a articulação de orações pode ser concebida em termos de um *continuum* de estreitamento sintático, segundo Hopper & Traugott (2003). Esses autores postulam que quanto mais integradas as cláusulas de um enunciado, mais gramaticalizadas elas seriam. Neste sentido, o processo de articulação de orações submete-se a um dos princípios básicos da teoria da gramaticalização, qual seja, o da unidirecionalidade. De acordo com esse princípio, admitem-se diferentes graus de dependência entre as cláusulas de um período composto, partindo da parataxe (- dependência – encaixamento), para um grau intermediário (+ dependência, - encaixamento) até a subordinação [+ dependência, + encaixamento], situada no pólo de maior grau de entrelaçamento sintático. A caracterização da trajetória na gramaticalização de cláusulas é assim esquematizada: Parataxe > Hipotaxe > Subordinação. Com base nessa concepção, podemos prever uma correlação entre os graus variados de vinculação sintática do nexos de causalidade e o grau de formalidade do gênero discursivo. Assim, é possível traçar um *continuum* entre as diversas formas de expressão de causalidade em função dos gêneros textuais. No exame do registro escrito, verificaremos a variação do nexos de causalidade nos gêneros Editoriais, Crônicas, Artigos de opinião, Notícias e Cartas dos leitores, extraídos dos jornais “O Globo”, “JB”, “Extra” e “O Povo”. Já na análise da modalidade oral, valemo-nos de duas amostras de gêneros mais informais, a Censo e uma outra que se constitui de um Banco de dados interacionais (BDI). Postulamos que em gêneros de maior formalidade discursiva, haverá maior concentração de formas de expressão de causalidade hipotáticas que, por sua vez, seriam predominantes na escrita, ao passo que em gêneros caracterizados por menor grau de formalidade, haverá predominância de elos causais paratáticos, mais presentes no discurso oral. Podemos esperar então que: a)- o gênero “Cartas” se situaria no pólo da extrema esquerda do *continuum* com maior concentração de formas mais frouxas de ligação do nexos de causalidade e, os gêneros Editoriais e Notícias estariam no pólo de extrema direita com predomínio de formas de maior entrelaçamento sintático. O gênero Crônicas, por sua vez, mais propício a variações de estilo, seria um grau de formalidade intermediário caracterizado pela convivência entre formas mais gramaticalizadas e formas menos gramaticalizadas de expressão de causalidade. b)- Os gêneros da amostra de fala, por se caracterizarem como representativos em termos de grau de informalidade, favoreceriam o uso de formas mais frouxas do nexos de causalidade, apresentando maior presença de estruturas paratáticas.

USO E GRAMATICALIZAÇÃO DO FUTURO DO SUBJUNTIVO EM PORTUGUÊS: UM ESTUDO FUNCIONALISTA PANCRÔNICO

Diana Liz REIS (UFSC/CNPq)⁸

Tempo, aspecto e modo verbais constituem-se em categorias interconectadas que compõem um domínio funcional complexo. Nesta comunicação, pretende-se discutir a relação entre essas categorias na expressão do futuro do subjuntivo no português antigo e contemporâneo, a partir de pressupostos teóricos do funcionalismo lingüístico de linha norte-americana, principalmente com base em Givón (2001; 2005; 2009), Bybee (1985) e Bybee, Pagliuca & Perkins (1991; 1994). Inicialmente, pode-se afirmar que, o futuro do subjuntivo atua como um dos meios/formas de expressão de um domínio conceitual: o da modalidade *irrealis* – uma megacategoria subdividida em deôntica e epistêmica conforme Givón –, uma vez que se trata de uma forma de futuro e de subjuntivo, ou seja, duplamente *irrealis*, de acordo com Reis (2010). Desta forma, se priorizará nesta comunicação, a discussão funcionalista sobre as origens das formas marcadoras de *futuro* e de *modalidade*, para que seja possível aventar hipóteses sobre os primeiros usos do futuro do subjuntivo em português. Sobre as formas de subjuntivo, conforme Bybee, Pagliuca & Perkins (1991; 1994), dir-se-á que as mesmas vão se gramaticalizando nas línguas através de morfemas verbais para marcar a modalidade *irrealis*, devido a motivações semântico-pragmáticas que surgem na interação comunicativa. E, em relação aos marcadores de futuro, destaca-se a afirmação de Bybee (1985, p. 156), segundo a qual, esses marcadores são frequentemente usados em funções atemporais, especialmente funções associadas com modo e modalidade. Desse modo, é possível encontrar, em muitas línguas, marcadores de futuro que primariamente tinham função de expressar modo. Exemplos de marcadores com função de modo e de futuro incluem marcadores de possibilidade e probabilidade, marcadores de intenção, desejo e volição. Chama a atenção ainda, a afirmação de (Bybee *at al.*, 1991), de que a função prototípica de formas gramaticais de futuro é de assinalar que uma predição sobre o tempo futuro está sendo feita, e, como predição trata-se de um tipo de asserção, formas de futuro frequentemente não ocorrem em orações subordinadas, mesmo quando a referência ao tempo futuro é claramente entendida, como nos exemplos do inglês: ‘*When I grow up I want to be a pilot/If he asks for it, I’ll give to him.*’ (Bybee *at all*, 1991, p. 19). Entretanto,

⁸ Doutoranda do curso de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Profa. Dra. Edair Görski.

é principalmente em contextos de orações adverbiais como estes que se vê o uso do futuro do subjuntivo em português, o que instiga à investigação de motivações no domínio semântico-discursivo que motivariam esses usos, e, que poderiam ter motivado a gramaticalização desse tempo verbal no português, uma vez que no latim não havia futuro do subjuntivo. Segundo Fleischmann (1982, p. 137), dentre todas as línguas que vieram do latim, o futuro do subjuntivo só está em uso efetivamente na língua portuguesa. A função do futuro do subjuntivo hoje em português era exercida no latim pelo futuro do próprio indicativo, conforme Almeida (1980, p. 278). Dessa forma, em função da aparente necessidade de uma investigação diacrônica sobre o surgimento desse tempo/modo verbal no português antigo, para que se possa discutir sobre o seu surgimento, neste trabalho busca-se discorrer sobre os primeiros empregos do futuro do subjuntivo na modalidade escrita, comparando com os usos atuais no PB, com base nos dados da dissertação de Reis (2010), enfatizando-se a inter-relação entre as categorias de tempo e modo, que compõem o complexo domínio funcional da modalidade *irrealis*, na expressão dos contextos de uso do futuro do subjuntivo. Os dados de análise são principalmente de cantigas medievais portuguesas e de alguns documentos históricos, mas também de peças teatrais de Gil Vicente e de transcrições de fala de informantes de Florianópolis do Banco de Dados Varsul (Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil), ou seja, abrangendo uma perspectiva pancrônica. Como uma breve ilustração desses supostos primeiros contextos de uso, destaca-se as seguintes ocorrências de futuro de subjuntivo em um texto que data do século XIII: “*quem no VIR, diga-lhi que sa prol; hu vos non VIR, dizede-mj, por Deus; e ela faça hi como QUISEr se nã OUVERr nada; a ygreja receba todo o seu.*” (Nunes, 1943, p.168). A principal hipótese norteadora desta proposta é a assunção de Bybee *at al.* (1994, p. 283) de que formas de subjuntivo, e de futuro vão se gramaticalizando nas línguas através de formas verbais específicas devido a motivações sintáticas e semânticas presentes em orações subordinadas.

Palavras-chaves: funcionalismo; gramaticalização; futuro do subjuntivo; orações subordinadas.

Estudo do *não* em formações nominais do português

Pâmella PEREIRA -UFMG
 Maria do Carmo VIEGAS

Universidade Federal de Minas Gerais

Consideramos neste texto as formações nominais do Português em que o *não* pode fazer referência a um adjetivo, como em *não verbal*, ou a um substantivo, como em *não sócio*. Partimos da seguinte questão: seria o *não* um prefixo ou parte de um composto? Propomos, aqui, a análise do elemento *não* a partir de duas abordagens relacionadas às mudanças linguísticas: uma à luz da Fonologia Lexical (Kiparsky, 1982, 1983, 1989); e outra considerando os estudos a respeito da gramaticalização (Hopper e Traugott, 1993). A Fonologia Lexical (FL) estuda a interação entre a morfologia e a fonologia, ou seja, a relação existente entre a estrutura morfológica de uma palavra e as regras fonológicas que se aplicam a essa estrutura. Segundo essa proposta teórica, o léxico está dividido em níveis e, em cada um, atuam regras morfológicas e fonológicas. Orientando-nos pelo modelo da Fonologia Lexical e de acordo com os estudos de Lee (1995), Moreno (1997) e Schwindt (2000), analisamos formações do tipo *não* + substantivo ou *não* + adjetivo como sendo constituídas de duas formas que passam separadamente por toda derivação no léxico e, depois, no nível pós-lexical, começam a ser usadas em uma única expressão. Nos estudos acima, baseados na FL, uma parte importante dessas formações não foi abordada. Em o *não sócio*, por exemplo, pode-se pressupor uma estrutura como o *que não é sócio*, em que há a elipse do verbo *ser* entre o *não* e o substantivo. Acreditamos que o elemento *não* esteja mais próximo da negação sintática e, por isso, as formações com *não* não seriam formações prefixais, nem formariam o tipo de composto que envolve *contra*, em *contra-ataque* por exemplo. Essa hipótese pode ser corroborada pelos argumentos de Silva & Míoto (2009) a respeito da caracterização dos prefixos do Português. Os autores apresentam como critério para excluir da prefixação as formações com *não* referente a adjetivo, além da questão do *não* ser uma forma livre, o fato de que esse tipo de formação não se dá no nível da morfologia, já que é possível perceber uma relação entre a formação da palavra e a sintaxe. Na negação sentencial, há um processo sintático de licenciamento de palavras negativas como *ninguém* ou *nenhum*: o *não* c-comanda essas palavras negativas na sentença. Quando se trata de formações do tipo *não* + adjetivo, Silva & Míoto (2009) apresentam os seguintes exemplos: “Considero o João não-fiel a ninguém. *Considero o João infiel a ninguém.” (p. 11). Conforme comentam os autores, o *não* é capaz de licenciar a palavra negativa *ninguém* após o adjetivo *fiel*, tornando gramatical a primeira frase dos exemplos apresentados. Já a segunda frase seria agramatical porque o prefixo *in-*, como qualquer prefixo legítimo, não tem relação com a sintaxe e, portanto, não c-comanda a palavra *ninguém*. A partir do argumento de que as formações do tipo *não* + adjetivo ou *não*+substantivo não apresentam a opacidade morfológica inerente à formação prefixal e a certos compostos, podemos entender que em uma expressão como *não sócio* há a negação de um verbo – *que não é sócio*. Testes comprovaram a aceitabilidade de sentenças como “Os não sócios de nenhum clube devem preencher o formulário azul”. Assim, o elemento *não* nas formações *não* + substantivo ou adjetivo apresentaria as mesmas propriedades da negação sentencial e, portanto, poderia ser entendido como núcleo funcional com características que o aproximam de um clítico sintático, ou seja, por hipótese, o *não* em análise estaria em um processo de gramaticalização, considerando os estudos de Ramos (1996) e Vitral (2006) a respeito da gramaticalização da partícula *não* numa abordagem formal. Estudos dos processos fonético-fonológicos das formações nominais em que há o *não* estão em curso, particularmente os processos de redução envolvidos.

Referências:

HOPPER, P. & E. TRAUGOTT. (1993). *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

KIPARSKY, P (1983). Word-formation and the lexicon. In: F. Ingerman (ed.) Proceedings of the Mid America Linguistics Conference. University of Kansas.

LEE, S. (1995). Morfologia e Fonologia Lexical do Português do Brasil. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

MORENO, C. (1997). *Morfologia nominal do português: um estudo de fonologia lexical*. Tese de doutorado. PUCRS

RAMOS, J. (1996). *A alternância entre “não” e “num” no Dialeto Mineiro: um caso de mudança lingüística*. Ms., UFMG.

SCHWINDT, L. (2000). O prefixo no português brasileiro: análise morfofonológica. Tese de doutorado. PUC-RS.

SILVA & MIOTO (2009). Considerações sobre a prefixação. ReVEL. Vol. 7, n. 12. [www.revel.inf.br].

VITRAL, L. (2006). A Negação: Teoria de Checagem e Mudança Lingüística. In: VITRAL & RAMOS, J. (2006). *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Belo Horizonte: Faculdade de Letras FALE/UFMG.

Palavras-chave: mudança lingüística, negação, prefixação, composição

Aspectos da gramaticalização do artigo em línguas crioulas.

Ilza RIBEIRO (UFBA) & Sônia CYRINO (UNICAMP)

O texto discute as etapas de gramaticalização de um demonstrativo em direção a um artigo, seguindo o esquema proposto por Lehmann (1995) e adaptado por Himmelmann (2001).

1. partícula dêitica => pronome demonstrativo => determinante demonstrativo => demonstrativo fraco / determinante definido => artigo definido => artigo afixal => marcador nominal

Os dados em discussão consideram fatos de crioulos do Oceano Índico (Bollée 2004), do crioulo do Cabo Verde (CVC) (Baptista 2007) e da fala de uma afro-descendente de Helvécia – Projeto Vertentes, informante provavelmente nascida no final do século XIX (Ribeiro 2009; Ribeiro & Cyrino 2009). Os fatos empíricos em estudo estão sintetizados como:

- (i) a função das partículas adverbiais *aqui, aí, lá*, como os verdadeiros dêiticos (exemplos em 1);
- (ii) uso de uma única forma de demonstrativo em cada crioulo (exemplos em 1);
- (iii) o uso amplo de nomes nus, com diferentes interpretações referenciais: genérico (exemplos em 2a/b/c), definido (exemplos em 2d/e/f), indefinido (exemplos em 2g/h/i).
- (iii) variação morfológica na marca de plural: em CVC pode ocorrer em nomes [+humano], mas só no determinante quando o nome é [-humano] (exemplos em 3a/b/c); em HV-19, só há morfologia de plural no determinante, exceto quando o quantificador *tudo* é realizado (exemplos em 3d/e/f); nomes plurais podem ocorrer com o determinante *O* (exemplos em 3g/h); em CVC também o quantificador *tudo* ocorre sem marca de plural no nome (exemplo 3i).

1.
 - a. Quand'ele sentô *nesse* banco *aí*, boca da noite (HV-19)
 - b. discê *o* bero *lá* (HV-19)
 - c. ça Blanc *là* (CrMau)
 - d. *Esse* tempo *lá* é sanfona (HV-19)
 - e. N ben faze *kel* kaza *li* ki pai di fidju da-m (MCR-ST)
(eu vim fazer esta casa aqui que o pai de meu filho me deu)
2.
 - a. *O Amigu* ka ta faze keli (CVC)
(amigo não faz isto)
 - b. Mas na acalipe não junta *Obicho* (HV-19)
 - c. pa valoriza *Opobri* (ST)
 - d. Graças a Deus, *O operação* deu em cima (HV-19)
 - e. Pri la trop ot pu li (CrMau)
(preço lá muito alto para ele)
 - f. *OMudjer* gosta d'el, fika ku el ala (TA-Brava)
(mulher gosta dele, fica com ele lá)
 - g. pa fase *O tetu* (CVC)
 - h. Vô 'marrá *O pano* (HV-19)
 - i. *O group lanvironnman* in defann sa bato... (CrMau)
(grupo ecologistas exigiu esse barco..)
3.
 - a. N odja *O pasaru* riba di kaza (p. 71) (CVC)
(eu vi pássaros por cima da casa)
 - b. Ma dja gosi, *O mininus* ta bai skola (CVC)
(mas, agora, meninos vão à escola)
 - c. Es faze *uns batankinha* di midju (CVC)
(eles fazê uns bolinhos de milho)

- | | |
|---|---------|
| d. eu passo <i>os óio</i> assim | (HV-19) |
| e. <i>das doença</i> | (HV-19) |
| f. <i>Tudo esse</i> é meu neto | (HV-19) |
| g. O <i>Gente</i> vai caçua da minha cabeça (as pessoas) | (HV-19) |
| h. Kaza di es aldeia e baratu
(O casas desta aldeia são baratas) | (CVC) |
| i. <i>tudu Ostanjeiru</i>
(todos os estrangeiros) | (ST) |

A análise também compara os dados dos crioulos e os da informante de HV-19 com os do PB vernacular e conclui que:

- (i) os crioulos das Ilhas Maurícias e das Ilhas Seychelles se apresentam em um primeiro estágio de gramaticalização;
- (ii) o crioulo de Cabo Verde está entre o segundo e o terceiro estágios da escala apresentada acima;
- (iii) a informante HV-19 apresenta um estágio de gramaticalização semelhante ao de CVC;
- (iv) o PB vernacular é geograficamente variável, com algumas regiões já tendo atingido o estágio de determinante como um mero marcador nominal (sem necessariamente ter passado pelo de artigo afixal); outras, porém, parecem estar em um estágio intermediário, com usos semelhantes aos de HV-19.

Referências

- Baptista, Marlyse. (2007). On the syntax and semantics of DP in Cape Verdean Creole. In: M. Baptista & J. Guéron. (eds.). *Noun phrases in creole languages. A multi-faceted approach*. John Benjamins. pp. 61-105.
- Bollée, Annegret. (2004). Le développement du démonstratif dans le créoles de l' Océan Indian. *Creolica*.pp.1-14.
- Himmelmann, Nikolaus. (2001). Articles. In: Martin Haspelmath et alli (eds.). *Language Typology and Language Universals*. Pp. 831-841.
- Lehmann, Christian. (1995). Thoughts on grammaticalization. Ms.
- Ribeiro, Ilza & Cyrino, Sônia. (2009). A expressão de DPs em dois registros de afro-brasileiros do século XIX. Apresentado no workshop "Gramaticalização: abordagens formais e funcionais".
- Ribeiro, Ilza (2009). O sistema de definitude e de referencialidade de uma falante afro-brasileira idosa. Apresentado no VI Encontro da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares. UFBA.

Estendendo a gramaticalização: expressões exploratórias

Tarcísia Lobo RIBEIRO - UFMG/Astrajur/MG
 Maria Antonieta Amarante de Mendonça COHEN - UFMG/CNPq

Considerando que o fenômeno denominado gramaticalização deve ser explorado translinguisticamente e não se circunscrever apenas ao estudo de uma língua, nossa primeira língua, trataremos aqui de algumas expressões correntes do alemão contemporâneo. Em primeiro lugar, um paralelo será traçado entre o caso da gramaticalização de *mente* na língua portuguesa, com o de seu correlato *Weise* na língua alemã contemporânea. Em seguida apresentaremos casos do que Harris & Campbell (1995) denominam expressões exploratórias, que seriam como que candidatas à gramaticalização. Tais expressões exploratórias pertencem na sua maioria à língua contemporânea falada e aqui não será investigada sua origem histórica em estados anteriores da língua ou proto-língua. Na Linguística Germânica, Polenz (1988:212-214) trata tais expressões como parte integrante da predicação, classificando-as como um subgrupo dos atos ilocutórios e denominando-as atos perlocutórios, cuja característica é o posicionamento do falante em relação ao que vai dizer (*Sprechereinstellung*). São expressões que ocorrem numa situação comunicacional em que o falante está sempre visando atingir seu ouvinte, de alguma forma, ou preservando sua imagem frente a seu ouvinte, ou sinalizando que está bem informado sobre posicionamento, sentimentos ou conhecimento do seu ouvinte. Tais formas são usadas na língua em outros contextos, e com outros significados, mas nesses casos, assumem esse papel de atingir o ouvinte. Assim é com *aber, eben, ja, ruhig, vielleicht, mal, eigentlich, denn, doch*, dentre outras, consideradas pela gramática alemã nesses casos como partículas modais ou modalizadoras. *Aber*, por exemplo, uma conjunção adversativa que significa ‘mas’, não o é em *Das ist aber praktisch!* Sinaliza surpresa por parte do falante: ‘Mas isto é muito prático!’. *Denn*, que como conjunção coordenativa significa ‘pois’, assume na função de partícula modalizadora o papel de sinalizar que o falante está exprimindo seu interesse ou está fazendo uma censura ao interlocutor, sendo portanto a mais usada em questões totais em alemão: “*Gibt es denn einen Mindestbetrag beim Einkauf?* ‘Haveria uma quantia mínima a ser paga no ato da compra?’, que demonstra o interesse do falante em obter esta informação ou *Bist du denn wahnsinnig?* ‘Você por acaso enlouqueceu?’, que sinaliza a censura do falante a algo feito ou dito por seu interlocutor, ou seja, segundo Polenz (op.cit.212-214), o modo como ele se coloca em relação ao próprio discurso (Cf. Hueber, 2006:44). O que fica evidente, no caso da partícula *denn*, é que a pergunta total em alemão torna-se menos inquisitória e mais polida, sendo por isto a mais explorada. Da mesma forma, os outros casos. Interessa-nos discutir se esse processo cronologicamente pontual pode relacionar-se de alguma forma à gramaticalização que é o resultado de um processo diacrônico como o de *mente*, na evolução do latim ao português. Em que este aspecto processual, que antecede o resultado gramaticalizado, poderia de certa forma relacionar-se aos casos contemporâneos, é o que queremos discutir. O ponto em comum entre o caso diacrônico de *mente* e os contemporâneos que nos leva a esta especulação é o fato de todos eles terem um significado modal ou serem modalizadores. Como se sabe, nos processos de gramaticalização o continuum –coeso a + coeso desempenham um papel importante. Na língua alemã a justaposição e aglutinação de formas são produtivas e elementos que se unem são também separáveis. Assim colocada, a questão levar-nos-á a considerar a classificação tradicional das línguas flexionais e das línguas aglutinantes em relação à gramaticalização. O alemão seria um tipo misto, dados a presença da flexão casual ao lado de ricos processos de composição através da aglutinação e da justaposição. Consideramos relevante que línguas desse tipo sejam consideradas nos estudos sobre gramaticalização.

Anyway, Tuttavia, Todavía: o mapeamento de uma mudança semântica

Ana Paula Antunes ROCHA- UFOP

Sweetser (1991) propõe a seguinte questão: por que palavras com sentido de “caminho” vêm a assumir significados próximos do que se vê em “however”? A autora cita “anyway” (ingl.) e “tuttavia” (it.), que literalmente significariam “todo caminho”. O item “todavía” (port.) pode ser incluído no conjunto, corroborando a hipótese de Sweetser de que haja uma relação semântica entre o sentido físico de “caminho” e o sentido abstrato expresso por “anyway” e “tuttavia” – ou ainda por “todavía”. Para a autora, essa relação se dá porque estruturas lógicas e estruturas conversacionais são pelo menos em parte entendidas em termos de locomoção e viagem físicas.

O item “todavía” é utilizado por Neves (2002) para exemplificar, ao lado de outros itens considerados adversativos, o que seria um processo inconcluso de gramaticalização. Said ali (2001) entende que a inclusão de “todavía” na categoria das partículas adversativas deve-se ao fato de o item ter sentido semelhante ao de “mas” e entende ainda que o item, na verdade, se encontra numa fronteira indecisa entre advérbio e conjunção. Melo (1970), Garcia (1992), Cunha e Cintra (1985) incluem o item entre as adversativas. Já outros autores, como Oiticica (1940) e Rocha Lima (1994), embora considerem “mas” como a adversativa prototípica, indicam haver, em “todavía”, “força argumentativa”.

Se se considera o item como conjunção, tem-se então um processo de gramaticalização, uma vez que sua origem se encontra numa expressão nominal que passou a exercer função adverbial – “tutta- via-” (lat.) –, ou seja, sua origem se encontra numa expressão pertencente a uma categoria menos gramatical do que a das conjunções. Se o processo de gramaticalização se concluiu ou não (e aqui se entende, de acordo com Neves, que não se concluiu), a mudança semântica é evidente e é similar à que se vê em processos de gramaticalização típicos. Trata-se de uma mudança semântica ocorrida graças a um processo constante de abstratização, tal como aquelas previstas por Heine *et al.* (1991) para os casos de gramaticalização. As mudanças semânticas sofridas pela expressão latina “tutta- via-”, ao longo de sua trajetória, são o foco do trabalho aqui proposto.

Machado (1967) afirma que o item significou, num primeiro momento, “constantemente, sempre, a cada passo” e, posteriormente, “não obstante, ainda”. Barreto (1999) defende que “todavía” seria a única conjunção portuguesa originada de um sintagma nominal. Descrevendo a trajetória do item, a autora entende que, como sintagma nominal, seu significado foi de “em todo caminho”, como advérbio, foi de “completamente” e, como conjunção, tem o sentido de oposição ao que é afirmado anteriormente. A autora propõe ainda uma reta linear entre os três sentidos dados, ou seja, do primeiro se teria derivado o segundo e, deste, o terceiro.

A partir das informações dadas acima, neste trabalho, serão seguidos os seguintes passos: (i) todos os exemplos de uso do item, sejam os medievais sejam os contemporâneos, serão analisados segundo o modelo de Sweetser (1991), que, embora tenha sido proposto para “but” (ingl.), aplica-se, segundo proposta de Rocha (2006), a “mas” (port.) e àqueles itens que também tenham sentido adversativo; (ii) à luz da análise feita das ocorrências estudadas, se defenderá que tanto os sentidos atribuídos ao item em seu uso adverbial quanto aqueles que lhe são atribuídos em seu uso conjuntivo ligam-se ao sentido original do sintagma nominal, não havendo, portanto, uma relação de derivação linear entre os diversos sentidos que possam ser atribuídos ao item. Assim, todos seriam motivados, de maneiras diferentes, pelo sentido original do sintagma nominal, devido a uma motivação metafórica constante, que promove a abstratização de sentido apontada por Sweetser, conforme se viu no primeiro parágrafo do resumo.

Palavras-chave: todavía; mudança semântica; gramaticalização; adversativas.

Reflexões sobre a emergência de construções: evidências translinguísticas

Angélica RODRIGUES- UFU/FAPEMIG

Nesse trabalho, comprometidos com a orientação teórica da Gramaticalização e da Gramática de Construções, investigamos um grupo de construções identificadas como Construções Verbais Paratáticas (CVPs). As CVPs pertencem a uma classe específica de construção que possui equivalentes em várias línguas da família Indo-Européia (Pullum 1990; Stefanowitsch 1999, 2000; Hopper 2002), incluindo as línguas românicas (Cosieru, 1977; Merlan, 1999; Arnaiz & Camacho, 1999; Rodrigues, 2006, 2007, 2009). Considerando dados do Português Brasileiro (PB), Português Europeu (PE) e Espanhol (ES), as CVPs podem ser descritas como uma sequência de V1 e V2, em que V1 e V2 compartilham sujeito e, na maioria dos casos, flexão modo-temporais e número-pessoais. Os verbos que podem ocupar a posição V1 se resumem basicamente aos verbos *ir*, *chegar* e *pegar* (e cognatos nas diferentes línguas), nas três línguas estudadas. V2 representa, por sua vez, uma classe relativamente livre. As ocorrências (1-3) do PB, PE e ES, respectivamente, são representativas das CVPs:

- (1) A única coisa que eu acho que ele fez- eh... por enquanto de bom, foi a época que o real tava... tava pau-a-pau com o dólar... mas que depois quando ele só conseguiu se reeleger, foi que *a gente foi e viu... que o real... tava, né? Desmoronando* . (PEUL/Censo)
- (2) Eu nessa altura até nem tava a chefiar o posto e de maneira que, távamos no cinema, isto começou a pouco e pouco a, a água aqui a parecer e, e, dirigi-me ali ao cinema *e fui e disse* à malta: «você têm que sair que isto ta aqui a entrar água». (Corpus de Referência do Português Contemporâneo Pf0965)
- (3) Ahora, generalmente que en las mujeres que estudian noto que hay una mayor preparación; es decir, la mujer que va a la universidad a estudiar, realmente *va y se dedica*, ¿no? en mayor porcentaje que los hombres que van a la universidad. (Habla Culta: La Paz: M12)

As CVPs possuem propriedades particulares relacionadas à dessemantização de V1, negação e flexão que garantem sua identificação como uma construção singular, embora possamos observar um compartilhamento de propriedades com as construções coordenadas e as construções com verbos seriais. Considerando dados sincrônicos, descreveremos as propriedades comuns e contrastivas das CVPs nas três línguas. Nosso objetivo é refletir sobre o processo de mudança que levou à emergência dessas construções. Pesquisas mais recentes têm promovido a aproximação dos estudos de Gramaticalização e da Gramática de Construções sob o argumento de que as duas abordagens pode se complementar na tarefa de investigação da natureza e da formação de construções. Essa proposta de análise linguística nos oferece duas perspectivas para o entendimento e a explicação de processos de mudança que operam na formação de novas construções na língua. Dessa forma, além da perspectiva de mudança diacrônica unidirecional prevista nos processos de gramaticalização, é possível também trabalhar com o conceito de redes construcionais, que preveem, sincronicamente, Relações de Herança entre construções (Goldberg, 1995, 2006). É nosso interesse, portanto, discutir a origem dessas construções, fornecendo dados relevantes para o aprofundamento do debate acerca tanto das relações entre construções numa determinada língua quanto da ampla distribuição dessas construções nas línguas românicas.

Palavras-chave: gramaticalização; gramática de construções; mudança linguística; línguas românicas.

A GRAMATICALIZAÇÃO DO PRETÉRITO PERFEITO COMPOSTO EM PROSAS DOS SÉCULOS XV E XVI: UMA ABORDAGEM SOCIOFUNCIONAL

Lorena da silva RODRIGUES (UFC)

O pretérito perfeito composto é, geralmente, caracterizado como uma forma que indica uma ação que se produziu em um certo passado que exprime, geralmente, repetição de um ato ou a sua continuidade até o presente (CASTILHO (1966), CUNHA; CINTRA (1983) e ILARI (1997)). Entretanto, os valores durativo e iterativo desse tempo verbal, em Língua Portuguesa, destacam-no em relação aos demais passados composto, advindos do latim e formados pela perífrase *Haber* + participípio, em várias línguas românicas. Essa diferença aspectual tem sido alvo de vários estudos sobre o processo de mudança linguística sofrida pelo pretérito perfeito composto ao longo da história da Língua Portuguesa, como exemplo dessas pesquisas, podemos citar as de Ribeiro (1993), Ilari (2001), Mattos e Silva (2003), Almeida (2006) e Barbosa (2008). Contudo, os posicionamentos teórico-metodológicos dessas pesquisas não dão conta da descrição precisa do objeto estudado, pois ora, apenas, atestam o uso da forma em períodos anteriores ao português moderno sem elencar fatores condicionantes a esse uso, ora descrevem o processo de gramaticalização na passagem de *ter* (pleno) + participípio adjetival > *ter* (auxiliar) + participípio verbal, ora exploram uma possível variação entre o pretérito perfeito simples e o pretérito perfeito composto. Diante disto, nossa pesquisa destaca-se por adotar um posicionamento teórico-metodológico sociofuncional, posicionamento que mescla duas teorias linguísticas: a Teoria da Variação e Mudança Linguística e o Funcionalismo voltado para a gramaticalização, visto que o fenômeno por nós estudado envolve questões léxico-gramaticais, semântico-discursivas e sociais. Dessa forma, nossa pesquisa compõe-se de duas etapas: a) a gramaticalização de *ter* (pleno) + participípio adjetival > *ter* (auxiliar) + participípio verbal e b) o envelope de variação, composto pela variável tempo passado perfectivo anterior ao momento de fala e pelas seguintes formas variantes: *ter* (*presente*) + participípio; *ter* (*pretérito perfeito*) + participípio; pretérito perfeito simples e *ser* (*presente*) + participípio de verbos intransitivos. Utilizaremos como *corpus* quatro textos, dois de cada século, para o século XV foram escolhidos a *Crônica de Dom Pedro* de Fernão Dias e *D. Diniz* de Rui Pina; para o século XVI, utilizamos *Ásia* de João de Barros e *Coronica troiana em Limgoajem Portuguesa* de autoria incerta. Esses textos foram escolhidos por serem narrativas, sequência textual que favorece o uso do pretérito perfeito como tempo principal. Os dados coletados foram analisados no programa estatístico GODLVARB X, programa que analisa dados linguísticos a partir da codificação das variáveis envolvidas. Elencamos, como fatores de controle da mudança e da variação linguística, na etapa de gramaticalização, a) os parâmetros paradigmáticos, b) os parâmetros sintagmáticos, c) a

modalidade, d) o aspecto, e) o tempo em relação à referência, f) a concordância entre o particípio e o abjeto direto do verbo *ter* e f) o tipo de verbo; no estágio de variação, a) a modalidade, b) o aspecto, c) a natureza semântica dos argumentos, d) o tipo do verbo e e) a referência temporal-textual, , a fim de comprovarmos ou refutarmos nossas hipóteses. Após este procedimento, retomamos as teorias de base para explicar as ocorrências do pretérito perfeito composto nas prosas do século XV e XV analisadas por nós.

Uso(s) de *tipo*, *igual* e *feito* como conector

Violeta Virginia RODRIGUES (UFRJ)

O tratamento dispensado às conjunções comparativas no âmbito tradicional permite evidenciar divergências entre os itens listados nas gramáticas e aqueles efetivamente utilizados pelos falantes da língua em contextos comunicativos reais.

Bechara (1975:162) limita-se a apontar como conjunções comparativas assimilativas os itens *como* e *qual*.

Cunha & Cintra (2007:588) listam como conjunções comparativas os itens *que*, *do que* (depois de *mais*, *menos*, *maior*, *menor*, *melhor*, *pior*), *qual* (depois de *tal*), *quanto* (depois de *tanto*), *como*, *assim como*, *bem como*, *como se*, *que nem*.

Kury (1987:91) afirma ser o item *como* a conjunção comparativa assimilativa prototípica, mas indica a possibilidade de itens como *qual*, *tal como* e *assim como* poderem introduzir orações comparativas.

Luft (2002:157) atém-se a listar como conjunção comparativa o item *como*.

Rocha Lima (2006:279) caracteriza as orações comparativas assimilativas como aquelas *cuja apresentação se faz com a conjunção 'como'*.

A constatação da possibilidade de *tipo*, *igual* e *feito* ligar duas orações e veicular o conteúdo de comparação reforça a necessidade de revisão no quadro das conjunções comparativas da Língua Portuguesa apresentado pelas cinco gramáticas tradicionais mencionadas.

A motivação para um estudo, enfocando, principalmente, a descrição do(s) uso(s) de *feito*, *igual* e *tipo* que podem funcionar como conjunção subordinativa comparativa e, portanto, ligando a oração subordinada adverbial comparativa à oração principal advém das contribuições dos trabalhos de Barreto (1999), Rodrigues (2001), Mateus et alii (2003) e Casseb-Galvão & Lima-Hernades (2007). Rodrigues (2001) destaca o fato de não haver consenso na classificação das conjunções subordinativas comparativas, nem entre gramáticos tradicionais, nem entre os linguistas. Durante sua pesquisa, a autora encontrou outros itens conjuncionais diferentes daqueles normalmente prescritos pelas gramáticas normativas, dentre eles *feito*.

Barreto (1999:488), ao tratar da gramaticalização das conjunções do Latim ao Português, menciona o emprego dos itens *feito* e *tipo* como conjunção subordinativa comparativa. Embora não tenha encontrado casos de *feito* e *tipo* em seu *corpus*, sobre estes dois itens conjuncionais afirma que “a esses processos formadores, pode-se ainda acrescentar o emprego de uma forma verbal ou de um substantivo isolados como conjunção: *feito*, *tipo* (conjunções comparativas).”

Mateus et alii (2003:732), em nota de pé-de-página, constata que *há expressões linguísticas que estabelecem comparação, mas não são incluíveis nas construções comparativas canônicas*, citando como exemplo desse caso a estrutura *Ele é [IGUAL ao pai.]* que, para elas, têm comportamento similar ao que consideram como construção canônica *Ele é [COMO o pai.]*.

Casseb-Galvão e Lima-Hernades (2007:166), ao relacionarem gramaticalização ao ensino, defendem a tese de que os itens *tipo*, *igual* e *feito*, em Língua Portuguesa, têm sido usados, principalmente na fala, como conjunção subordinativa comparativa, isto é, com a mesma acepção de *como*. A partir da constatação desses autores, iniciou-se a pesquisa sobre o(s) uso(s) dos itens *tipo*, *igual* e *feito* funcionando como conectores, à luz da vertente funcionalista, principalmente, levando em conta o conceito de gramaticalização.

Entende-se por gramaticalização o processo que envolve mudança de propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas de uma unidade linguística que implica, por sua vez, mudança de seu *status* categorial. Como paradigma, a gramaticalização se atém ao modo como as formas e as construções gramaticais surgem e ao modo como são usadas.

Tendo em vista que, no âmbito do Funcionalismo, a estrutura linguística tem seus usos sempre atrelados ao evento comunicativo, para a realização deste trabalho, foram analisados 2.039 (dois mil e trinta e nove) textos e 554 (quinhentos e cinquenta e quatro) jornais e boletins, presentes em três

diferentes *corpora*: o *corpus* do grupo D&G, o *corpus* do Projeto VARPORT e o *corpus* formado pelos jornais e boletins veiculados no Jornal da ADUFRJ-Ssind. Os aspectos observados na coleta de dados foram modalidade linguística, gênero textual, tipo da estrutura, forma da oração e posição da construção.

Tendo em vista os pressupostos teóricos adotados, a noção de conector como palavra ou expressão que conecta, isto é, “liga” partes de orações, cláusulas, períodos inteiros e, até, fragmentos de texto maiores que uma sentença, estabelecendo uma relação semântica ou pragmática entre os elementos ligados, torna-se mais adequada do que simplesmente utilizar-se o conceito de conjunção para englobar os itens que promovem a articulação de cláusulas ou porções maiores de texto.

Até o momento, os resultados evidenciam que como conector, *igual*, distancia-se dos outros itens; em um total de 88 (oitenta e oito) casos, 70 (setenta) são de *igual*; 13 (treze) são de *tipo*; 5 (cinco) são de *feito*.

Com base na análise qualitativa de 88 (oitenta e oito) dados reais de Língua Portuguesa, pode-se reiterar o processo de gramaticalização sofrido pelos itens *tipo*, *igual* e *feito* – vocábulos que, originalmente, se incluem na classe de palavras dos verbos, adjetivos e substantivos, respectivamente, e que passam a funcionar como conjunções subordinativas comparativas em determinados contextos comunicativos.

Palavras chave: conjunção comparativa, gramaticalização, conector, construções.

Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador: UFBA, 1999. Tese de Doutorado. 2 Vol.

CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina & LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Gramaticalização e ensino. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite *et alii* (org.). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007. p. 157-195.

CUNHA, Celso Ferreira da & CINTRA, Lindley. *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed., Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 3. ed., São Paulo: Ática, 1987.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 2002.

MATEUS, Maria Helena Mira *et alii*. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 45. ed., Rio de Janeiro: José Olympo, 2006.

RODRIGUES, Violeta Virginia. *Construções comparativas: estruturas oracionais?* Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Tese de Doutorado. 1 Vol.

Gramaticalização e lexicalização: faces diferentes de um mesmo processo atuando nas construções com objeto incorporado em português

Maria Elizabeth Fonseca SARAIVA (UFMG)

A íntima interação entre léxico e gramática tem sido reconhecida por vários linguistas de diferentes orientações teóricas. Compartilhando dessa perspectiva, nesta comunicação, indago se haveria evidência a favor da atuação dos processos de gramaticalização e lexicalização nas construções do português de verbo acompanhado de SN nu objeto, por mim denominadas *construções com objeto incorporado*. Para tanto, da extensa bibliografia referente aos dois processos, vou eleger como suporte teórico principalmente os conceitos expressos em Heine et alii (1991) e Cabrera (1998). Assim como defendido em Saraiva e Bittencourt (1990) e Saraiva e Mello (2008) com referência aos processos metafóricos e metonímicos, também com relação à gramaticalização e à lexicalização será adotado ponto de vista semelhante, de que ambas representam polos opostos e complementares de um mesmo processo de mudança linguística, em consonância com o exposto em Cabrera (1998). Com referência à gramaticalização, dentre outros aspectos, deve-se destacar que tem sido considerada um processo unidirecional de mudança do léxico para a gramática, de tal modo que alguns itens léxicos passam a ser usados, em certos contextos, com função gramatical. O processo atua ainda no interior da própria gramática, numa trajetória de itens menos gramaticais a mais gramaticais.

Nesta comunicação, interessa-me principalmente a primeira trajetória, em que itens pertencentes a classes lexicais abertas têm seu potencial funcional reduzido em direção a usos mais gramaticais, como adposições ou morfemas. É meu intento averiguar a hipótese de que a perda de traços sintáticos e semânticos do objeto representado por SN nu, elemento em adposição restrita ao verbo, fornece evidência a favor da atuação de um processo de gramaticalização desse elemento na sincronia atual do português, de tal modo que o uso reiterado desse elemento faz que sua função se torne regular e previsível, emergindo assim uma nova construção sintática, com características próprias.

A hierarquia semântica apresentada por Heine et alii (1991), na qual se observa um processo de gradual abstratização envolvendo a gramaticalização também fornecerá evidência a favor da hipótese acima mencionada.

Por outro lado, deslizando-se o foco de atenção das características “mais gramaticais” do nome incorporado para nos concentrarmos no “output” do processo, no todo semântico que se obtém com o conjunto *verbo + SN nu objeto*, cabe afirmar que o possível processo de gramaticalização a ser investigado pode ainda alimentar um processo de lexicalização das construções destacadas. Em

outras palavras, o resultado que se obtém, em última análise, é a “nomeação” de uma ação ou processo, o que nos remete a questões relativas à lexicalização e à íntima relação entre os dois processos considerados. Questões como essas deverão, assim, nortear essa comunicação.

Referências:

CABRERA, Juan C. Moreno. On the relationships between grammaticalization and lexicalization. In: RAMAT, Anna G.; HOPPER, Paul J. (Org.). *The limits of grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 211-228.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. From cognition to grammar: evidence from African languages. In: HEINE, Bernd; TRAUGOTT, Elizabeth. C. (Org.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v. 1, p. 149-188.

SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca; BITTENCOURT, Vanda de O. A concordância verbal em estruturas com SN complexo no português: um caso de interferência de fatores metonímicos e metafóricos. In: PONTES, Eunice (Org.). *A metáfora*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 91-114.

SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca.; MELLO, Heliana. Deslocamento metonímico no alçamento argumental no português brasileiro. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2008. (Manuscrito)

PALAVRAS-CHAVE: objeto incorporado; gramaticalização; lexicalização; SN nu objeto

A construção do tipo foi fez: uma interface entre gramaticalização e gramática das construções

Thaís Moreira SILVA UFJF

O presente trabalho tem como objeto de estudo a construção *Foi Fez* – doravante, CFF –, a qual foi descrita e analisada por Rodrigues (2006, 2009) como um novo padrão construcional no português brasileiro. Embora os trabalhos realizados pela autora contribuam bastante para análise da CFF, há ainda lacunas e importantes questões controversas a serem debatidas. Apesar de ter discutido o estatuto teórico da gramaticalização em sua tese de doutorado, Rodrigues (2006) não conseguiu encontrar subsídios para afirmar que a CFF – enquanto construção – constitui um caso de gramaticalização. Além disso, a autora, embora faça alusão à gramática das construções – através do trabalho de Goldberg (1995) –, não trata das relações de herança que seriam responsáveis pela emergência da CFF como construção. Temos como objetivo avançar em relação à proposta de Rodrigues (2006, 2009) na medida em que buscamos corroborar as seguintes hipóteses: a) a CFF representaria um caso de gramaticalização de uma construção, em que V1 atuaria com escopo de subjetificação (TRAUGOTT, 1995, *forthcoming*) em relação a V2 e a todo conteúdo proposicional; b) a CFF teria sido originada a partir de um processo de herança múltipla (GOLDBERG, 1995), já que esta construção apresentaria características/propriedades das cláusulas coordenadas, das construções com verbos auxiliares e das construções com verbos seriais; c) a partir de uma relação de herança por instanciação (GOLDBERG, 1995), estaria ocorrendo a emergência de um novo padrão construcional que tem como base a CFF prototípica, o qual é intitulado, neste trabalho, de CFF Intensificadora. Com o intuito de validar as hipóteses estabelecidas – e considerando que a CFF é mais encontrada em situações reais de fala –, optamos por trabalhar com *corpora* que recobrissem a modalidade falada. Mais especificamente até, optamos por trabalhar com *corpora* que representassem o dialeto mineiro, a saber: a) o *corpus* do projeto “Fala Mineira”, constituído pela Profa. Nilza Barrozo Dias, na Universidade Federal de Juiz de Fora; b) o *corpus* do projeto “Mineirês: a construção de um dialeto”; constituído pela Profa. Jânia Martins Ramos, na Universidade Federal de Minas Gerais; c) o *corpus* do projeto “Corpus Conceição de Ibitipoca”, constituído pela Profa. Terezinha Cristina Campos de Resende. Através de uma análise sistemática dos dados levantados para a pesquisa, buscamos, então, consolidar a hipótese de que a CFF e a CFF Intensificadora constituem a gramaticalização de novos padrões construcionais na língua.

PALAVRAS-CHAVE: CFF; gramaticalização; subjetificação; gramática das construções; relações de herança.

A metáfora gramatical no desenvolvimento textual: uma abordagem integrada da Lingüística Sistemico-Funcional e da Teoria das Estruturas Retóricas

Igor A. Lourenço da SILVA UFMG

Adriana S. PAGANO UFMG

Sob a perspectiva da Lingüística Sistemico-Funcional (LSF), o processo de gramaticalização pode ser abordado no eixo temporal a partir de três dimensões complementares. Pela dimensão *ontogenética*, contempla-se o desenvolvimento da linguagem pela criança, desde uma protogramática até o sistema gramatical próximo da linguagem adulta; pela dimensão *filogenética*, enfoca-se a evolução dos sistemas gramaticais em uma determinada língua; e, pela dimensão *logogenética*, observa-se o desenvolvimento do discurso, à medida que o texto é construído pelos significados lógicos, experienciais, interpessoais e textuais condensados na oração (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). A evolução do sistema lingüístico nas três dimensões apontadas dá lugar a um fenômeno em particular pelo qual significados construídos em determinadas ordens (*e.g.*, a oração) são retomados em ordens inferiores, como o grupo ou a palavra, envolvendo processos de compactação e realinhamento das relações entre a gramática e a semântica. Esse fenômeno é abordado pela LSF por meio do conceito de *metáfora gramatical*, o qual envolve mudanças com impacto na configuração metafuncional e a conseqüente gramaticalização de conectores lógicos em frases preposicionadas, destas em verbos, destes em adjetivos e destes em substantivos (HALLIDAY, 1998). O mapeamento da metáfora gramatical nas três dimensões temporais permite observar, sob uma perspectiva *semogenética*, mudanças na forma como nossa experiência do mundo é gramaticalizada e a disponibilização de novos recursos para a geração de significados. O caso paradigmático estudado pela LSF é a evolução do discurso científico por meio de movimentos de metaforização gramatical, tendo a nominalização um papel fundamental como recurso para a construção de entidades abstratas, que se tornam objetificadas e concretas (HALLIDAY, 1998). O estudo do texto na dimensão de sua *logogênese* é um espaço relevante para se observar princípios *semogenéticos* como os que têm lugar no discurso científico, uma vez que é no desenvolvimento do texto que os mecanismos de metaforização gramatical operam de forma análoga ao desenvolvimento no plano da *ontogênese* e da *filogênese*. Uma abordagem complementar da análise *logogenética* pela LSF, enfocando também as relações entre a gramática e o discurso, é a Teoria das Estruturas Retóricas (RST, ou Rhetorical Structure Theory), que examina a organização textual com base nas relações retóricas que orientam e circunscrevem a interpretação do texto por parte do leitor (MANN; THOMPSON, 1987; MATTHIESSEN, 1991, 1995, 2004). A RST identifica relações entre partes de um texto, classificadas de acordo com seu papel na orientação dada ao leitor para a interpretação do mesmo. A articulação da análise das relações retóricas com a análise dos significados lógicos, experienciais, interpessoais e textuais, com base na LSF, permite compreender, por um lado, como relações retóricas são gramaticalizadas e, por outro, qual o impacto de processos metafóricos nas relações retóricas de um texto. Esta apresentação tem por objetivo ilustrar a articulação LSF – RST por meio da análise de duas versões de um texto de popularização da ciência, originalmente publicado na revista *Scientific American*, nas quais há diferentes graus de compactação de significados. Com base nos resultados da análise, são feitas reflexões sobre o potencial da LSF e da RST para mapear processos de gramaticalização que possam elucidar aspectos da geração do discurso.

FORMAS REDUZIDAS DE A GENTE: NOVOS CLÍTICOS NO PB?

Francisca

Paula

Soares

MAIA

(UFMG)

Esta comunicação insere-se em um quadro de investigações que vem sendo realizadas sobre a gramaticalização da forma *a gente*. Na Língua Portuguesa Brasileira (PB), a forma *a gente* vem se gramaticalizando, assumindo o lugar de forma pronominal de 1ª. pessoa do plural, tendo realização padrão com verbo na 3ª. pessoa do singular, conforme pesquisas realizadas sobre a inserção de *a gente* no quadro pronominal do Português Brasileiro (cf. Maia, 2003, sobre a variação nós / *a gente* no dialeto mineiro; Lopes, (1999 e 2004); sobre a variação dessas formas no dialeto carioca; Zilles, (2002 e 2005) sobre o comportamento desta forma no dialeto gaúcho; dentre outras). A expressão *a gente* nem sempre se referiu à 1ª pessoa do plural no discurso. Esta forma contemporânea, conhecida como pronominal para a expressão da *pessoa do falante + alguém* no discurso na Língua Portuguesa Brasileira, tem sua forma lexical originária no latim *gens, gentis* significando em princípio “raça”, “família”, “tribo”, “o povo de um país, comarca ou cidade” (Lopes, 1999: 35). Em conformidade com a escala de gramaticalização de HOPPER & TRAUGOTT (1993), segundo a qual inicialmente (i) um *item lexical* torna-se (ii) um *item gramatical*, realiza-se em seguida como (iii) *clítico*, para, em um último estágio, tornar-se (iv) um *afixo*, sendo que tornar-se um *item gramatical* significa “passa[r] a assumir posições mais fixas nas sentenças, tornando-se mais previsível em termos de uso” (cf. MARTELOTTA *et alii*, 1996, p. 46), pode-se dizer que a inserção de *a gente* no quadro pronominal, ou seja, sua mudança de status de forma *lexical* para forma *pronominal* corresponde ao passo (ii) neste processo. Durante as investigações desta transição as autoras supracitadas Lopes, Zilles e Maia mencionam a ocorrência de formas reduzidas de *a gente* nos *corpora* investigados, o que levou à seguinte questão: Estariam estas formas reduzidas de *a gente* indicando a continuidade de seu processo de gramaticalização? Entendendo-se que ao usarem as variantes *a ‘gen/, a /’ente, ‘ag/te* (cf. Maia, 2003) ou ainda *a gen; gen; a ‘ente; ‘ente; ‘en; ‘te* (cf. Zilles, 2002) os falantes do PB estão usando formas variantes, isto é, dizem a a mesma coisa de várias maneiras atribuindo-lhes o mesmo valor de verdade (Labov: 1994), desenvolveram-se as investigações quanto a esta etapa da gramaticalização de *a gente* à luz da Teoria da Variação. Os dados orais para análise através do programa de análise acústica PRAAT foram obtidos por meio da realização de um experimento com sentenças cuidadosamente elaboradas, observando-se as propriedades fonéticas dos contextos de ocorrência, duração total, ritmo e acento; e a quantificação dos dados foi realizada mediante o programa GOLDVARB 2001. As gravações foram realizadas em cabine acusticamente tratada, no Laboratório de Fonética da Faculdade de Letras da UFMG. Os informantes, representantes do gênero masculino e feminino, pertencem a três faixas etárias: Jovens (de 19 a 34 anos); Medianos (de 35 a 49 anos); Idosos (com 50 anos ou mais). De escolaridade superior e não-superior. Desse modo, este trabalho tem por objetivo apresentar alguns resultados das observações realizadas a partir da hipótese de que essas reduções podem tratar-se de um processo de cliticização de *a gente*.

Palavras-chave: gramaticalização; cliticização; Teoria da Variação; Fonética Acústica

A Gramaticalização em Cláusulas Relativas

Elenice Santos de Assis Costa de SOUZA - UFRRJ

O presente estudo trata da gramaticalização de conectivos empregados em cláusulas relativas do português brasileiro contemporâneo com base em amostra constituída a partir de textos do domínio discursivo jornalístico, das modalidades oral e escrita. Foram coletados editoriais, artigos, crônicas, entrevistas e notícias. Entende-se como cláusula relativa finita a construção que se subordina a um sintagma nominal (SN), denominado antecedente, por meio de um pronome relativo, com o qual estabelece uma relação de predicação. Esse SN pode ser constituído minimamente por um nome, por um pronome ou por uma categoria lexicalmente vazia. A análise pautou-se na metodologia qualitativa sob o enfoque teórico do Funcionalismo, mais precisamente da Gramática Sistemico-Funcional de Halliday (1994), além de outros estudos, como os de Lehmann (1986, 1988), Heine (2003), Decat (1999), Prince (1992), Cunha, Oliveira e Martelotta (2003). Concebendo-se a gramaticalização como um processo que modifica tanto itens que vão do léxico para a gramática quanto os que mudam no âmbito da própria gramática, levantamos a hipótese de que alguns conectivos empregados em relativas estariam se gramaticalizando. Além disso, ao se gramaticalizarem, eles provocariam mudanças na forma de combinação das cláusulas de que fazem parte. De acordo com Lehmann (1988), as cláusulas distribuem-se ao longo de um contínuo que vai da parataxe, no polo esquerdo, à subordinação, no polo direito, considerando a hipotaxe e o encaixamento diferentes graus de subordinação. Sob essa ótica, as relativas não-restritivas situam-se no campo da hipotaxe, e as restritivas, no do encaixamento. Segundo Heine (2003), a gramaticalização de uma expressão linguística envolve os seguintes mecanismos: perda de conteúdo semântico (dessemantização); uso em novos contextos (extensão); perda de propriedades típicas das formas fonte (cliticização, afixação) e perda de substância fonética (erosão). A atuação inter-relacionada desses quatro mecanismos tem como consequência uma evolução descrita com um modelo em três estágios: I) uma expressão linguística A é recrutada para cumprir gramaticalização; II) essa expressão adquire um segundo padrão de uso, B, que apresenta ambiguidade em relação a A; III) finalmente A se perde, restando somente B. Este estudo debruçou-se especificamente sobre as relativas introduzidas por sequências como *o que, qualquer ... que, sempre que, a impressão que* etc. A partir da gramaticalização de alguns conectivos, duas são as direções que essas relativas podem tomar: tornarem-se mais encaixadas assumindo características de completivas; ou tornarem-se menos encaixadas atuando no âmbito da hipotaxe. Acreditamos que a trajetória de relativas rumo à hipotaxe ou ao encaixamento se deva ao teor semântico do sintagma relativizado e ao papel do contexto linguístico, entendido como “o ambiente verbal da unidade” (cf. Charaudeau e Maingueneau, 2004). Na medida em que os sintagmas envolvidos possam desempenhar, nas cláusulas matrizes e nas subordinadas, determinadas funções e papéis no âmbito, respectivamente, dos sistemas de modo e de transitividade, de acordo com a Gramática Sistemico-Funcional, determinados traços semânticos, como tempo, lugar, modo etc., de certos sintagmas possibilitam-nos desempenhar o papel de circunstância favorecendo, assim, a trajetória da relativa para o campo da hipotaxe, como no exemplo “*Você fez muitas músicas com temas políticos em uma época em que havia preconceito contra o pessoal da Jovem Guarda*”. Aqui, o uso da sequência destacada, nesse co-texto, viabiliza a leitura hipotática da subordinada, que passa a desempenhar o papel de circunstância fomentado pelo valor temporal do sintagma *uma época*. Quanto ao encaixamento, ele também decorre da viabilidade de a relativa conectar-se ao sintagma verbal da matriz, não mais estabelecendo uma relação de predicação com um SN, como no exemplo “*Quem fala isso não sabe o que está acontecendo e, pelo visto, não me conhece*”. Nesse caso, a sequência destacada passa a funcionar como um conectivo único ligando o verbo da matriz ao seu complemento – a cláusula subordinada. Cabe ressaltar que, na concepção de gramaticalização adotada, nem todas as expressões linguísticas

passam por todos os estágios, bem como a forma fonte pode coexistir com a forma que está se gramaticalizando, ambígua em relação à outra, por tempo indeterminado na língua. É o que atestam dados como “*O número de reclamações pode impressionar, mas é preciso levar em conta que os que votaram com rapidez e sem problemas não se manifestaram (...)*”. Aqui, a flexão de número indica que a forma *o* ainda preserva sua independência em relação à *que* – pronome relativo encabeçando uma cláusula relativa – diferentemente do exemplo anterior. Desse modo, este estudo visa a comprovar tanto a gramaticalização dos conectivos quanto o movimento das cláusulas relativas na direção da hipotaxe ou do encaixamento. Com isso, acaba por corroborar também alguns postulados funcionalistas, como o de que as categorias linguísticas não são discretas e o de que as línguas são entidades altamente dinâmicas.

Palavras-chave: gramaticalização; cláusulas relativas; hipotaxe; encaixamento.

O percurso do pronome ‘eles’ na hierarquia de indeterminação do sujeito sob o enfoque da gramaticalização

Elizete Maria de SOUZA/UFMG

De acordo com as Gramáticas Tradicionais (GTs), a categorização do sujeito no Português Brasileiro (doravante PB) é tratada de forma bipolar: determinado/indeterminado. Ainda, segundo as GTs, o uso da 3^a. pessoa do plural, sem sujeito gramatical expresso, constitui a forma, descrita por todos os gramáticos, para expressar o sujeito indeterminado. Com base nos pressupostos da Teoria da Variação e Mudança Lingüística (LABOV, 1972, 1994, 2001), o estudo de Souza (2007), entretanto, mostrou que os falantes da capital mineira realizam 80% de sujeitos ‘eles’ plenos em contraposição a apenas 19% de sujeitos vazios de 3^a. pessoa, masculino plural. Os resultados apresentados no trabalho supracitado mostram que o uso do pronome ‘eles’, na posição de sujeito, é maior quando o sujeito é determinado (.62). Isso mostra que o sujeito [+det] favorece a ocorrência do pronome ‘eles’, o que não traz nenhuma novidade. Mas, além de realizar sujeito determinado, o pronome ‘eles’ também realiza sujeitos indeterminados no Português falado em Belo Horizonte (.41), o que é surpreendente, principalmente se nos atentarmos para o fato de que a 3^a. pessoa é considerada o contexto de maior resistência ao preenchimento da posição de sujeito no PB. Segundo Souza (op.cit.), o pronome ‘eles’ apresenta graus diferentes de indeterminação. Dependendo da relação estabelecida entre o pronome ‘eles’ e diferentes tipos de Sintagmas Nominais (SN) antecedentes, o sujeito indeterminado pode ser do tipo locativo, coletivo, genérico e até mesmo indefinido, quando não há qualquer tipo de referência expressa no contexto lingüístico. A partir da análise do tipo de referência do SN antecedente na realização do pronome sujeito ‘eles’, foi possível chegar à seguinte hierarquia de indeterminação do sujeito: locativo (.77) > coletivo (.65) > genérico (.54) > indefinido (.33). Essa hierarquia reflete, ela mesma, uma escala de preferências de realização do pronome ‘eles’ como recurso de indeterminação, que é também um percurso que vai do [+específico] ao [-específico], sendo possível perceber uma gradação no eixo referente à especificidade. A proposta básica deste estudo consiste, portanto, em investigar o processo de mudança do pronome ‘eles’ determinado ao ‘eles’ indeterminado, sob a ótica da gramaticalização, uma vez que, nos processos de mudança descritos pela noção de gramaticalização, a expressão da indeterminação aparece num estágio posterior ao da expressão da determinação. Segundo Hopper & Traugott (1993:133), nesse processo existe uma tendência a uma ‘significação mais geral’. Por significação mais geral, entenda-se um percurso que poderia ser descrito a partir das seguintes etapas, conforme Croft (1990) *apud* Hopper & Traugott (1991:157): +def./+ref. > -def./+ref. > -def./-ref. Na verdade, o que se observa para o uso do pronome ‘eles’ é um processo de gramaticalização, cujo pronome ‘eles’ estaria passando de um estágio gramatical para um estágio ainda mais gramatical, ou seja, o que explicaria a possibilidade de encontrar no português atual duas interpretações associadas ao pronome ‘eles’, tanto para expressar a determinação como para expressar a indeterminação, sendo possível detalhar as etapas desse processo da seguinte forma: +def./+esp. > -def./+esp. > -def. > -esp., sendo [def.], definido e [esp.], específico. Nesse sentido, a etapa +def./+esp. incluiria o sujeito determinado; a etapa -def./+esp. incluiria os sujeitos indeterminados do tipo locativo, coletivo e genérico e, por fim, a etapa -def./-esp. incluiria o sujeito indeterminado, propriamente dito, ou seja, aquele cuja referência não se encontra especificada no contexto lingüístico. Em outras palavras, o pronome ‘eles’ parece estar caminhando numa trajetória peculiar descrita pelos estudos da gramaticalização: um item vai se tornando cada vez mais abstrato, o que implica dizer que, neste caso, que o pronome ‘eles’ estaria caminhando na direção de perda de conteúdo específico.

Palavras-chave: Pronome ‘eles’, Indeterminação do Sujeito, Gramaticalização, Teoria da Variação.

A multifuncionalidade de *enquanto*: reflexões preliminares

Autor: Christiane Maria NUNES de SOUZA (CNPq/UFSC)

Resumo:

Este trabalho situa-se entre os estudos sobre gramaticalização de abordagem funcionalista (mais especificamente, da escola funcionalista associada a Talmy Givón, entre outros) e parte da possibilidade de se tratar da gramaticalização de um item sob uma perspectiva sincrônica, prevista por Hopper e Traugott (1993). Nessa perspectiva, ganha destaque o caráter multifuncional dos itens estudados. O objetivo deste trabalho é iniciar um mapeamento dos domínios funcionais que podem ser ocupados pelo conectivo *enquanto* no português brasileiro. O *corpus* utilizado é o Banco de dados VARSUL (Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil) do estado de Santa Catarina, cuja amostra foi coletada nas cidades de Florianópolis, Blumenau, Lages e Chapecó, na década de 1990. A motivação inicial deste estudo se deu pela percepção de que o conectivo *enquanto* pode ser usado tanto para indicar simultaneidade como concessão; percepção esta nascida da leitura do texto de Heine (2003), que faz uma breve menção ao caráter multifuncional do item *während*, que seria a tradução mais comum de *enquanto* para a língua alemã. Para complementar essa observação, foram pesquisados no texto de Traugott e König (1991) elementos sobre a gramaticalização do conectivo *while*, que, da mesma forma que o *während* no alemão, é a tradução esperada de *enquanto* para a língua inglesa. Os exemplos oferecidos por esses autores do uso desses dois conectivos eram perfeitamente traduzíveis para os usos de *enquanto* na língua portuguesa. Apesar da perspectiva adotada, levar-se-á em conta o percurso diacrônico de gramaticalização do item *enquanto*, com base no estudo de Barreto (2002), pois, de acordo com Traugott e König (1991), muitos dos conectivos concessivos mantêm seu sentido original (de concomitância ou simultaneidade) mesmo depois de adquirir novos significados (de concessividade); ou seja, para esses autores, seria possível, na sincronia, perceber as funções originais e, portanto, mais antigas, dos itens em análise. Como resultado deste trabalho, foram encontradas diferentes funções associadas ao item *enquanto*. Além da concomitância e da concessividade, já previstas, foram identificadas as seguintes funções: i) somente concomitância, como em ‘A avó dele é muito querida, conversava enquanto ele tomava café [...]’ (SCBLU13); ii) somente concessividade, como em ‘[...] Daqui a Erexim se faz numa hora e meia, enquanto que, naquela época, eles levavam onze dias de viagem.’ (SCCHP20); iii) concomitância + concessividade, como em ‘Às vezes até em partes financeiras eu colaboro como eles, enquanto que eles colaboram comigo mais pela presença.’ (SCFLN12); iv) concomitância + condicionalidade, como em ‘[...] Enquanto tinha claridade, tinha que economizar’ (SCBLU01), ou em ‘[...] Enquanto o governo não entender o povo, o que é que a gente vai esperar, não é?’ (SCCHP22); e v) (Na) qualidade (de), como em ‘Assim, enquanto jovem, cinema aos domingos, que só tinha sessão sábado e domingo, no começo.’ (SCBLU05). Além disso, são feitas reflexões iniciais e aventadas hipóteses a respeito do efeito que a negação pode causar quando associada ao item *enquanto*, como em ‘[...] Enquanto eu não saí e virei as costas, eu não descansei’ (SCFLN23), e sobre a origem de usos como ‘eu, enquanto professora’ ou mesmo ‘eu, enquanto pessoa’.

Palavras-chave: Enquanto; Multifuncionalidade; Gramaticalização; Sincronia.

CONTEXTOS ESPECÍFICOS FAVORECEM A GRAMATICALIZAÇÃO? UMA ANÁLISE ATRAVÉS DAS CONSTRUÇÕES *VÁ LÁ* e *VAMOS LÁ*

Ana Cláudia Machado TEIXEIRA UFF

Estudar a língua em uso, em seus contextos específicos, é crucial para compreender a gramática como uma estrutura em mutação, em consequência das ocorrências inerentes ao discurso, das motivações cognitivas envolvidas e em razão das estratégias utilizadas pelos produtores do texto no momento da interação. Nos termos de Traugott (2004) e Bybee (2004), a recente literatura sobre a gramaticalização parece concordar que não é mais suficiente defini-la como um processo pelo qual um item lexical torna-se um morfema gramatical, mas como um processo que focaliza centralmente o desenvolvimento de lexemas em construções de contexto específico, expandindo as fronteiras do que é frequentemente considerado gramaticalização. A partir desse panorama, promove-se uma análise das construções "vá lá" e "vamos lá" no que diz respeito aos fenômenos ligados à mudança linguística e relativos ao processo de gramaticalização que as levam a se rotinizarem, sendo codificadas numa unidade em prol de um único sentido convencionalizado em determinados contextos. Parte-se da hipótese de que tais construções deixam de ser formadas por dois vocábulos independentes: um verbo lexical pleno e um advérbio locativo, para tornarem-se uma construção, uma unidade de sentido e de forma usada em situações sintático-semânticas e discursivo-pragmáticas específicas. Os itens dessas unidades perderiam sua autonomia e deixariam de exprimir seu sentido original, passando a articular um novo sentido em prol da eficiência comunicativa. Sob o enfoque do funcionalismo linguístico, nos termos de Bybee (2004), Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003), Traugott (2004, 2008), Traugott e Dasher (2005), entre outros, visa-se examinar os padrões de uso de "vá lá" e "vamos lá", entendidas como uma construção, nos termos de Goldberg (1995; 2006) e Croft (2001). Percebe-se que as construções em estudo passam de um domínio concreto para um abstrato. Em "vá lá" o verbo parte do domínio concreto de deslocamento no espaço para um mais abstrato de deslocamento na expressividade e o locativo, de um sentido físico-espacial de lugar para um lugar na opinião, como em: "Só isso. Ainda que, vá lá, os tradicionais adversários tivessem se juntado em Belo Horizonte, que, ao menos, tal união tivesse honrado a política com uma liderança real." Com a construção "vamos lá", o verbo passa a um domínio mais abstrato de deslocamento na intenção e, seu locativo, a um lugar na intenção, como em: "Sim, na linguagem do Senado a "nobreza" pode vir junto com a "mentira", a "excelência" com a "culpa", mas vamos lá – isto não é defeito, mas virtude.", ambas trajetórias abstratizadas por conta de motivações de ordem metonímica e metafórica. As ocorrências em seus sentidos originais convivendo com seus novos sentidos demonstram que a polissemia é favorecida metonimicamente por determinados contextos e a partir de inferências sugeridas nas trocas interativas. Todo esse processo se inicia quando o falante tende a codificar na proposição sua subjetividade, através de suas crenças e atitudes e, quando o foco se movimenta para o ouvinte, percebe-se a ação da intersubjetividade, que parte da relação produtor e destinatário. A análise busca investigar gêneros textuais e sequências tipológicas que permitam observar o processo de gramaticalização, partindo de inquéritos, entrevistas, artigos de opinião, blogs, carta de leitores e comentários de "blogs". Visa-se apresentar os contextos discursivo-pragmáticos preferenciais para o uso das construções "vá lá" e "vamos lá", as diversas funções que elas podem assumir de acordo com a situação comunicativa e a influência da estrutura sintático-semântica para a sua gramaticalização.

Palavras-chave: MUDANÇA LINGUÍSTICA, CONTEXTO DISCURSIVO, GRAMATICALIZAÇÃO, CONSTRUÇÕES

A Hipótese da Convergência Construcional por Via de Generalizações de Superfície – Uma alternativa à Unidirecionalidade e à Linearidade

Tiago Timponi TORRENT

Este trabalho investiga, em uma perspectiva diacrônica, a formação de uma rede de construções do Português do Brasil (PB) que compartilha o esquema sintático para (SN) infinitivo. São analisados 15 padrões construcionais nos quais o referido esquema pode funcionar (i) como uma construção sintaticamente independente das demais com as quais se combina; (ii) como um dos argumentos perfilados por outra construção; (iii) como parte integrante de construções modais e aspectuais; ou (iv) como uma construção de perspectivização discursiva. As Construções em Para (SN) Infinitivo compartilham também a propriedade semântica de apontarem para um espaço-mental que representa o destino de um movimento no plano das intenções. Apresenta-se uma análise sincrônica das relações de herança existentes entre as construções em estudo, propondo-se, com base na Hipótese das Generalizações de Superfície, uma rede de motivações para tais construções no PB atual. Posteriormente, investiga-se o percurso histórico de formação dos padrões construcionais em para (SN) infinitivo, desde o Latim, passando pelo Português Europeu Medieval e Clássico, até o PB. Em vista da impossibilidade de se tratar, diacronicamente, a Rede de Construções em Para (SN) Infinitivo como produto de um processo unidirecional de gramaticalização, propõe-se a Hipótese da Convergência Construcional por Via de Generalizações de Superfície, segundo a qual, construções não relacionadas historicamente, ou oriundas de processos de gramaticalização distintos, podem formar uma rede motivada sintática e semanticamente pelo efeito das generalizações realizadas pelos falantes a partir das formas de superfície das construções. Tal hipótese é sustentada por uma análise da evolução diacrônica da frequência relativa de ocorrência das Construções em Para (SN) Infinitivo em comparação com a de outras construções que possam funcionar como suas “paráfrases”. Tanto a análise sincrônica quanto a diacrônica são baseadas em dados de fala e escrita, respectivamente, levantados a partir de corpora da fala mineira e de textos históricos de diversos gêneros.

Palavras-chave: 1. Gramática das Construções. 2. Rede Construcional. 3. Generalizações de Superfície. 4. Construções em Para (SN) Infinitivo.

Uma gramaticalização em cadeia para indicação de aspectos?

Luiz Carlos TRAVAGLIA (ILEEL/UFU)

Neste trabalho são apresentados os resultados de um estudo da gramaticalização dos verbos começar/ passar – continuar – acabar/ terminar e deixar a partir da hipótese de que, nos textos, eles constituem uma cadeia de sequenciação, marcando o início, o meio e o fim das situações como marcadores de aspectos (inceptivo / cursivo / terminativo e começado / acabado) e/ou como sequenciadores textuais. Para preencher funções textuais e discursivas correlacionadas, estes verbos teriam entrado em processos de gramaticalização mais ou menos simultâneos e correlacionados. Pela hipótese, os valores e funções desses verbos seriam de duas naturezas distintas, mas de certa forma interligados:

- a) atuariam como recursos da Língua Portuguesa para expressão de aspecto (inceptivo, cursivo e terminativo; começado e acabado);
- b) atuariam como recursos da língua para ordenar elementos textuais e/ou situações expressas nos textos, marcando inepção / início, continuação / continuidade / meio e término / final.

O estudo revelou que a gramaticalização desses verbos realmente se apresenta relacionada à expressão de aspectos, mas que os mesmos se gramaticalizaram para exercer também outros valores gramaticais: ordenadores textuais, marcador de tempo, marcador de modalidade, verbo de ligação, operador argumentativo, indicador de resultatividade, indicador de finalização, indicador de cessamento.

Palavras chave: Gramaticalização, verbo, aspecto, funções gramaticais dos verbos.

A construção *ter que + infinitivo*: considerações sobre sua possível trajetória de gramaticalização e formas em variação

Carla Regina Martins VALLE (CAPES/REUNI)-UFSC

A construção *ter que + infinitivo*, frequentemente usada para expressar a noção deôntica de obrigação, surge de uma longa e complexa trajetória de gramaticalização que envolve o verbo *ter*. Apesar de pouco investigada nos estudos que versam sobre verbos e construções modais, seu uso não é recente, tendo sido encontradas ocorrências em corpora escritos do século XV: *non tomando a hus por dar a outros nem dando tanto hu dia que per todo o ano non tenha que dar...* (Vital, 2006).

Estamos interessados na observação das construções com *ter que + infinitivo* em uma perspectiva sociofuncionalista, que possa unir pressupostos teóricos e tratamento metodológico do funcionalismo – via gramaticalização (Palmer, 1991; Heine, Claudi e Hünemeyer, 1991; Hopper e Traugott 1993; Givón, 2001, 2002 e 2005), e da Teoria da Variação e Mudança (Labov, 1966, 1972, 1994 e 2009; Weinreich, Labov e Hezou, 1968) .

Há registros do uso da construção em inglês *have to* por volta do século XIII e, apesar de ainda rara no Inglês Médio, mostra-se bastante frequente no Inglês moderno (Krug, 2000). A construção parece ter surgido de um processo de reanálise, no qual *to have*, com o sentido semântico de *posse*, deixa de ser entendido como verbo pleno depois de vários estágios, passando a atuar como auxiliar diante de infinitivo (Heine, 1993): *I have to write*.

Em português, a construção *ter que + infinitivo* parece ter seguido um percurso similar ao da construção *have to*. Sofrendo mudanças sintáticas e semântico/pragmáticas, a construção inteira passa a atuar como auxiliar modal e, através de um processo de subjetificação (Traugott, 1996 e 2003), é acrescida de um sentido que envolve o estado de crenças do falante a respeito da proposição sobre a qual atua: *Não adianta dar um presente bom e ganhar um presente ruim, né? Então tem que dar igual, mesmo tanto...* (Projeto VARSUL). Atualmente, além da integração sintática e da mudança semântica, o modal *tem que* parece estar passando por um processo de cristalização característico dos estágios mais avançados de gramaticalização. É comum, principalmente entre as crianças, a interpretação/produção e escrita da construção como forma única, algo como *tenque* ou *tenki*, o que também ocorre no inglês com *have to/hafta*.

A mudança de sentido e de função sintática da construção investigada faz com que ela se apresente nos dias de hoje em variação com outras formas que parecem ter a mesma função: *Eu tenho que escrever ~ Eu preciso escrever ~ Eu devo escrever*. Essa variação é percebida no corpus da cidade de Florianópolis, integrante do Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana no Sul do Brasil), que temos analisado.

Contudo, a análise das ocorrências em variação não é tarefa simples já que requer mais do que a identificação de possíveis formas em variação. É necessário verificar em que medida tais formas são intercambiáveis, pois em muitos contextos a escolha de um ou de outro auxiliar modal pode determinar significados distintos, ou parcialmente distintos. Nesse sentido, a relação entre *ter que* e *dever* é particularmente complexa e deve ser mais bem investigada, pois em muitos contextos é difícil determinar que modalidades estão em jogo.

Palavras-chave: Gramatização; variação; construções modais; *ter que*.

Inovação X Mudança: a interseção Gramaticalização/Teoria da Variação e Mudança

Lorenzo VITRAL

Maria do Carmo VIEGAS

Alan Jardel de OLIVEIRA

Universidade Federal de Minas Gerais

Como é sabido, a Teoria da Variação e Mudança, desde o texto seminal de Weinrich, Labov e Herzog (1968) (cf. também Labov (1972)), implementa, numa abordagem teórica objetiva, a idéia de que as línguas, como fatos sociais, estão sujeitas a mudanças, prevendo-se que, para tanto, sofrerão variação linguística. Nessa visão, duas premissas são centrais: (1) a heterogeneidade que se observa nas línguas é ordenada, ou seja, é possível estabelecer princípios que as descrevam e as expliquem; (2) a produção das formas de uma língua pelos falantes pode ser variável, o que é tratado, inicialmente, por meio da noção de regra variável, e tem, como consequência, a co-ocorrência de formas intercambiáveis sem que o significado que se intenta veicular seja prejudicado. De acordo com a fórmula tornada célebre, das formas co-ocorrentes e concorrentes deve ser aferido o mesmo *valor de verdade* no mesmo contexto, o que é condição imprescindível para que ocorra a mudança linguística.

Por outro lado, como também sabemos, o fenômeno da mudança linguística é ainda objeto de descrição e análise da perspectiva teórica que se serve da noção de Gramaticalização (Hopper, P.; Traugott, E. (1993)). Por meio dessa noção, ao observar estágios diferentes de uma língua, captamos o fato de uma forma funcionar, inicialmente, como um item de natureza lexical e, em seguida, passar a funcionar também como um item de natureza gramatical.

Nosso intento aqui é observar se os processos de mudança linguística previstos pela noção de gramaticalização são da mesma natureza que aqueles identificados pela Teoria da Variação e Mudança. Desenvolvemos a discussão acerca das convergências e divergências entre as duas perspectivas tomando, como objeto empírico, a descrição e análise da formação dos auxiliares portugueses TER e HAVER propostas por Coelho (2006). Nossa reflexão leva em consideração o fato de esses dois itens terem se tornado verbos auxiliares por meio de processos de gramaticalização distintos e, na medida em que, enquanto auxiliares, passam, em certo momento da história da língua, a exibir o mesmo valor de verdade, se tornam concorrentes, criando-se, portanto, as condições de uma mudança na língua.

A partir da proposta de Vitral (2006) acerca da caracterização de um processo prototípico de gramaticalização e dos resultados de Coelho (2006) a respeito da expansão lexical e gramatical das formas verbais TER e HAVER, comprovamos, por meio de análise quantitativa, a concorrência entre essas duas formas verbais e mostramos como essa concorrência afeta a expansão do processo de gramaticalização de HAVER.

Nossa análise permitiu-nos distinguir, de forma objetiva, os dois tipos de fenômenos, isto é, a inovação gerada por processos de gramaticalização e a variação e mudança previstas pela teoria da Variação e Mudança e abre, enfim, a possibilidade de aprofundamento da interação entre esses dois fenômenos com grande proveito para a teoria linguística.

Referências:

COELHO, S. M. (2006), Estudo Diacrônico do Processo de Expansão Gramatical e Lexical dos Itens Ter, Haver, Ser, Estar e Ir na Língua Portuguesa. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. (1993), Grammaticalization, Cambridge: Cambridge University Press.

LABOV, W. (1972). *Sociolinguistics Patterns*, Philadelphia: University of Pennsylvania.

VITRAL, L. T. (2006), O Papel da Frequência na Identificação de Processos de Gramaticalização, *SCRIPTA*, 9, 18, pp.149-177.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. (1968), "Empirical foundations for a theory of language change", in: Lehmann; Malkiel (eds.), *Directions for historical linguistics*, Austin, University of Texas Press.

Palavras-chave: gramaticalização, variação, inovação, mudança